

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
MESTRADO EM LINGÜÍSTICA APLICADA**

**ANTONIA ZAGO**

**ANÁLISE DIALÓGICA DE PALAVRAS DO TRABALHO DOS POLICIAIS FEDERAIS:  
DA (RE)CRIAÇÃO À DIVULGAÇÃO**

**Pelotas**

**2008**

**ANTONIA ZAGO**

**ANÁLISE DIALÓGICA DE PALAVRAS DO TRABALHO DOS POLICIAIS FEDERAIS:  
DA (RE)CRIAÇÃO À DIVULGAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

Linha de pesquisa: Texto, Discurso e Relações Sociais

Orientador: Prof. Dr<sup>a</sup>. Maria da Glória Corrêa Di Fanti

Pelotas

2008

**ANTONIA ZAGO**

**ANÁLISE DIALÓGICA DE PALAVRAS DO TRABALHO DOS POLICIAIS FEDERAIS:  
DA (RE)CRIAÇÃO À DIVULGAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

Aprovada em 22 de agosto de 2008

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dra. Maria da Glória Corrêa Di Fanti (UCPel) - orientadora

---

Prof. Dra. Maria Cecília Pérez Souza-e-Silva (PUC-SP)

---

Prof. Dra. Susana Bornéo Funck (UCPel)

*Ai palavras, ai palavras  
que estranha potência, a vossa!  
Todo o sentido da vida  
principia a vossa porta.  
Ai palavras, ai palavras,  
sois do vento, e ides ao vento,  
no vento que não retorna,  
e, em tão rápida existência,  
tudo se forma e transforma!*

Cecília Meireles

Ao meu pai, Romeu Guedes da Silva (*in memoriam*),  
exemplo de luta, determinação e honestidade,  
pelo incentivo que sempre me deu,  
pelo valor que dava ao conhecimento fazendo, muitas vezes,  
das minhas conquistas as suas.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus professores, vozes constitutivas deste trabalho e da minha identidade, com um agradecimento especial à Carmen Matzenauer e à Susana Funck, pelo incentivo.

À Maria da Glória Di Fanti, pela orientação segura, eficiente, pela referência como professora, educadora e pesquisadora, pelas valiosas contribuições e pelo carinho, paciência e atenção a mim dispensados.

Aos colegas, pelo convívio enriquecedor, especialmente à Elza D'Atayde e à Élide Lima, pelo apoio e incentivo.

Aos colegas da Escola Carlos Kluwe, em especial à Tânia Echevarria, pelas contribuições e pelo estímulo a este trabalho.

Ao Luiz Ari, pelo constante apoio aos meus projetos de vida.

Às minhas filhas Alethea, Ana Carolina e Gabriela – reescritas de minha vida – pelo incentivo e compreensão.

## RESUMO

Este trabalho estuda palavras que os policiais federais usam para nomear as suas Operações de trabalho. Para tanto, parte da teoria dialógica do discurso (Bakhtin, 1997, 1998, 2003; Bakhtin/Volochínov, 2004), paradigma segundo o qual a matéria lingüística é indissociável de um processo ativo e responsivo, isto é, intersubjetivo, e estabelece diálogo com estudos sobre o trabalho, que consideram imprescindível a análise da linguagem para a compreensão das relações humanas no trabalho (Boutet, 2001; Faïta, 2007; Nouroudine, 2002; Schwartz, 2007). A articulação proposta parte do pressuposto epistemológico do dialogismo como constitutivo de toda a expressão linguageira, o que permite observar a movimentação de sentidos nos enunciados. O objetivo geral da pesquisa é analisar discursivamente palavras que os Policiais Federais (re)criam para designar suas operações de trabalho, verificando relações dialógicas estabelecidas de modo a recuperar pistas da atividade do trabalho policial e características da sua divulgação na mídia. São analisadas cinco designações de operações que ocorreram entre 2006 e 2007: Sanguessuga (2006), Macunaíma (2006), Hurricane (2007), Navalha (2007) e Rodin (2007). A análise, seguindo uma reflexão interdependente entre esfera, gênero e matéria lingüística, está organizada em duas etapas, a partir de duas esferas de atividade: a esfera policial e a esfera midiática. Na primeira etapa, esfera policial, além de um breve resgate da Operação policial, a palavra é analisada a partir da proposta de Bakhtin (2003) como “palavra da língua”, “palavra alheia” e “minha palavra”. Na segunda etapa, esfera midiática, é apresentada a repercussão da Operação na mídia e efetuada uma análise da palavra/operação em um gênero da revista *Veja* e/ou do *Jornal Zero Hora*, observando aspectos verbais e não-verbais do enunciado. Como conclusão, destaca-se que essas palavras de trabalho, além da economia de tempo que proporcionam e de serem essenciais para manter o sigilo das Operações, são impregnadas de acentos de valor que, na mídia, passam a ressoar com certa força. Assim, o que se observa é que essas designações, como palavras bivocais, na esfera midiática, recebem novos acentos valorativos, muitas vezes contribuindo para o efeito de espetacularização.

**Palavras-chave:** palavras do trabalho, dialogismo, acento de valor, esfera/gênero, espetacularização.

## ABSTRACT

This paper analyses words used by Brazilian federal police officers for naming their work operations. Our basis is Bakhtin's dialogical discourse analysis (Bakhtin, 1997, 1998, 2003; Bakhtin/Volochínov, 2004), according to which the materiality of language is constitutively linked to an active and responsive intersubjective interaction and some theories about work activity, which takes as essential analyzing language for understanding human relations at the workplace (Boutet, 2001; Faïta, 2007; Nouroudine, 2002; Schwartz, 2007). The proposed analysis is based on the epistemological presupposition of dialogism as constitutive of all language expression, which allows examining how sense is constructed in sentences. Our main goal is the identification of dialogical relations present in words Brazilian federal police re(create) for naming their work operations in order to retrieve characteristics of Brazilian federal police activities and the way it is presented by the media. We analyze five terms naming operations that took place from 2006 to 2007: Leech (2006), Macunaíma (a literary Brazilian character - 2006), Hurricane (2007), Razor (2007) and Rodin (2007). The analysis considers simultaneously sphere of activity, genre and linguistic materiality and develops in two steps linked to two spheres of activity: the police sphere and the media sphere. In the first step, we present a brief description of what an Operation is. Besides retrieving police operations, the word that names each operation is analyzed considering Bakhtin's (2003) terms "shared word", "alien word" and "own word". In the second step, we describe the impact of operations on the media and examine the word/operation in a genre of *Veja* magazine and *Zero Hora* newspaper, considering both verbal and non-verbal aspects of enunciation. We observed that these designations receive on the media, as bivocal words, new accentuations, or evaluative intonations, many times adding to an effect of spectacularization. These words used for naming police work not only provide time economy but are also essential for maintaining the secrecy of Operations, and they are full of accentuations, which on the media resonate with a certain power.

**Keywords:** Federal Police Operations - names; dialogism; evaluative intonation; sphere/genre; spectacularization



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1.</b> Operações da Polícia Federal no período de 2003 a 2008.....	45
<b>Quadro 2.</b> Síntese de algumas das Operações da Polícia Federal entre 2003 e 2008.....	48
<b>Quadro 3.</b> Operações selecionadas.....	64
<b>Quadro 4.</b> Quadro-síntese das etapas de análise.....	67
<b>Figura 1.</b> Capa da revista Veja de 26 de julho de 2006. ....	71
<b>Figura 2.</b> Reportagem Especial do jornal Zero Hora de 18 de maio de 2006. ....	76
<b>Figura 3.</b> Capa da revista Veja de 25 de abril de 2007.....	81
<b>Figura 4.</b> Capa da revista Veja de 30 de maio de 2007.....	86
<b>Figura 5.</b> Primeira Página do jornal Zero Hora de 11 de novembro de 2007.....	93
<b>Figura 6.</b> Divulgação de matéria sobre a Operação Rodin no jornal Zero Hora em 10 de novembro de 2007.....	95

## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	10
1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS .....	15
1.1 Abordagem dialógica da linguagem .....	16
1.1.1 Enunciado, dialogismo e construção de sentido .....	16
1.1.2 Gêneros do discurso e interação verbal .....	22
1.2 Abordagem do trabalho .....	26
1.2.1 Dos gêneros da atividade .....	26
1.2.2 Da atividade de trabalho .....	30
1.3 Palavras do trabalho: interfaces entre linguagem e trabalho .....	35
2 ESFERAS DE ATIVIDADE: POLICIAL E MIDIÁTICA .....	42
2.1 A esfera policial .....	43
2.1.1 Breve histórico da Polícia Federal .....	44
2.1.2 Operações da Polícia Federal .....	45
2.2 A esfera midiática .....	52
2.2.1 Mídia e produção de efeitos de sentido .....	53
2.2.2 O discurso da mídia: um discurso bivocal .....	56
2.2.3 A espetacularização midiática .....	59
3 PALAVRAS EM OPERAÇÃO: DA PRODUÇÃO À DIVULGAÇÃO .....	62
3.1 Procedimentos metodológicos .....	63
3.2 Palavras em Operação: exercício de análise .....	68
3.2.1 Operação Sanguessuga .....	68
3.2.2 Operação Macunaíma .....	74
3.2.3 Operação Hurricane .....	78
3.2.4 Operação Navalha .....	83
3.2.5 Operação Rodin .....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	97
REFERÊNCIAS .....	103
ANEXOS .....	108

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No percurso realizado pelo pensador russo Mikhail Bakhtin e seu Círculo<sup>1</sup> fica evidente que a ação humana está diretamente ligada ao uso da língua e emana de diversas esferas de atividade. A obra de Bakhtin prima pela relevância à palavra do outro no discurso em diferentes graus de alteridade e à abertura a discursos variados (presentes, passados e futuros), ressaltando a preservação das pluralidades. Em sua obra, Bakhtin (1997, 1998, 2003; Bakhtin/Volochínov, 2004) afirma a característica dialógica da linguagem, cujo princípio circunscreve uma relação dinâmica com outros discursos, uma interação permanente. Vale lembrar que esse diálogo pode ocorrer entre textos diferentes, épocas diferentes, gêneros diferentes, esferas diferentes, lugares diferentes, onde vivem, circulam, prestam serviço e se reproduzem os enunciados. O pensamento bakhtiniano incide sobre o discurso, a linguagem em uso. Desse modo, Bakhtin e seu Círculo localizam na interação verbal o espaço de constituição e existência da língua.

Com base no paradigma bakhtiniano, diversos autores ressaltam a pertinência da abordagem dialógica para a análise das situações de trabalho. Nesse sentido, Boutet (1998) faz menção ao fato de que, na história da humanidade, a atividade de linguagem e a atividade de trabalho estão estreitamente ligadas, uma vez que ambas operam transformações na sociedade, na medida em que possibilitam trocas e negociações entre os seres humanos. Na relação linguagem e trabalho, a autora destaca que vários grupos profissionais possuem formas específicas de interagir e de conceber o mundo, pelas quais afirmam sua identidade em relação ao outro. Esses grupos, por meio dessas formas de nomear os colegas, as atividades, os objetos, trazem uma carga de história que sempre é atualizada (Boutet, 2001).

Por sua vez, Faïta (2007) observa que as novas configurações do trabalho conferem importância na relação com o simbólico, com o objetivo não só de produzir, mas também de formar, organizar e validar o trabalho. Nessa perspectiva, além de a linguagem ser constitutiva do trabalho, sendo fundamental tanto para o trabalho individual como para o trabalho em grupo, ela é também essencial para a divulgação de certos eventos à sociedade em geral, sobretudo se essas divulgações dizem respeito ao desempenho de atividades públicas.

---

<sup>1</sup> O Círculo de Bakhtin, cujos principais integrantes são M. Bakhtin, o líder, V.N. Volochínov e P.N. Medvedev, se reunia regularmente, de 1918 a 1929, na Rússia, para debater assuntos filosóficos variados (Clark & Holquist, 1998).

Sob esse ponto de vista, no conjunto de atividades que são divulgadas à sociedade, as investigações da Polícia Federal têm chamado a atenção não só pelas particularidades das Operações e por se prestarem à divulgação como também pelo fato de despendem um trabalho bastante criativo no que tange à linguagem. É característica da atividade de trabalho dos Policiais Federais criar palavras para batizar as suas Operações de trabalho. Tais palavras, muitas vezes, provêm de outras que povoam o imaginário popular, ou seja, a partir do uso de palavras já postas em circulação, os policiais criam designações para batizar as suas Operações de trabalho.

A Polícia Federal tem ganhado popularidade devido ao sucesso obtido em muitas investigações, as quais, ao serem divulgadas, pela mídia, à sociedade em geral, não só imprimem características de atividades públicas, como também incitam a curiosidade devido às diferentes designações atribuídas às Operações. Essas criações, antes práticas esporádicas, hoje usadas costumeiramente para organizar o trabalho, ultimamente se tornaram tradição, podendo até mesmo ser vistas como uma política promocional das próprias ações. Nos anos de 2006 e 2007, houve uma explosão de operações, propagadas até mesmo com algum estardalhaço, para o que as criações designativas colaboraram. Afinal, não faltaram nomes sugestivos e escolhidos com cuidado, portadores de critérios referenciais bastante curiosos, tanto relacionados a características do crime, quanto a características dos próprios infratores, como “Sanguessuga”, “Macunaíma”, “Anaconda”, “Vampiro”, “Toupeira”, “Dominó”, “Dilúvio”, “Hurricane”, “Navalha”, “Vaga Certa”, “Xeque-Mate”, “Rodin”, entre tantas outras.

As criações designativas dos policiais federais para as suas Operações de trabalho convocam a produção de novos efeitos de sentidos a partir de palavras já (re)conhecidas em contextos bastante diferentes, às vezes de difícil apreensão para o interlocutor leigo. O que se percebe é que, em comum acordo, a equipe batiza essas Operações com nomes que mostram, de maneira velada, características do trabalho dos policiais e a relação que estabelecem com o objeto de investigação. Observa-se, nessa perspectiva, a necessidade de discorrer sobre características dos processos de designação empregados pelos policiais federais, tendo em vista o crescente número de Operações reveladas e divulgadas pela mídia.

Sob esse enfoque, este trabalho tem o objetivo geral de analisar discursivamente palavras que os policiais federais (re)criam para designar suas operações de trabalho, verificando relações dialógicas estabelecidas, de modo a recuperar pistas da atividade do trabalho policial e características da sua divulgação na mídia.

Como objetivos específicos, visa verificar (a) aspectos relativos à memória discursiva da palavra, observando características da escolha das designações utilizadas pelos policiais federais e da atribuição de novos sentidos às “invenções” lexicais, (b) como as palavras designativas contribuem não apenas para as atividades reais de trabalho, mas também para a divulgação das operações pela mídia, e (c) aspectos da espetacularização produzidos a partir do uso das designações das Operações da Polícia Federal na divulgação dessas atividades de trabalho pela mídia.

Tendo em vista esses propósitos, são analisadas cinco designações de operações, quais sejam, Sanguessuga, Macunaíma, Hurricane (Furacão), Navalha e Rodin, escolhidas pelos seguintes critérios: destaque na mídia, repercussão social, reconhecimento dos envolvidos, criatividade na escolha da designação e relações discursivas diferentes. Assim, o objeto de investigação deste trabalho tem como foco designações criadas pela Polícia Federal para nomear suas Operações de trabalho, analisadas em seu contexto dialógico.

Considerando que a relação entre a linguagem e o mundo é complexa e por isso exige a análise de práticas de linguagem para compreender efeitos de sentido em circulação, este estudo se justifica a partir de duas perspectivas complementares, uma social e outra acadêmica. Do ponto de vista social, esta pesquisa pode contribuir tanto para os próprios policiais (re)conhecerem melhor sua prática laboral quanto para o público em geral melhor compreender a atividade policial no que se refere à importância da prática de designar cada investigação efetuada e a sua divulgação à sociedade. Do ponto de vista acadêmico, esta reflexão procura contemplar a articulação dos estudos da linguagem de cunho enunciativo-discursivo e os estudos do trabalho que consideram a análise da linguagem fundamental. As perspectivas social e acadêmica devem proporcionar o melhor entendimento das relações dialógicas estabelecidas quanto à produção, circulação e divulgação das designações de Operações utilizadas pelos policiais federais.

É válido ressaltar ainda três razões para a escolha temática: (a) Interesse em estudar o processo de criação/designação das Operações, tendo em vista o entendimento de que as palavras surgem, circulam e vivem nas interações verbais, podendo tomar uma ou outra materialidade; (b) a escolha do tema possibilita que os estudos e análises propostos neste trabalho permitam a observação da produção, circulação e recepção do discurso, viabilizando analisar o diálogo que se estabelece entre as esferas/gêneros envolvidos; (c) a proposta dos estudos bakhtinianos, principal

referência da pesquisa, é fundamental para a prática profissional dos professores de Língua Portuguesa, entre os quais me incluo, considerando, como orientam os PCNs<sup>2</sup>, que a língua somente deve ser considerada em situação concreta de comunicação, cujas condições de produção, circulação e recepção do discurso são fundamentais.

A base teórica que fundamenta a pesquisa parte da teoria dialógica do discurso (Bakhtin, 1997, 1998, 2003; Bakhtin/Volochínov, 2004), paradigma segundo o qual a matéria lingüística é indissociável de um processo ativo e responsivo, isto é, intersubjetivo, e estabelece interlocução com estudos sobre o trabalho, que consideram imprescindível a análise da linguagem para a compreensão das relações humanas no trabalho (Boutet, 2001; Faïta, 2007; Nouroudine, 2002; Schwartz, 2007). Seguindo tais pressupostos, as palavras dos policiais são analisadas no contexto de suas esferas de produção, circulação e recepção, em especial nas esferas policial e midiática. Trata-se de esferas bastante distintas, na medida em que as palavras passam de uma situação de produção, ainda na esfera policial, até chegar à esfera midiática, de onde irão circular para a sociedade, muitas vezes de forma espetacularizada.

Nesse contexto, a análise é desenvolvida em duas etapas. Na primeira, as palavras são analisadas a partir da esfera policial, momento em que se faz um resgate das características da Operação policial seguido da observação das noções de “palavra da língua”, “palavra alheia” e “minha palavra”, propostas por Bakhtin (2003). A segunda etapa da análise volta-se para a esfera midiática, buscando desenvolver um breve panorama de repercussão das Operações na mídia e analisar a palavra designativa/Operação no contexto da mídia, além de observar aspectos verbais e não-verbais do enunciado, como itens lexicais, ilustrações, cores e disposição dos elementos na página, de modo a verificar a produção de efeitos de sentido.

Este trabalho está organizado em três capítulos, seguidos da conclusão. No primeiro capítulo – *Pressupostos teóricos* – são apresentadas contribuições da teoria enunciativo-discursiva bakhtiniana a partir da qual o uso da linguagem está ligado aos diferentes campos de atividade humana, além de trazer abordagens referentes aos estudos do trabalho. O capítulo é constituído de três partes: *Abordagem dialógica da linguagem*, *Abordagem do trabalho e Palavras do trabalho: interfaces entre linguagem e trabalho*. O capítulo seguinte – *Esferas de atividade: policial e midiática* – ressalta considerações sobre o papel da Polícia Federal e o papel

---

<sup>2</sup> Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de Língua Portuguesa (Brasil, 1999).

da mídia e seus efeitos visados, entre eles o de espetacularização (Debord, 1997; Charaudeau, 2006).

O terceiro capítulo – *Palavras em Operação: da produção à divulgação* – é destinado à análise discursiva das Operações e suas respectivas designações. O capítulo apresenta a metodologia, composta da constituição, seleção e análise do material. As palavras das Operações – Sanguessuga, Macunaíma, Hurricane, Navalha e Rodin – são analisadas nas esferas nas quais circulam, conforme proposta de análise anteriormente apresentada, considerando a articulação enunciativo-discursiva entre esfera, gênero e elemento lingüístico.

Nas *Considerações finais*, são desenvolvidas reflexões oriundas da análise, efetuadas a partir da observação da produção, circulação e recepção dessas palavras no discurso dos policiais federais e no discurso da mídia, destacando-se a observação acerca das contribuições, a (re)significação que essas palavras carregam nas diferentes esferas/gêneros e o conseqüente efeito de espetacularização.

## 1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

As idéias do Círculo de Bakhtin sobre linguagem constituem-se em contribuições fundadoras de uma lingüística que tem a enunciação como centro de referência do sentido dos fenômenos lingüísticos. Mikhail Bakhtin (2003), antecipador dos estudos da enunciação e do discurso, critica (embora não condene) o sistema sincrônico de normas imutáveis por este desconsiderar a questão do sujeito na língua. Junto a seu Círculo, o autor localiza na interação verbal o espaço de constituição e existência da língua, privilegiando a natureza social da linguagem. Desse modo, sua proposta é ver a língua imersa na realidade enunciativa concreta, evento pelo qual o locutor se institui na interação viva com outras vozes sociais.

Mesmo que em suas obras não tenha falado em “análise dialógica”, como destaca Brait (2006), o pensador russo oportuniza um percurso metodológico por meio de direções teóricas que diferenciam essa análise da proposta por outros autores. Nesse contexto, a língua é considerada “em sua integridade concreta e viva”, o discurso, e não como objeto específico da lingüística (Bakhtin, 1997, p.181), o que pressupõe a idéia de acontecimento e espaço em que diferentes efeitos de sentido são produzidos. Dentre as noções basilares da teoria de Bakhtin, a idéia de dialogismo pressupõe uma relação com outros discursos – tanto com os diálogos precedentes quanto com os que o sucedem.

Não se pode negar que o pensamento bakhtiniano representa, hoje, uma das maiores contribuições para o estudo da linguagem. Em sua teoria, segundo Brait (2006), percebem-se características e propostas para o estudo do discurso que salientam: (a) a indissociável relação entre língua, linguagens, história e sujeitos; (b) os estudos da linguagem levando em conta a produção de conhecimento de forma comprometida e responsável; (c) a concepção de linguagem, de construção e produção de sentidos, apoiada nas relações discursivas empreendidas por sujeitos historicamente situados.

Considerando essas idéias preliminares e a pertinência da teoria dialógica para estabelecer interlocução com ciências do trabalho para compreender características de atividades laborais, o presente capítulo está organizado em três seções. A primeira seção – *Abordagem dialógica da linguagem* – apresenta conceitos básicos desenvolvidos pelo Círculo de Bakhtin, tendo em vista a importância das relações dialógicas e as noções como significação e tema, elementos da enunciação essenciais na produção de efeitos de sentido, e gêneros do discurso e interação



verbal (Bakhtin, 1997, 2003; Bakhtin/Volochinov, 2004). A seguir, a segunda seção – *Abordagem do trabalho* – trata da importância da linguagem como elemento constitutivo da atividade, especialmente a partir da reflexão sobre gêneros da atividade e atividade de trabalho. Na terceira – *Palavras do trabalho: interfaces entre linguagem e trabalho* –, discutem-se aspectos referentes a palavras utilizadas em contextos definidos, como os de trabalho, e noções relacionadas a essa problemática. O fechamento da seção, procurando dar seqüência à articulação linguagem e trabalho, apresenta uma proposta bakhtiniana para o estudo da língua em relação ao gênero e à esfera de atividade.

## **1. 1 Abordagem dialógica da linguagem**

### **1.1.1 Enunciado, dialogismo e construção de sentido**

O enunciado para Bakhtin é considerado a unidade mínima da comunicação discursiva e, como tal, é visto como um elo na cadeia discursiva, pois sempre pressupõe outros tantos enunciados que o antecedem e outros que o sucedem, servindo desse modo de passagem à palavra do outro (Bakhtin, 2003, p.371). Logo, “preserva ressonâncias de diferentes dizeres ao mesmo tempo em que antecipa outros” (Di Fanti, 2005, p. 21).

A comunicação concreta ocorre por meio de enunciados proferidos por sujeitos históricos e ideológicos que impregnam de acento valorativo, entonação expressiva, as palavras. Nesse sentido, o enunciado se opõe à frase, à oração, que é constituída por elementos estáveis e não reiteráveis. Para Bakhtin/Volochinov (2004), “todo ato de compreensão vai ser uma resposta na medida em que introduz o objeto da compreensão num novo contexto – o contexto potencial da resposta” (p. 94).

Segundo Bakhtin (2003), “toda compreensão plena real é ativamente responsiva e não é senão uma fase inicial preparatória da resposta (seja qual a forma em que ela se dê)” (p.272). O próprio falante já espera uma compreensão ativa, não apenas o mesmo pensamento em voz alheia, “mas uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção etc.” (p. 272). Sob esse enfoque, o pensador russo critica a abordagem lingüística que não considera o ouvinte como participante real da comunicação discursiva.

A partir da discussão acerca da compreensão do enunciado, Bakhtin/Volochínov (2004) justifica a importância da distinção entre significação e tema. A significação se define pelos elementos reiteráveis e estáveis da língua, que observados fora do uso não possuem acento valorativo. No entanto, na enunciação, ganha acento de valor e se configura como tema. O tema é de natureza semântica e se refere ao modo de relação do enunciado com o objeto de sentido. Assim, o sentido da palavra é determinado pelo seu contexto, sendo que Bakhtin/Volochínov (2004) compara esse processo a uma faísca elétrica que só produz sentido quando há contato entre os dois pólos opostos: “Só a corrente da comunicação verbal fornece à palavra a luz da sua significação” (p.132).

O tema, diferentemente da significação, apesar de se apoiar na sua estabilidade, é individual e não reiterável, pois é o elemento concreto da enunciação. Entendido como um “sistema de signos dinâmico e complexo”, o tema procura “adaptar-se adequadamente às condições de um dado momento da evolução” (Bakhtin/Volochínov, p.129). Dessa forma, a significação e o tema são indissociáveis, pois uma face não existe sem a outra, o que de certa forma corrobora a idéia de que a Metalingüística<sup>3</sup> se serve do apoio da Lingüística.

Também deve ser levado em consideração que, dada sua natureza estável, “a significação pertence a um estágio inferior da capacidade de significar”; já o tema, por sua vez, “significa de maneira determinada” (Bakhtin/Volochínov, 2004, p.131). Tanto a significação quanto o tema estão relacionados com o problema da compreensão – uma forma de diálogo para a teoria bakhtiniana. Nesse processo responsivo ativo, é essencial reconhecer o tema na relação com a significação, sem dar a ela primazia no que se refere à vinculação a um sentido sempre estável e idêntico a si mesmo. Logo, deve-se considerar o acento de valor como elemento desencadeador do enunciado, da palavra e da produção de diferentes sentidos:

Toda palavra usada na fala real possui não apenas tema e significação no sentido objetivo, de conteúdo, desses termos, mas também um acento de valor ou apreciativo, isto é, quando um conteúdo objetivo é expresso (dito ou escrito) pela fala viva, ele é sempre acompanhado por um acento apreciativo determinado. Sem acento apreciativo, não há palavra (Bakhtin/Volochínov, 2004, p.132).

Essas apreciações são orientadas pela natureza social das situações de comunicação. “Toda enunciação compreende antes de mais nada uma orientação apreciativa”, e a mudança de

---

<sup>3</sup> A noção de Metalingüística (Bakhtin, 1997) será abordada no desenvolvimento deste capítulo.

sentido vai estar relacionada ao deslocamento de uma palavra de um contexto apreciativo a outro (Bakhtin/Volochínov, 2004, p.135).

Um mesmo aparato técnico não implica a circulação dos mesmos sentidos. Dito de outra forma, um mesmo enunciado de diferente extensão, desde uma palavra até um texto maior, sempre terá diferentes acentos valorativos. Logo, sempre haverá (re)elaboração, renovação de sentido: uma nova significação, entendida aqui como sentido, “se descobre numa antiga e através da antiga, mas a fim de entrar em contradição com ela e de reconstruí-la” (Bakhtin/Volochínov, 2004, p.136). O sentido sempre responde a perguntas, e o que a nada responde se afasta do diálogo e não tem sentido. Além disso, não existe “sentido em si” nem sentido único. Para Bakhtin, o sentido, embora potencialmente infinito, é atualizado em contato com outros sentidos. Dessa forma, o sentido “é um elo na cadeia dos sentidos”, na medida em que, a cada renovação do elo, essa cadeia torna a se desenvolver (Bakhtin, 2003, p.382). Nessa concepção, os sentidos constituem-se em efeitos de sentido, apesar de em determinados contextos enunciativos haver sentidos predominantes.

A respeito da produção de sentidos, Faraco (2003, p.53-54), referindo-se a Volochínov, lembra que “qualquer elemento da realidade que, por decorrência de condições sócio-econômicas de determinado grupo humano entra no horizonte social daquele grupo, é recoberto de índices sociais de valor e, nessas condições, torna-se o objeto do dizer daquele grupo”. Desse modo, são produzidos enunciados, que talvez já tenham sido formados por outros, em outras circunstâncias, mas, ao serem utilizados nesses novos contextos, representam novas criações. “Toda vez que eu utilizo, eu acrescento, eu recrio. Recrio, em novas condições um sentido diferente para essas mesmas palavras, esses mesmos enunciados” (Faïta, 2003). Assim essas palavras criam novos significados a partir de diferentes acentos de valor (Zago e Di Fanti, 2008).

Com base nisso, percebe-se que o problema do sentido não é simples: não está nem no texto, nem no autor, nem no leitor, sendo que a interpretação vai se constituir em um ato enunciativo no qual o sujeito se transforma em co-enunciador, não cabendo a ele descobrir o que o autor quis dizer, mas notadamente atribuir sentidos ao que foi dito. Nessa discussão, reside a principal razão de qualquer ato de linguagem – a produção de sentido.

O dialogismo é considerado um princípio inter-relacional, em que se dá relevância à palavra do outro no discurso, em diferentes graus de alteridade (Bakhtin, 2003). Assim, sob esse enfoque, o discurso, na perspectiva dialógica, é visto como a língua viva e não como um sistema

fechado, remetendo à importância da análise metalingüística. Bakhtin (1997), em *Problemas da Poética de Dostoiévski*, enfatiza a distinção entre a Metalingüística e a Lingüística, cujos objetos de investigação são de diferentes naturezas, observando que a primeira, representante da teoria dialógica, propõe o estudo do discurso e suas relações de sentido, e a segunda, o estudo do sistema. A Metalingüística não ignora as contribuições da Lingüística, mas a ultrapassa ao acrescentar o que ela deixou de lado, como o sujeito ideológico historicamente situado. O autor, desse modo, vale-se da Metalingüística para abordar a enunciação, o que é reiterado por Flores e Teixeira (2005): “em sua concepção, o sentido se define no ato de materialização das relações lógicas em relações dialógicas, o que implica reconhecer que a semantização da língua ocorre na enunciação” (p. 55).

Para o pensador russo, as relações dialógicas

(...) são irredutíveis às relações lógicas ou às concreto-semânticas, que por si mesmas carecem de momento dialógico. Devem personificar-se na linguagem, tornar-se enunciados, converter-se em posições de diferentes sujeitos expressas na linguagem para que entre elas possam surgir relações dialógicas (Bakhtin, 1997, p. 183).

Nesse sentido, o autor observa que todo enunciado possui uma espécie de autor ou criador e lembra que as formas de autoria podem variar desde um trabalho de equipe ou até mesmo um trabalho de várias gerações, desde que diante dele se possa reagir dialogicamente. Assim, além de personificar a enunciação, essas relações dialógicas

são possíveis não apenas entre enunciações integrais (relativamente), mas o enfoque dialógico é possível a qualquer parte significativa do enunciado, inclusive a uma palavra isolada, caso esta não seja interpretada como palavra impessoal da língua, mas como signo da posição semântica de um outro, como representante do enunciado de um outro, ou seja, se ouvimos nela a voz do outro (Bakhtin, 1997, p. 184).

É por isso que as relações dialógicas ocorrem em enunciados de diferentes dimensões, desde uma palavra isolada até um romance. Isso se deve ao fato de, no enunciado, independentemente do tamanho, se chocarem diferentes vozes, uma vez que o dialogismo é o próprio modo de funcionamento da língua desde que esses espaços se tornem espaços de transmissão do discurso alheio.

Segundo Bakhtin (2003), o uso da língua acontece em forma de enunciados irrepitíveis, vinculados uns aos outros por relações dialógicas, que são relações de sentido. O discurso, por sua vez, realiza-se por meio desses enunciados, e é pelo estudo do enunciado concreto, indissociável das esferas de atividade, que vai se compreender de uma maneira mais adequada a natureza das unidades da língua.

O diálogo representa uma das formas mais importantes da interação verbal (Bakhtin/Volochínov, 2004). Contudo, é preciso compreender “diálogo”, em um sentido mais amplo, como toda comunicação verbal. A palavra diálogo no contexto bakhtiniano, para Faraco (2003), é a reação do eu ao outro, a reação da palavra à palavra do outro, como ponto de tensão entre o eu e o outro. Nesse sentido, Faraco ressalta que não interessa a palavra passiva e solitária, mas a palavra em atuação, complexa e heterogênea, proferida por sujeitos sociais e vinculada a falas passadas e antecipadas.

Assim, sintetizando, essa dialogicidade pode ser entendida em três dimensões diferentes: (a) todo dizer não pode deixar de se orientar para o já-dito; (b) todo dizer é orientado para a resposta; (c) todo dizer é internamente dialogizado, é heterogêneo (Faraco, 2003). Essa dinamicidade constitutiva da linguagem é muito bem representada pela metáfora do diálogo adotada por Bakhtin (2003). Nesse sentido, Faraco (2003) assim se manifesta: “o universo da cultura é intrinsecamente responsivo, ele se move como se fosse um grande diálogo” (p.57).

Ao ser dirigido ao interlocutor, o enunciado é co-construído, e a compreensão vai se constituir numa resposta dialógica, um contradiscurso. É esse contradiscurso do interlocutor que vai orientar e se constituir em condição de compreensão do discurso primeiro. Então, o outro é condição do discurso.

É importante destacar que, do ponto de vista de Authier-Revuz (2004, p.68), o dialogismo de Bakhtin “faz da interação com o discurso do outro a lei constitutiva de qualquer discurso”. A autora também salienta que “nenhuma palavra vem neutra do diálogo” (p.68), reconhecendo a força e a atualidade na articulação mantida entre os “outros discursos” e “o discurso do outro-interlocutor” – lembrando que isso não é explorado na descrição lingüística.

Assim, a partir da diversidade de vozes sociais, os indivíduos produzem os seus discursos, que, diferentemente das formas da língua – não pertencentes a ninguém – possuem autor e interlocutor. Desse modo, a matéria lingüística vem a adquirir significado nesse processo, em que o sujeito dialógico e plurivocal vai se constituir discursivamente na interação com o outro, no reconhecimento do outro. Com isso, a partir da diversidade de vozes sociais, o indivíduo singulariza o seu discurso. Como afirma Faraco (2003), o sujeito é uma autoconsciência que se constitui reflexivamente pelo reconhecimento do outro no discurso.

Nesse sentido, França (2004, p.126) salienta que “dialogismo e interação verbal são conceitos-chave na direção de definir a natureza do enunciado como um processo vivo,

dialógico, constitutivo da manifestação das palavras de outrem no processo de sua comunhão com o mundo ideológico”. Sobre o mesmo assunto, Faraco (2003) afirma que não há limites para o contexto dialógico, já que para Bakhtin a vida humana é por sua própria natureza dialógica, e esse dialogismo acena tanto para o atravessamento de outros discursos, quanto para um atravessamento do sujeito pela alteridade da interlocução.

Brait (2007)<sup>4</sup> destaca que o sujeito que movimenta a língua compõe discursos reais, que mostram e ocultam o que pensam os envolvidos. No entanto, esse sujeito não é um sujeito inconsciente, mas não é também um sujeito de uma consciência absoluta. Já o texto não é autônomo, pois possui uma materialidade atravessada por discursos que vêm do lugar de onde foi produzido, onde circula e onde é recebido. Nessa interação, há um embate nada harmônico de vozes que constituem a construção de sentidos e do conhecimento. A linguagem assume a dimensão vital tanto na atuação do indivíduo no mundo, quanto na sua constituição como sujeito.

O texto envolve sujeitos múltiplos e exige que esses sujeitos assumam determinados lugares discursivos. Tanto o sujeito da recepção quanto o sujeito da produção são necessariamente participantes ativos da prática discursiva, sabendo ou não do seu envolvimento, além de serem determinados histórica e socialmente. Cabe à análise dialógica abordar a maneira como os indivíduos ou os grupos concebem as palavras e tornam o discurso um recurso de identidade, isenção e atuação no mundo.

Para o Círculo de Bakhtin, as relações dialógicas constituem-se em espaços de tensão entre os enunciados e podem ocorrer até mesmo quando o enunciado for uma só palavra, desde que nela se percebam duas vozes – o locutor e a atitude responsiva do interlocutor, um dizer e uma reação-resposta ao enunciado. O enunciado materializa-se em situações concretas de comunicação, em que são estabelecidas relações de sentido com a palavra do outro, confirmando-a, rejeitando-a ou mesmo aprofundando-a. A palavra dialógica e como atividade humana nunca vai ser repetição de um vocábulo já existente. Ela é criada e se recria em cada enunciado na plurivocidade de vozes que a constitui (Bakhtin, 2003).

Nos estudos de Bakhtin (2003; Bakhtin/Volochínov, 2004), as considerações sobre a palavra contribuem para a compreensão da produção, circulação e recepção do discurso – uma

---

<sup>4</sup> Curso livre “Análise dialógica do discurso: teoria e prática”, realizado nos dias 25 e 26 de junho de 2007, na UniRitter (POA), e ministrado pela professora Beth Brait.

reflexão necessária que colabora para a compreensão das relações dialógicas que se constroem na interação viva com outras vozes. Nessa perspectiva, reiterando reflexões já desenvolvidas, torna-se necessário lembrar o caráter dialógico e ideológico da palavra, considerada como enunciado: “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (Bakhtin, 2003, p.272). A palavra, desse modo, não se limita à forma lingüística: “na realidade toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige a alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte”. Logo, a palavra é também palavra do outro, impregnada de acento apreciativo ou de valor, considerada um fenômeno ideológico por excelência, não dando espaço para a neutralidade (Bakhtin/Volochínov, 2004, p. 113).

Sob essa perspectiva, é importante considerar que a relação do ser com o mundo não é direta: ela se dá por meio da linguagem, e as palavras não só tocam as coisas, mas também penetram na camada de discursos sociais que recobrem as coisas (Faraco, 2003). “É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida” (Bakhtin/Volochínov, 2004, p. 94).

Todo enunciado ocorre em um contexto cultural e se constitui em uma posição valorativa. O enunciado é composto de uma parte verbal e uma extraverbal que corresponde à situação em que é produzido. Da mesma forma, toda palavra em uso concreto é enunciado e como tal é produto da interação social de indivíduos situados socialmente (Bakhtin/Volochínov, 2004). Ampliando essa reflexão, Bakhtin (2003) observa que os enunciados estão em inter-relação com uma determinada esfera social e vão circular em gêneros discursivos, os quais facilitam as interações verbais.

### **1.1.2 Gêneros do discurso e interação verbal**

Os gêneros do discurso são considerados “tipos relativamente estáveis de enunciados” (Bakhtin, 2003, p.262). Junto à noção de gênero, a noção de esfera/campo aparece na obra de Bakhtin como um conhecimento necessário para a compreensão da natureza dos gêneros. É a concepção de enunciado que possibilita o uso da língua, e os gêneros vão estar ligados aos enunciados provenientes das diferentes esferas da atividade humana, refletindo as condições de produção e as finalidades a que essas esferas se propõem. Os gêneros, como os enunciados, são

dinâmicos e heterogêneos, o que requer uma atenção especial, uma vez que são manifestações humanas, e o ser humano está sempre se desenvolvendo e criando soluções para o seu dia a dia.

Cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e a refrata à sua própria maneira. Além disso, dispõe de sua própria função no conjunto da vida social: “As relações entre os parceiros da enunciação não se dão num vácuo social” (Rojo, 2005, p.197). Sendo assim, os enunciados concretos emanam de uma determinada esfera onde são produzidos, trazendo um ponto de vista, um acento de valor dado por seus autores:

O fluxo discursivo dessas esferas cristaliza historicamente um conjunto de gêneros mais apropriados a esses lugares e relações, viabilizando regularidades nas práticas sociais de linguagem. Esses gêneros, por sua vez, refletirão esse conjunto possível de temas e de relações nas formas e estilos de dizer e de enunciar (Rojo, 2005, p.197).

O enunciado é constituído por sujeitos múltiplos que assumem determinadas posições discursivas a partir de determinados lugares sociais, em determinadas esferas de atividade, sendo que o deslocamento de um enunciado de uma esfera a outra implica a sua ressignificação. Um mesmo enunciado veiculado em diferentes esferas, em diferentes culturas, torna-se outro, concretiza-se de forma diferente em diferentes práticas. Assim, é na produção enunciativa que o sentido é construído. Considerando que o sentido é construído de modo diverso em diferentes contextos, Grillo (2006) observa que:

campo/esfera é um conceito fundamental para o estudo e a classificação dos gêneros discursivos. A relação de um texto com outros da mesma espécie passa pela sua inserção em determinado domínio cultural, adquirindo um modo próprio de refratar a realidade em seus diversos aspectos (p.156).

Esse domínio vai se manifestar na produção ideológica, segundo a lógica particular de cada esfera/campo de produção. A obra do Círculo admite as especificidades coercitivas de cada esfera, e, por outro lado, considera as especificidades do signo como objeto fundamental de estudo das ideologias.

É preciso considerar ainda o lugar e a situação de produção. Ocorre que as diversas atividades se organizam por contextos ou esferas sociais de atividade ou de comunicação que são múltiplas e os gêneros nelas se inscrevem. As atividades passam a existir a partir da organização e distribuição dos lugares sociais. Bakhtin (2003) designa essas esferas em esferas comunicativas ou esferas do cotidiano – como familiares, íntimas, comunitárias – e, esferas dos sistemas ideológicos constituídos, tais como – moral, ciência, arte, religião, política, imprensa. Essas esferas agrupam gêneros específicos que as constituem, uma vez que nessas esferas da



comunicação os parceiros podem ocupar lugares enunciativos determinados e estabelecer relações hierárquicas e interpessoais também determinadas.

Para o Círculo, tanto o conhecimento dos gêneros do discurso quanto a aquisição da língua materna estão entre os conhecimentos que precedem os gramaticais. Isso indica que o domínio da língua se dá através de enunciados concretos trocados em atos de comunicação real, ou ainda, que toda a forma de enunciação se dá por meio dos gêneros do discurso. O conceito de gênero é caracterizado com base nas atividades humanas, daí a distinção entre gêneros primários e secundários, como um modo de observar a produção de enunciados mais simples e mais complexos. Nesse sentido, os gêneros não são estanques, podendo os secundários incorporar e reelaborar diversos gêneros primários “que se formaram nas condições da comunicação discursiva imediata” (Bakhtin, 2003, p.263).

As características recorrentes dos gêneros permitem reconhecer suas particularidades e “quanto melhor dominarmos os gêneros tanto mais livremente os empregamos, tanto mais plena e nitidamente descobrimos neles a nossa individualidade” (Bakhtin, 2003, p.285). É pelo gênero do discurso que interagimos, uma vez que ele “funda simbolicamente o mundo no qual se processa a atividade dos sujeitos” (Faïta, 2004, p.68). Em síntese, falamos através dos gêneros, e o surgimento de novos gêneros está associado às necessidades humanas.

O gênero, segundo Bakhtin (2003), é constituído por três elementos interdependentes, quais sejam: tema, construção composicional e estilo. O tema está relacionado ao sentido de um texto completo, o que o caracteriza como individual e não reiterável (Bakhtin/Volochínov, 2004). A construção composicional, por sua vez, está relacionada à estrutura e à organização do texto, sendo que os gêneros apresentam uma grande diversidade e heterogeneidade de composição. Já o estilo verbal estabelece ligação com o uso dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, não deixando de revelar traços da posição enunciativa do sujeito, o estilo individual, dialógico (Bakhtin, 2003). “Estes ou outros elementos da língua adquirem o perfume específico dos gêneros dados: eles se adequam aos pontos de vista específicos, às atitudes, às formas de pensamentos, às nuances e às entonações desses gêneros” (Bakhtin, 1998, p.96).

A possibilidade de maior ou menor inserção do sujeito na produção enunciativa está inter-relacionada à esfera de produção do discurso. Os gêneros da esfera literária (romance, conto, etc.), por exemplo, proporcionam maior inserção subjetiva se comparados com os da esfera burocrática (ofício, procuração, etc.). Embora na diversidade dos gêneros, alguns possam ser

considerados mais criativos que outros (mais padronizados), “o uso criativamente livre não é uma nova criação de gênero”, mas sim assinala o conhecimento dos gêneros, o que permite “empregá-los livremente” (Bakhtin, 2003, p.284).

Os gêneros, comparados às formas da língua, são mais “mutáveis, flexíveis e plásticos” (Bakhtin, 2003, p.285). É importante salientar que, ao enunciarmos, escolhemos palavras não só pelo tema, composição e estilo, mas ainda as escolhemos pela sua especificação de gênero, a qual pode ser vista como uma “‘auréola estilística’ da palavra”, constituindo-se como “o eco da totalidade do gênero que ecoa na palavra” (p.293).

Pensando em quem fala e em que situação, o autor usa a expressão “máscaras do autor” para se referir à pessoa que fala. A forma de autoria, para Bakhtin, depende do gênero no qual se inscreve o enunciado, e esses gêneros são mobilizados “pelo objeto, pelo fim e pela situação do enunciado” (Bakhtin, 2003, p.389). As formas de autoria vão estar relacionadas à hierarquia ocupada pelos falantes e à posição hierárquica ocupada pelos destinatários, o que nos remete ao “quem fala e a quem se fala” (p.390), e nisso residem as escolhas de gênero, tom e estilo do enunciado, uma vez que “As esferas são determinantes para a compreensão da presença e do tratamento dado à palavra alheia” (Grillo, 2006, p.143).

Para Bakhtin (1997, 2003), os enunciados revelam sempre uma posição de autoria, diferentemente das unidades da língua, que não pertencem a um autor determinado. Só quando adquirem uma autoria e ganham um acabamento é que as relações lógicas se transformam em enunciado.

Bakhtin (1998) vê no dialogismo a possibilidade de criação de qualquer discurso, em uma condição plural que é constitutiva da linguagem, em cujo plurilingüismo dialogizado se encontra o verdadeiro ambiente de um enunciado. A plurivocidade constitui-se na diversidade de vozes que ocorrem no enunciado, fazendo emergir a tensão entre forças centrípetas e centrífugas. Desse modo, o plurilingüismo dialogizado aproxima-se da heteroglossia ou plurivocidade e promove a discursividade:

A língua não se reduz a um sistema padronizado, mas sim se materializa em vozes sociais que se cruzam em diferentes dialetos, jargões profissionais, linguagens de gerações familiares. Há linguagens de momentos, de lugares transitórios, que possuem estrutura e finalidades próprias a determinados contextos. A linguagem, assim, está em movimento, ou seja, há uma orquestração discursiva que a constitui (Di Fantí, 2005, p.102-103).

Nesse sentido, o plurilingüismo, conforme Bakhtin (1998), é entendido como um espaço de conflito onde várias vozes se entrecruzam. Essas vozes podem ser consideradas pela intertextualidade / interdiscursividade<sup>5</sup>.

A linguagem, para Bakhtin (1998), é pluridiscursiva em cada momento de sua história, seja por expressar uma posição sócio-ideológica diferenciada, seja por estar ligada a épocas distintas. No entrecruzamento desses discursos plurivocais, formam-se novos falares – espaços de tensão entre vozes sociais, em um movimento dialógico que indissocia forças centrípetas e forças centrífugas, ou seja, forças que mantêm a unidade e forças que procuram resistir às divergências. Di Fanti (2005) acrescenta que o plurilingüismo com essas forças é próprio do discurso: “enunciar é dialogar e, nessa atitude responsiva, uma combinação de características lingüísticas ganha vida e forma em um processo dialogizado, concreto, pluriacentuado” (Di Fanti, 2005, p.104).

A partir dessas considerações, percebe-se o quanto o “dialogismo” é importante para os estudos da linguagem e, por extensão, tem contribuído para as reflexões que visam articulá-los aos estudos sobre o trabalho.

## **1.2 Abordagem do trabalho**

### **1.2.1 Dos gêneros da atividade**

Na perspectiva dos estudos dialógicos, Clot e Faïta (2000), analistas de atividades de trabalho e integrantes da Clínica da atividade<sup>6</sup>, propõem a noção de gêneros da atividade, embasados na noção de gêneros do discurso, referindo-se às formas heterogêneas de agir pelas quais os grupos de trabalho interagem. Os gêneros da atividade referem-se às formas de fazer próprias de cada coletivo de trabalho, até mesmo quando essas formas de ação são de natureza simbólica e languageira (Faïta, 2004). Esses gêneros carregam os pressupostos sociais da atividade a ser realizada, uma memória impessoal e coletiva que indica maneiras de ser, de se

---

<sup>5</sup> Na abordagem de Fiorin (2006), o termo intertextualidade refere-se à relação materializada entre textos, embora esse termo pressuponha sempre uma interdiscursividade.

<sup>6</sup> A Clínica da atividade, constituída de várias disciplinas (lingüística, psicologia do trabalho, ergonomia, medicina do trabalho etc.), dedica-se a analisar atividades de trabalho a fim de contribuir para o desenvolvimento do sujeito e do seu trabalho (Clot & Faïta, 2000).

expressar, maneiras de começar uma atividade e de finalizá-la (Clot & Faïta, 2000). Para esses autores, é o gênero profissional<sup>7</sup> que instala as condições da atividade e permite a interação entre os indivíduos, pois os gêneros são materiais que evoluem histórico-socialmente.

Nessa perspectiva, o lingüista e analista do trabalho Daniel Faïta (2000, 2004) ressalta a importância das contribuições da teoria dialógica do discurso para estudar as práticas languageiras em situação de trabalho<sup>8</sup>. Esses estudos têm contribuído na busca de uma metodologia de análise da atividade articulada com os ambientes e as situações de trabalho, dado que seus pressupostos possibilitam interrogar uma variedade de espaços e, entre eles, a atividade de trabalho.

A noção de gênero da atividade tem colaborado para mostrar que o trabalho realizado é heterogeneamente constituído por outras atividades, outros enunciados, que não são aparentes na superfície, o que aponta para o “real” da atividade (Clot et al., 2001). Com isso, a atividade realizada exige uma análise da “motricidade do diálogo”, da plurivocidade de vozes que o constituem e fazem circular sentidos diversos:

é na relação do discurso à realidade e a suas referências que se assinala o tipo de funcionamento particular, e é na continuidade do trabalho com os sujeitos, na sucessão das situações em conjunto que a diferença pode se fazer, dado que, de um lado, refere-se aos estereótipos das condutas, ao discurso do não-acontecimento, e, de outro, se revela na divergência, na ruptura, no contratempo ou no consenso (Clot & Faïta, 2000, p. 22).

Com isso, é possível perceber que o real da atividade é algo complexo e compreende também o não-realizado, de modo que o social “não é um lugar de restrição, mas sim de ressignificação, de alteração, de subversão, de reformulação” (Di Fanti, 2005). Nisso reside a importância do não-realizado para a atividade de trabalho.

A análise do trabalho requer uma concepção mais ampla da noção de atividade. É preciso considerar que, no diálogo profissional, a atividade não se limita ao que foi feito, mas se estende ao que não se fez, ao que se procura fazer, ao que se pensa fazer de outra maneira, o real da atividade (Clot et al., 2001; Clot & Faïta, 2000). Assim, fazer, para esses autores, é com frequência, refazer ou desfazer.

A atividade de trabalho, para Clot (2004), à semelhança do enunciado bakhtiniano, pode ser entendida como uma réplica à outra atividade, pois retoma ou antecipa atividades variadas. A “atividade realizada” é a que venceu as outras, as quais não foram realizadas, mas continuam

---

<sup>7</sup> Consideramos equivalentes as noções de gênero da atividade e gênero profissional.

<sup>8</sup> Sobre essa constatação, consultar Brait (2002), Souza-e-Silva (2002), Di Fanti (2004), Sant’Anna (2004), Flores & Teixeira (2005), entre outros.

agindo e dão sentido às realizadas. Essas observações são perceptíveis tanto em práticas individuais quanto em atividades coletivas (Di Fanti, 2005, p.23). É na atividade de trabalho que

as pessoas constituem para si universos de pensamento e universos de discurso coletivamente estruturados, coletivamente elaborados e transformados. Os indivíduos, os atores individuais acessam esses universos, deles se apropriam em parte e contribuem para que sejam transformados (Faïta, p. 176).

Ainda é preciso destacar que os gêneros da atividade, de acordo com Faïta (2005), auxiliam na organização do trabalho, uma vez que servem de recurso em situações de incerteza, contra o risco de fazer errado. Sob esse enfoque, não são normas, mas recursos, que, vistos na perspectiva dialógica, vão servir de ponte para outras possibilidades, outros gêneros, outras situações.

Faïta (2004) enfatiza a importância da observação dos gêneros da atividade ao afirmar que um gênero é que estabelece o contexto em que se processa a atividade dos sujeitos, assim referindo-se: “a atividade corresponde ao que o sujeito faz mentalmente para realizar essa tarefa, não sendo portanto diretamente observável mas inferida a partir da ação concretamente realizada pelo sujeito” (p.39). A partir dessa observação é possível entender que o sujeito cria condições de ação, interferindo no gênero.

A partir das observações apresentadas, é possível perceber que as chances de sucesso no trabalho vão estar atreladas às escolhas de gênero, uma vez que essas dão forma ao modo de agir do sujeito. Esse modo próprio de cada um (re)construir sua tarefa vai estar condicionado ao meio. Contudo, esse meio pode apresentar surpresas: “a atividade apresenta-se sob a forma de uma sucessão de momentos que oferecem aos atores problemas a serem resolvidos, sempre inéditos no todo e em parte” (Faïta, 2004, p.61). Além disso, os meios também impõem normas diferentes as quais obrigam o sujeito a se redefinir a partir de seus próprios valores.

Souza-e-Silva (2003) toma a expressão gênero da atividade equivalente a gênero profissional e destaca o princípio da economia que norteia as atividades realizadas a partir do gênero, uma vez que o gênero pressupõe o subentendido da atividade, o que não precisa ser explicado a cada vez que se retoma a atividade. A autora ratifica as observações de Clot & Faïta (2000) ao observar que os gêneros da atividade representam uma memória impessoal e coletiva que determina como se portar, começar, terminar e conduzir uma atividade, que com o auxílio dos estilos de ação conduzem e podem transformar a ação dos coletivos de trabalho.

As observações precedentes acerca do movimento permanente de recriação e organização do trabalho apontam para a possibilidade de se falar em estilo como uma reavaliação, uma acentuação e um retoque de gêneros (Clot & Faïta, 2000). É o trabalho do estilo que produz uma estilização dos gêneros capaz de os guardar em “estado de marcha”, de os transformar e os desenvolver (p.15). Os gêneros possuem uma estabilidade transitória, ganhando vida e permanecendo vivos ao ser constantemente metamorfoseados pelos estilos. Cada sujeito impõe ao gênero em que atua o seu retoque de gênero. A partir dessa personalização dos gêneros profissionais, pode-se falar em estilo profissional, referindo-se a essa transformação do gênero durante a ação. Os estilos retrabalham os gêneros, porque estes são inacabados e só assumem um certo acabamento em cada situação vivida:

O estilo individual é antes de tudo a transformação dos gêneros na história real das atividades, no momento de agir, em função das circunstâncias. Aqueles que agem devem poder jogar com o gênero, mais rigorosamente, com as diferentes variantes que animam a vida do gênero (Souza-e-Silva, 2003, p.348).

Dessa forma, os gêneros se mantêm vivos em razão dessas variações estilísticas. Nessa perspectiva, Clot & Faïta (2000) entendem que a atividade deve ser vista a partir de duas memórias: uma pessoal e outra impessoal. O estilo é resultado do conflito entre as duas memórias da atividade: a singular do sujeito e a impessoal. A prescrição está relacionada ao impessoal. “A profissão tem dupla vida: a sua e a dos outros” (p.18).

A reflexão sobre gêneros profissionais/gêneros da atividade possibilita a apreensão de especificidades do trabalho de uma determinada esfera social. É preciso ressaltar também a importância que a linguagem representa para a atividade de trabalho.

De acordo com Faïta (2007), é preciso descobrir o valor da linguagem, que dá sentido às ações, pois, ao enunciarmos, estamos fazendo uso de enunciados já utilizados nas mesmas ou em outras ocasiões por outras pessoas: “cada vez, porém, eu utilizo, eu acrescento, eu recrio. Recrio em novas condições, um sentido diferente para essas mesmas palavras, esses mesmos enunciados” (p.168). Ainda para o autor, a linguagem é constitutiva da atividade, pois estrutura o fazer no espaço e no tempo. É pela linguagem que os sujeitos se constroem e mobilizam seus saberes (teóricos ou empíricos). É também pela linguagem que os indivíduos mobilizam ações voltadas para o futuro, as quais só se tornam possíveis porque só a linguagem permite representar o futuro ou o irreal.

### 1.2.2 Da atividade de trabalho

A relação entre linguagem e trabalho não é nova. Para Schwartz (2007), filósofo e analista de situações de trabalho, fundador da abordagem ergológica<sup>9</sup>, é impossível desvincular essa relação, pois talvez se trate de uma relação imemorial, cuja complexidade está em torno de duas importantes atividades humanas. É consenso entre os estudiosos do trabalho, ao tratarem dessa relação, que existe um grande contraste entre o período taylorista – no qual era proibido falar com os outros no trabalho –, e o período das novas tecnologias – que, opostamente, vai ser caracterizado pela necessidade do domínio da atividade languageira, incluindo novos códigos, cujos resultados vão se refletir na eficácia do trabalho.

A descontinuidade entre o período taylorista e o período atual pode ser observada de diversas formas. Na época de Taylor, o trabalho individual era considerado superior ao trabalho em equipe; hoje, ao contrário, a comunicação pela linguagem é valorizada, e a sociedade “informacional” confere muita importância ao trabalho em equipe, o que pressupõe a valorização da linguagem. A individualização das relações de trabalho também passa pela polarização entre o trabalho prescrito (concebido pelos administradores) e o real (a ser executado/cumprido pelos trabalhadores): um concebe e o outro executa. Havia, no taylorismo, uma mecanização no trabalho, a ponto de se entender que a fala entre colegas poderia prejudicar a produção. O fator humano era desconsiderado (Faïta, 2007; Schwartz, 2007).

A ergonomia da atividade colaborou com os estudos do trabalho mostrando a distância entre o prescrito e o real, o que serviu de apoio para as reflexões posteriores. Tanto a clínica da atividade quanto a ergologia concebem o trabalho a partir do ser humano e assinalam que é preciso considerar a complexidade das atividades laborais que são tecidas por uma rede de inter-relações não aparentes, o que exige a intervenção de analistas para a sua compreensão, ainda que parcial (Faïta, 2007; Schwartz, 2007). Assim, o trabalho deve ser observado como um movimento de dinamicidade entre as prescrições e o real (Di Fanti, 2004).

---

<sup>9</sup> A ergologia é uma perspectiva pluridisciplinar (filosofia, lingüística, ergonomia da atividade etc.) de análise de situações de trabalho que considera o humano como o centro da atividade. Por isso, critica abordagens que consideram o trabalho como uma mera execução de uma prescrição sem levar em conta o espaço de trabalho como um espaço que acumula historicidade (Schwartz, 1997, 2007).

Para Schwartz (2007), o trabalho é um debate entre as normas antecedentes (o que orienta as práticas laborais, desde as mais distantes às mais próximas, como as prescrições) e as renormalizações (o trabalho vivo). As renormalizações, sempre parciais e não previsíveis, mostram que o trabalho nunca é igual ao planejado e que o ser humano é o protagonista principal de sua ação. Nesse debate, há uma relativa possibilidade de o trabalhador fazer suas escolhas, de modo que possibilita a criação de estratégias singulares para enfrentar os desafios do seu meio.

Para o estudo da atividade humana, Schwartz (2006) propõe o entendimento do trabalho a partir do conceito de “atividade industriosa: um debate de normas que ultrapassa o meio do trabalho, mas que se situa dentro do meio do trabalho” (p. 459). Nesse processo, a atividade se desenvolve numa espécie de negociação entre as normas antecedentes e a tendência à renormalização, pois todo trabalho tem uma história singular, e as normas não são suficientes para o desenvolvimento do trabalho. Logo, a renormalização pelo sujeito é uma constante, que se caracteriza pela (re)criação da história, em cujo evento a tensão entre o geral e o particular emerge.

Resultante da desvalorização do trabalho, seja por fatores econômicos ou políticos, em diferentes estruturas, seja por fatores pessoais, Schwartz (2007) apresenta duas interpretações para justificar por que o trabalhador não gosta de falar do trabalho: por “ser demasiado simples” ou porque “não há nada a dizer”. Em ambas há o pressuposto de que o trabalhador não é instigado a refletir sobre a importância da sua atividade laboral. Para o autor, sempre há alguma coisa a ser vista no trabalho e, nessa tensão geral que compreende a atividade, é que se pode compreender as trocas como importantes renormalizações: “subversões, invenções, mais ou menos bem ajustadas às situações locais” (p. 136). A atividade de linguagem acompanha a atividade humana, regulando-a, dirigindo-a e orientando-a.

A partir desse enfoque, Schwartz (2007) destaca uma dupla dimensão existente na relação linguagem e trabalho: a dimensão da *linguagem comum* e a *dimensão voltada para o conceito*. Enquanto a primeira se caracteriza como uma linguagem rica que permite o desenvolvimento das atividades, a segunda é vista como lugar em que se fabricam conceitos que enquadram as atividades de trabalho, seja qual for a sua dimensão: técnica, científica, organizacional, gerencial, hierárquica, de poder, política, etc.

Sobre a importância da linguagem no trabalho, Schwartz (2007) observa que

as novas configurações do trabalho iluminam a importância da relação com o simbólico: falar, ler, escrever, calcular, esquematizar. Com a finalidade não só de produzir como



também de formar, validar e organizar o trabalho, é atualmente imperativo compreender a atividade como uma dialética, um jogo de reciprocidades entre o dizer e o fazer, entre o geral e o singular. Aquele que descobre a riqueza de sua própria atividade simbólica adquire uma disponibilidade nova para os aprendizados que são necessários (Schwartz, 2007, p.131).

Sintetizando sobre a complexidade da relação entre linguagem e trabalho, Schwartz (2007) faz as seguintes considerações:

(a) A dimensão do “corpo si” (o corpo faz parte da atividade) não é traduzida em linguagem. A inteligência, o sistema nervoso, os regulamentos, a história – o corpo se forma na história da humanidade e na história de cada um – esse corpo está presente no trabalho e, embora essa dimensão do corpo seja fundamental, a passagem para a linguagem é limitada.

(b) Toda atividade vai ser sempre uma renormalização do previsto. Para o autor, “as normas antecedentes nunca serão suficientemente exaustivas a ponto de dizer tudo” o que fazer (p.15). Na atividade, os indivíduos precisam “antecipar saberes e conhecimentos que ainda não existem” (p.146) para preencher os espaços que o autor denomina “buracos de normas”. Esses saberes produzidos a partir da própria atividade “servirão para rearrumar, para renovar o estoque de saberes existentes – estoque esse que, por sua vez, vai produzir outras situações” (p.149).

(c) O inconsciente é manifestado na resistência à verbalização, pois verbalizar equivale a uma transgressão, o que “faz com que se calem mesmo aquelas pessoas perfeitamente conscientes do que fazem, que poderiam dizer o que fazem” (p.147) mas que não vão se arriscar em mostrar visivelmente que não seguiram o prescrito.

(d) A questão de segurança pode impedir a verbalização, já que há atividades que precisam se manter em sigilo. Se por um lado é importante verbalizar o trabalho para reconhecê-lo, por outro, deve-se controlar as condições em que se dá tal verbalização.

Assim, a relação linguagem e trabalho que, paradoxalmente, parece ser uma relação difícil, porém necessária, deve fazer parte das reflexões atuais. É importante, nesse sentido, discutir diferentes dimensões de abordagem, como as desenvolvidas por Nouroudine (2002), que propõem uma reflexão sobre a linguagem destacando o seu caráter revelador da complexidade do trabalho em três dimensões: linguagem *no* trabalho, *como* trabalho e *sobre* o trabalho.

Para tanto, Nouroudine (2002) aborda os aportes teóricos concernentes à distinção efetuada, por considerar essa tripartição necessária para uma reflexão sobre a linguagem no

trabalho. Essa tripartição, advinda de Michele Lacoste<sup>10</sup>, constitui-se em uma contribuição que apresenta suas vantagens para tentar explicar a complexidade da linguagem, mas que também recebe críticas, como destacam Rocha, Daher e Sant’Anna (2002).

A distinção dessas dimensões possibilita destacar as ligações e as diferenças de funcionamento da linguagem em situações de trabalho. Embora “a complexidade no trabalho se encontre dentro da linguagem em sua totalidade, ela se traduz diferentemente de acordo com os modos de tripartição” (p.18). Esses modos estão em ligação com as práticas languageiras na situação de trabalho e articulam a relação do sujeito na situação de linguagem e trabalho.

A linguagem *como* trabalho relaciona-se à linguagem como elemento constitutivo da atividade de trabalho. A noção, diferentemente do que o taylorismo tentava demonstrar, defende que o trabalho constitui-se em uma atividade complexa, envolvendo várias dimensões. No entanto, a complexidade reside, sobretudo no fato de o trabalho “integrar propriedades múltiplas, cada uma participando da formação de uma significação dinâmica e variável nos campos social e histórico” (Nouroudine, p.19). O trabalho envolve a vida e as atividades humanas, abrangendo valores e atividades interligados.

Na modalidade de linguagem *como* trabalho, há dois níveis de linguagem: a dos gestos e falas dirigidas ao coletivo e a das falas dirigidas a si próprio, para acompanhar e orientar os seus próprios gestos. A essa distinção, Nouroudine (2002) acrescenta que a linguagem *como* trabalho deve ser considerada dialógica. Para tanto, recorre a Bakhtin na perspectiva de refletir sobre a produção de sentido no trabalho: “sempre há nele uma pergunta, um chamado e uma antecipação de resposta; sempre há nele dois sujeitos” (p.20). Esse diálogo proposto revela na linguagem *como* trabalho a presença de uma linguagem operante.

É preciso ressaltar ainda que uma das características principais dessa modalidade de linguagem é a de ser econômica, uma vez que a interação verbal em situação de trabalho pode ser um meio de gestão do tempo de trabalho. Além disso, vai ter outras funções, quais sejam: social (a partir da interação com o outro), ética (com base no caráter social do enunciado, e na abertura ao debate), histórica, cultural, entre tantas outras.

A linguagem *no* trabalho é a linguagem circundante, constitutiva da atividade de trabalho global, diferentemente da linguagem *como* trabalho que é expressa pelo ator e/ou coletivo dentro

---

<sup>10</sup> Lacoste (1995), citada por Nouroudine (2002) a partir de trabalhos realizados por Grant Johnson & Caplan (1979), considera importantes essas distinções para que um espaço de reflexões sobre a linguagem no trabalho possa se constituir. No entanto, a autora insere em um mesmo conjunto “linguagem *no* e linguagem *como* trabalho”.

da atividade, em tempo e lugar reais. Essa dimensão favorece as trocas na situação de trabalho. Desse modo, essa modalidade pode veicular conteúdo de natureza variada e às vezes até bastante distanciada da atividade exercida pelos trabalhadores em seu conjunto. Assuntos referentes à vida pessoal, à política, ao futebol, à música, etc. estão inseridos nessa modalidade de linguagem. Tais nuances podem ser importantes para o desenvolvimento da atividade. Para Nouroudine (2002), a análise da linguagem *no* trabalho é tão produtiva quanto a análise da linguagem *como* trabalho, visto ser necessário analisar a situação global em que os saberes sobre o trabalho são produzidos, observando que o encontro da situação com a experiência se dá pela linguagem.

Já a linguagem *sobre o* trabalho é a que interpreta o trabalho, não se limitando à atividade do pesquisador, mas se estendendo a toda manifestação que permite avaliar uma situação. Nouroudine (2002, p.25) cita Lacoste (1995) a qual afirma, sobre esses motivos, que, “longe de ser apenas um artifício do pesquisador que impõe esse tema aos operadores, a fala sobre o trabalho é, às vezes, motivada de seu próprio interior, por exigências da equipe ou da empresa”. O autor ressalta, assim, o caso de os colegas evocarem “o trabalho para comentá-lo ou avaliá-lo, para lembrá-lo, para se justificar, ou por mil razões surgidas no momento” (p. 25). Sob esse enfoque, destaca a importância de se questionar acerca de “quem fala”, “de onde fala” e “quando fala” para que se compreenda onde se situa o campo de validade e de concernência da linguagem *sobre o* trabalho. Conclui, observando que a linguagem *sobre o* trabalho se encontra imbricada com a linguagem *no* trabalho e com a linguagem *como* trabalho. Esse imbricamento

(...) não compromete a distinção dos três aspectos da linguagem. Ao contrário, parte do pressuposto da existência de uma linguagem que faz (a linguagem como trabalho), uma linguagem circundante (a linguagem no trabalho) e uma linguagem que interpreta (a linguagem sobre o trabalho) para produzir a análise das práticas de linguagem (Nouroudine, 2002, p.26).

Faïta (2002, p.50) considera a distinção entre a linguagem *no* e *sobre o* trabalho como uma “comodidade para a análise”, tendo em vista não se considerar que “a competência e os saberes dos sujeitos” que estão “incorporados simultaneamente às maneiras de dizer e às maneiras de agir orientadas a um objetivo comum”. Desse modo, embora a distinção possa ser relevante por questões metodológicas, não o é se se restringe a uma ou a outra dimensão como se fossem independentes uma da outra. Logo, compreender a linguagem *como* trabalho e *sobre o* trabalho significa sobretudo compreender, ainda que em parte, a atividade dos envolvidos nesse processo – sujeitos dialógicos, dotados de conhecimentos dialógicos que produzem enunciados também dialógicos.

No conjunto das práticas languageiras do trabalho dos policiais federais, os trabalhadores criam palavras designativas, que sintetizam suas atividades e facilitam o dizer *como, no e sobre o* trabalho. Postas em circulação, essas designações vão facilitar e organizar o trabalho, além de contribuir para a sua divulgação.

### **1.3 Palavras do trabalho: interfaces entre linguagem e trabalho**

Boutet (2001) desenvolve uma reflexão sobre a importância da análise das palavras do trabalho para se observar características dos coletivos de trabalho. Esses coletivos “se constroem em torno de formas específicas de falar, de conceber o mundo, pelas quais afirmam sua identidade” (p.201). A autora destaca, ainda, que os setores profissionais têm “suas palavras”, suas “formas de nomear os colegas, as atividades, os objetos”, trazendo uma carga de história que é sempre atualizada (p.190). Essas palavras não servem só para representar os objetos de trabalho, elas também se constituem em estratégias sociais que trazem uma carga de história em torno desses coletivos de trabalho, denominadas pela autora de “atividades languageiras de renominação” (p.191).

Nessas criações, há uma ressignificação no deslocamento de um contexto para outro – a palavra passa a um grau mais ou menos elevado, dependendo do acento de valor que lhe é conferido – maior ou menor, pois cada vez que enunciemos, estamos dando um outro valor à palavra. Embora a matriz se repita, a palavra está sempre se renovando, pois está em jogo a construção de sentido, não o sistema da língua. São criações efetuadas nos universos reais de trabalho e constituem-se em uma experiência singular, que passam a fazer parte das relações sociais de trabalho (Boutet, 2001).

A autora destaca ainda a circulação de palavras socialmente compartilhadas, as quais estão sempre em desenvolvimento. Muitas das palavras do trabalho configuram-se como o resultado de práticas de transformação de designações convencionais, o que chama de “estética do trabalho” (p. 193). No conjunto das possíveis transformações, os fenômenos da metáfora, do eufemismo e da hipérbole são considerados mecanismos que facilitam o desenvolvimento da atividade laboral e revelam a relação que o trabalhador estabelece com o outro. Além disso, “a descrição languageira dada a um objeto por meio de um nome, de uma determinação, de uma

expressão ou de uma metáfora constitui uma ferramenta de categorização do real que se impõe como um verdadeiro guia da atividade futura” (p.200-201).

A designação utilizada em diferentes esferas de atividade vem sendo objeto de reflexão de pesquisadores da linguagem. De acordo com Maingueneau (2002), a designação pode ser vista, como alguns filósofos da linguagem compreendem, através do uso do nome próprio quando se relaciona diretamente a seu referente e é instituída pelos “atos de batismo”. Do ponto de vista discursivo, o autor sugere que se observe na designação o tipo de relação estabelecida com outros textos, podendo essa intertextualidade ser interna ou externa. A primeira ocorre quando o discurso se relaciona com discursos da mesma esfera discursiva. O segundo tipo configura uma relação do discurso com outras esferas discursivas. Ao fazer uma análise das designações atribuídas às marcas de produtos, o analista do discurso constata que “os nomes de marca evocadores procuram evocar as características dos produtos tal como estes são colocados em cena no discurso específico de cada marca” (p.218).

O analista do discurso propõe a distinção das designações em dois grupos: designação neológica, para as designações que fazem circular novos nomes, e designação desviada, referindo-se às que exploram os valores semânticos de unidades já em circulação, quer se trate de nomes próprios ou de palavras da língua (p.218). As designações desviadas são as mais freqüentes, já que o significado está “ligado à unidade existente, quer se trate de nomes que fazem parte da competência lingüística (...) quer de nomes próprios (históricos, geográficos, etc.) que fazem parte da competência enciclopédica” (p.219). Segundo o pesquisador, essa estratégia de designação possui a vantagem de se apoiar sobre termos que já possuem uma carga semântica forte, desde que essa carga semântica convenha aos propósitos de referência, mesmo que sejam ressaltados apenas os traços semânticos que interessam na referência. Como esse tipo de designação evoca unidades lexicais variadas, “é justamente concebido de modo a fazer trabalhar o imaginário” (Maingueneau, 2002, p.219).

Outro pesquisador que tem contribuído com o estudo das designações é Guimarães (2002), que faz distinção entre designação, nomeação e referência. Para o autor, designação “é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato” (p.9). Nesse sentido, “seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história” (p.9). Essa relação lingüística não pode estar desvinculada do

acontecimento e, no caso de nomes próprios, estes buscam e garantem a unicidade, o que se percebe no fato de não ser uma relação direta entre palavra e objeto, mas uma construção de relações lingüísticas que vai particularizar um ser específico. A nomeação, por sua vez, “é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”, ao passo que referência é “a particularização de algo na e pela comunicação” (p.9). No caso desta pesquisa, as designações estudadas servem para localizar a Operação da Polícia Federal como única, sendo possível referi-la sem que ocorra troca ou equívoco.

Um outro autor que apresenta estudos sobre a designação é Rajagopalan (2004), o qual menciona algumas propostas teóricas que objetivam entender o funcionamento da designação, afirmando que os nomes dados nem sempre atingem os efeitos de sentido pretendidos por aqueles que os criaram. Podem surgir efeitos inesperados: “Assim os mesmos indivíduos que são chamados de ‘homens-bomba’ e ‘terroristas suicidas’ pela imprensa ocidental são lembrados como ‘mártires’ e ‘soldados da guerra santa’ pela imprensa árabe” (Rajagopalan, 2004, p.87). O autor fala ainda da “criação de nomes próprios” referindo-se à “fabricação de novos termos de designação para se referir às personagens novas e aos acontecimentos novos que capturam a atenção dos leitores” (p.84). Com relação à designação no contexto da mídia, o autor assim se posiciona: “é preciso pensar além da semântica dos nomes próprios para encarar o fenômeno de nomeação como um ato eminentemente político” (p.82), sustentando a tese de que é no uso político da designação que a mídia vai influenciar a opinião pública a favor ou contra fatos e pessoas através deles noticiados. Para o autor, essas palavras estrategicamente escolhidas carregam um acento de valor disfarçado em um simples ato de referência neutra e nisso reside o seu poder de influência.

Considerando a proposta deste trabalho e os pressupostos bakhtinianos no que tange aos estudos da linguagem, é preciso fazer referência à compreensão da relação entre “denotação” e “conotação”, desenvolvidas por Bakhtin em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2004, p.135). O autor, referindo-se a essa distinção, considera a divisão ilegítima: “A mudança de apreciação é sempre, no final das contas, uma reavaliação: o deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para outro. A palavra ou é elevada a um nível superior, ou abaixada a um inferior” (p.135). Para o pensador russo, considerar a significação isolada priva a evolução viva da palavra, impedindo que ela receba apreciação. É preciso concordar com essas reflexões, ao se perceber que considerar um “sentido literal” e “outros possíveis” desencadearia, como ratifica

Faraco (2003), uma separação entre um centro denotativo e margens conotativas. Contudo, por questões metodológicas, é necessário fazer algumas considerações no que tange à dimensão da organização da análise para a observação da construção dos sentidos.

É importante destacar, a partir da reflexão precedente e da relação entre significação e tema já desenvolvida, que a palavra, compreendida como enunciado, conforme preconiza Bakhtin (2003), é já uma forma de enunciação e, por isso, é acentuada valorativamente. Logo, não há um sentido literal, próprio, mas sim sentidos possíveis, ou efeitos de sentido, em determinadas situações de enunciação. Assim, para recuperar Boutet (2001), quando se percebe uma transferência de uma designação convencionalmente usada (em um dado gênero de discurso) para outra, muitas vezes distante, é possível se falar de uma “estética”, a qual pode se materializar de diferentes formas. Desse modo, há acentos apreciativos inerentes à linguagem que não permitem um sentido só (literal), e tais apreciações são centrais na “troca e evolução históricas” (p.197).

Dentre as possibilidades de se compreender as designações atribuídas às investigações da Polícia Federal, podemos falar de “metáfora” para fazer referência a analogias criadas em determinadas circunstâncias. Para o entendimento do conceito de metáfora, diferentemente do conceito apresentado na gramática tradicional que a considera apenas uma figura de linguagem, Charaudeau e Maingueneau (2004, p.328-330) observam que a metáfora possui diferentes funções discursivas: (a) função estética: ornamentar o discurso, sobretudo o literário; (b) função cognitiva: explicar por meio de analogias algo novo ou de pouco conhecimento; (c) função persuasiva: os diversos discursos – políticos, morais – usam a metáfora como forma de impor opiniões de maneira não explícita.

As relações metafóricas, ou melhor, efeitos metafóricos ampliam a reflexão, pois, além de estabelecerem orientação ou possibilidade de sentidos por meio de analogias, mobilizam formas de já-dito. Nesse contexto, o dialogismo, princípio constitutivo de toda atividade de linguagem, passa a ser observado como objeto de reflexão para a compreensão da produção de sentidos (Bakhtin, 1997, 2003). Logo, as relações de analogia com outras vozes discursivas evidenciam intertextualidades.

Considerando o texto como toda expressão humana, portanto, como enunciado, discurso, e a propriedade dialógica da linguagem (Bakhtin, 2003), pode-se afirmar que toda prática discursiva é constituída por intertextualidades, já que a inter-relação entre discursos é

constitutiva. É importante destacar que essa intertextualidade constitutiva pode ser aparente ou não e ainda pode pertencer a uma mesma esfera de atividade humana ou a esferas diferentes.

Conforme já foi apresentado, os estudos de Bakhtin orientam que se considere a comunicação verbal a partir de esferas sociais de atividade humana. Os gêneros de discurso, formas relativamente estáveis de dizer, realizam-se na relação com tais esferas, as quais evoluem permanentemente. Tendo em vista essas reflexões, é preciso observar, com relação à análise proposta, que os enunciados, representados pelas palavras do trabalho dos policiais federais, são “tomados” de empréstimo de outros textos (discursos, enunciados, vozes sociais), de outras esferas bastante diferenciadas, desencadeando efeitos metafóricos bastante sugestivos e que requerem a análise de diálogos estabelecidos.

O emprego da palavra como palavra discursiva é de “índole individual-contextual”. Bakhtin (2003) entende que a palavra existe para o falante sob três aspectos: como “palavra da língua” – não pertencente a ninguém, como “palavra alheia”, dos outros – trazendo ecos de outros enunciados – e como “minha palavra”, porque uma vez que se opera com ela em uma nova situação determinada, com um projeto discursivo determinado, ela se impregna da expressividade do enunciator. Tanto a palavra alheia como a minha palavra, ao serem materializadas no discurso, expressam a posição valorativa do sujeito em interação com os enunciados dos outros.

Nesse processo, todo discurso se impregna das palavras alheias, as quais trazem consigo a expressão do outro, o tom valorativo que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos, enfim, recriamos a palavra. É importante observar, sob esse enfoque, que

a expressividade de determinadas palavras não é uma propriedade da própria palavra como unidade da língua e não decorre imediatamente do significado dessas palavras; essa expressão ou é uma expressão típica de gênero ou um eco de uma expressão individual alheia, que torna a palavra uma espécie de representante da plenitude do enunciado do outro como posição valorativa determinada (Bakhtin, 2003, p.295).

Para Bakhtin (1998), a palavra alheia desempenha um papel de destaque na formação ideológica do indivíduo. Pode se apresentar como palavra autoritária e como palavra interiormente persuasiva. A primeira está relacionada às posições de poder – pai, professor, cientista, etc. A segunda “está entrelaçada com as palavras do homem em formação e é fundamental para o seu processo de independência” (Grillo, 2006, p.145). Esta também está presente em todas as esferas da criação ideológica. Bakhtin (2003) observa que, como a palavra



alheia vai estar presente em esferas distintas, essas esferas são determinantes para a compreensão e tratamento dado a essa palavra alheia.

Enunciamos a partir da esfera em que estamos atuando. Os enunciados refletem e refratam a evolução da esfera, sua finalidade, os interlocutores. Assim, percebe-se que todo enunciado se realiza a partir da escolha de um gênero do discurso e que essa escolha se realiza pela especificidade da esfera (Bakhtin, 2003). O sentido emerge na relação com o gênero-esfera de atividade. Nessa perspectiva, ressalta-se a ordem metodológica para o estudo do enunciado proposta por Bakhtin/Volochínov, (2004, p.124):

- (1) As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza.
- (2) As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal.
- (3) A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação lingüística habitual.

Essa ordem pode ser interpretada como (1) esfera, (2) gênero do discurso e (3) elemento lingüístico. Sendo três dimensões indissociáveis deve-se ter o cuidado para na análise se levar em conta todas as dimensões. É ressaltada, nessa proposta, o desenvolvimento da evolução da língua: “as relações sociais evoluem (em função da infra-estrutura), depois a comunicação e a interação verbais evoluem em consequência da interação verbal, e o processo de evolução reflete-se, enfim, na mudança das formas da língua” (Bakhtin/Volochínov, 2004, p.124). É mister que as formas de enunciação sejam consideradas na sua totalidade, e não apenas sejam consideradas as formas lingüísticas. Por conseguinte, a construção de enunciados deve ser considerada nos lugares de produção.

No que se refere à pesquisa em desenvolvimento, a criação, uso e divulgação das palavras da Polícia Federal vão assumir particularidades discursivas que são produzidas pelas coerções constitutivas das esferas (palavras institucionais) e dos gêneros (captação, espetacularização). Para cada intuito de comunicação há um gênero que a ele melhor se adapta, sendo que vai ser nessa escolha de gênero que vai se realizar o querer-dizer do locutor. Tanto as formas da língua quanto as de gênero do discurso são necessárias para a enunciação, pois compreendem um conjunto de orientações que facilitam os processos interacionais. Interessa tanto o contexto

quanto o modo de enunciação, conquanto os gêneros sejam mais flexíveis às mudanças do que as formas da língua (Bakhtin, 2003).

É preciso lembrar que um mesmo enunciado, veiculado em diferentes esferas, em diferentes culturas, torna-se outro. Um mesmo texto torna-se outro, uma vez que se concretiza em diferentes práticas por circular em diferentes gêneros, estabelecendo outras relações dialógicas. Assim, um enunciado está submetido à esfera da produção, circulação e recepção. Na passagem de uma esfera a outra pode passar também por diferentes gêneros, passando a apresentar sentidos variados.

Sob esse enfoque, considerando a proposta deste trabalho de analisar discursivamente palavras que os Policiais Federais (re)criam para nomear suas operações de trabalho e a pertinência dos estudos dialógicos para compreender aspectos relativos a práticas profissionais, são desenvolvidas, no capítulo seguinte, reflexões sobre esferas que articulam atividade de linguagem e atividade de trabalho.

## 2 ESFERAS DE ATIVIDADE: POLICIAL E MIDIÁTICA

As Operações da Polícia Federal começaram a ganhar destaque na mídia com o início do governo Lula, em 2003. Desde então, o número de Operações deflagradas tem aumentado ano a ano, assim como aumenta a cobertura midiática dispensada ao trabalho dos policiais federais. Por se tratar de investigações que envolvem pessoas públicas, essas atividades possuem um forte apelo junto à população.

Bakhtin (2003) defende a idéia de que sempre que a língua é utilizada isso é feito através de gêneros do discurso, salientando a relação destes com as diferentes esferas das atividades humanas as quais ligam o enunciado ao mundo social. Esses enunciados concretos trazem sempre um ponto de vista, um acento de valor dado por seus autores, a partir da esfera de atuação.

Da produção à recepção, as designações utilizadas para nomear a atividade de trabalho circulam por diversas esferas, perpassando uma variedade de gêneros. Nesse caminho, as palavras são ressignificadas. É preciso retomar o conceito de esfera, conceito que se refere ao espaço social de onde emanam os discursos, ao espaço institucional legítimo que marca a posição enunciativa do locutor e confere o acento valorativo dado à enunciação.

Este capítulo apresenta características de duas esferas em que circulam as palavras dos policiais federais – as esferas policial e midiática. A palavra parte da esfera policial, onde é criada e circula como palavra de trabalho; posteriormente, apropriada pela mídia, também vai circular e servir às intenções características e próprias dessa esfera. O capítulo é dividido em duas seções. A primeira, *A esfera policial*, resgata aspectos da atividade de trabalho do policial federal, em especial no que tange às suas criações designativas. Mais adiante, em *A esfera midiática*, breves apontamentos sobre o papel da mídia são apresentados, ressaltando não só a bivocalidade desse discurso, como também aspectos referentes à espetacularização.

## 2.1 A esfera policial

Vários grupos profissionais, no desempenho de suas funções, acabam por criar verdadeiros “jargões” para referir-se às suas atividades. Essas criações de linguagem não só auxiliam a organização do trabalho como também facilitam a posterior divulgação do trabalho pela mídia. Na esfera policial, essas criações podem contribuir para designar operações e atividades desempenhadas em grupo. Por exemplo, a Brigada Militar utilizou designações como “Operação Centauro”<sup>11</sup> e “Operação Papai Noel”<sup>12</sup>, a Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, realizou a “Operação Predador”<sup>13</sup>, a Polícia Rodoviária Federal realizou a “Operação Sete de Setembro”<sup>14</sup>, a Agência Nacional de Aviação Civil realiza a “Operação Carnaval”<sup>15</sup> e a “Operação Hora Certa”<sup>16</sup>, e o Ministério da Defesa organizou a “Operação Charrua”<sup>17</sup>.

A Polícia Federal, para dar ensejo a suas operações, também se utiliza do recurso das designações, as quais se caracterizam pelo forte apelo lingüístico que, fazendo parte do trabalho do grupo, servem para divulgar sua atividade laboral. A fim de subsidiar a análise sobre designações utilizadas pela Polícia Federal, é apresentado um breve panorama das características da Polícia Federal, seguido de características sobre a escolha dos nomes e temas das operações policiais.

---

<sup>11</sup> Operação realizada pela Brigada Militar em 2007 com o objetivo de fiscalizar veículo (Jornal Zero Hora).

<sup>12</sup> Operação realizada todo ano pela Brigada Militar na época do Natal, em 2007, a partir da qual duplas de policiais ficam responsáveis por fiscalizar as ruas das cidades (Jornal Zero Hora).

<sup>13</sup> Operação realizada pela Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul que, no dia 11 de dezembro de 2007, efetuou a prisão de pessoas de uma comunidade naturista da cidade de Taquara. Dentre os presos, um casal norte-americano suspeito de envolvimento em pedofilia. (“Suspeitos de pedofilia são presos no Rio Grande do Sul”. *Zero Hora*. 12 dez. 2007. p. 4).

<sup>14</sup> Operação realizada pela Polícia Rodoviária Federal em todo o país para proteger o trânsito por ocasião do feriado da Independência, em 2007.

<sup>15</sup> Operação realizada em 2008 pela Agência Nacional de Aviação Civil nos principais aeroportos do país com o objetivo de evitar filas e atrasos durante o feriado do Carnaval. (“Salgado Filho será incluído na Operação Carnaval”. *Zero Hora*. 8 jan. 2008. p.25).

<sup>16</sup> Operação a Agência Nacional de Aviação Civil que teve início em janeiro de 2008 com o objetivo de reduzir a quantidade de atrasos em vôos durante o período do Carnaval. (“Anac reforça fiscalização para reduzir atrasos”. *Zero Hora*. 17 jan. 2008. p.18).

<sup>17</sup> Simulação de guerra, realizada entre os dias 12/11 e 21/11/2007 na região Sul do país, que contou com a participação da Marinha, do Exército e da Força Aérea. (*Zero Hora*, 12/11/2007).

### 2.1.1 Breve histórico da Polícia Federal

Inicialmente denominada “Departamento Federal de Segurança Pública” (DFSP), a Polícia Federal começou sua atuação em março de 1944 na área do Distrito Federal. A partir de 1964, ela passou a ter atribuições em todo o território nacional. Em 1967, o nome foi alterado para “Departamento de Polícia Federal” (DPF), tendo sido mantida essa designação até os dias atuais.

Para garantir seu desempenho e favorecer a integração com os diversos órgãos da administração federal, o DPF possui uma estrutura hierárquica. Há órgãos técnicos e de apoio, em Brasília, responsáveis pelas atividades de planejamento, coordenação e controle. Já para a execução das atividades, ao todo são 27 Superintendências Regionais, 54 Delegacias de Polícia Federal, 12 Postos Avançados, 2 Bases Fluviais e 2 Bases Terrestres<sup>18</sup>.

De acordo com o parágrafo primeiro do artigo 144 da Constituição Federal de 1988, a Polícia Federal tem por funções:

- I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
- II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
- III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;
- IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União (Brasil, 1988).

O DPF é um órgão da esfera federal da Administração Pública encarregado de fazer investigações relacionadas a crimes contra a Administração Pública e encaminhar essas investigações ao Ministério Público Federal, que então as remeterá para a Justiça Federal. Por envolver a investigação de crimes contra a Administração Pública, a Polícia Federal “firma-se no país como instituição moralizadora em decorrência de ações recentes no combate à corrupção”<sup>19</sup>.

Com essa estrutura, desde o começo do governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, em 2003, até meados de 2007<sup>20</sup>, foram realizadas 349 operações, as quais resultaram em 5.886 prisões, envolvendo 923 servidores públicos, sendo que muitas delas foram resultantes de

<sup>18</sup> *Histórico do Departamento*. Disponível em <[http://www.dpf.gov.br/web/informa/hist\\_dpf/hist\\_dpf.htm](http://www.dpf.gov.br/web/informa/hist_dpf/hist_dpf.htm)>. Acesso em 5 dez. 2007.

<sup>19</sup> Editorial. *Zero Hora*, 5 maio 2007.

<sup>20</sup> Dados atualizados até 15 de maio de 2007.

investigações que decorriam há décadas<sup>21</sup>. O número de operações deflagradas pela Polícia Federal tem aumentado continuamente. A Polícia Federal atribui essa intensificação a fatores como “o aumento do efetivo, de 7 mil policiais no fim do governo FHC para 12 mil este ano [2006]; a política de divulgação e o batismo<sup>22</sup> de forte apelo”<sup>23</sup>.

O Quadro 1 mostra a evolução do número de operações da Polícia Federal entre o começo de 2003 e meados de 2008.

**Quadro 1.** Operações da Polícia Federal no período de 2003 a 2008

Ano	Número de operações
2003	16
2004	42
2005	67
2006	167
2007	188
2008	97 <sup>24</sup>

Fonte: Divisão de Comunicação Social da Polícia Federal

A partir do quadro, observa-se que as operações aumentaram em número a cada ano desde 2003.

### 2.1.2 Operações da Polícia Federal

As Operações da Polícia Federal têm por finalidade investigar crimes contra a Administração Pública. Como resultado dessas investigações – muitas vezes mantidas em sigilo no decorrer da atividade de trabalho – são efetuadas prisões e encaminhados os inquiridos para o Ministério Público Federal. Para cada nova possível infração investigada, uma nova Operação é criada, e essa Operação receberá uma designação própria, que será mantida durante a atividade

<sup>21</sup> AMORIM, Paulo Henrique. PF de Lula dá de 10 X 0 em PF de FHC. *Conversa Afiada*, 29 maio 2007. Disponível em <[http://conversa-afiada.ig.com.br/materias/434501-435000/434688/434688\\_1.html](http://conversa-afiada.ig.com.br/materias/434501-435000/434688/434688_1.html)>. Acesso em 5 dez. 2007.

<sup>22</sup> Maneira como certos filósofos da linguagem se referem à designação.

<sup>23</sup> ALCÂNTARA, Alex Sander. Batismo do crime. *Revista Língua Portuguesa*. Ano I, n. 12, 2006, p.26.

<sup>24</sup> Até 03/07/2008. <[http://www.dpf.gov.br/DCS/Resumo\\_OP\\_2008.html](http://www.dpf.gov.br/DCS/Resumo_OP_2008.html)>. Acesso em 14 jul. 2008.

policial de investigação, e também nas fases de deflagração, denúncia, e posterior divulgação da atividade pela mídia.

Uma matéria da *Revista Língua Portuguesa*, em 2006, procurou explicar as razões que levam ao batismo de cada uma das Operações da Polícia Federal. A cada nova investigação, as designações utilizadas nas operações são escolhidas por delegados da Polícia Federal. Essas denominações devem fazer alguma referência ao caso estudado e, simultaneamente, manter o assunto em sigilo. De acordo com a Assessoria da Polícia Federal, as designações atribuídas não só organizam a atividade policial como também facilitam o trabalho da Justiça, uma vez que “um título bem dado sintetiza o essencial da ocorrência e vira referência ágil para o debate de procuradores, juízes e imprensa” (p.26)<sup>25</sup>. A preferência por uma palavra (ao invés de números, ou qualquer outra forma de batismo das operações) facilita não só o trabalho da Polícia, como também o trabalho da Justiça: uma palavra elimina os riscos de perda de tempo, falta de qualidade e eficiência de investigação, além de essas designações constituírem-se em códigos sigilosos para uso da equipe, enquanto a Operação está em andamento.

É por esse motivo que, em alguns casos, há a opção por palavras de trabalho que não se associem de imediato ao objeto do crime, como uma forma de preservar a investigação caso o título da Operação seja vazado. Como exemplo, a *Operação Euterpe*, contra uma quadrilha que facilitava crimes ambientais, representa uma associação mais difícil de ser identificada, uma vez que euterpe é um tipo de palmito. Na *Operação Big Brother*, que procurou coibir a fraude de documentos para obter o pagamento de títulos de dívida pública da Petrobrás e da Eletrobrás, as fraudes estavam relacionadas ao Banco do Brasil, que compartilha suas iniciais com o *reality show* da Rede Globo. De acordo com matéria publicada na *Revista Piauí*<sup>26</sup>, a provável primeira Operação a ter um nome criativo tenha sido a *Operação Arca de Noé*, realizada em dezembro de 2002, que procurou desarticular o jogo do bicho em Mato Grosso. O nome da operação fazia alusão à passagem bíblica em que Noé coloca os bichos na arca, além de remeter ao nome do principal envolvido no caso, João *Arcanjo* Ribeiro.

Ainda, segundo a matéria da *Revista Língua Portuguesa*, antes, poucas ações recebiam designação. Hoje, nomear as Operações virou parte importante do trabalho da Polícia Federal. Para o delegado José Marcelo Previtalli, responsável pela repressão a crimes fazendários em São

<sup>25</sup> ALCÂNTARA, Alex Sander. Batismo do crime. *Revista Língua Portuguesa*. Ano I, n. 12, 2006, p.26.

<sup>26</sup> SCARPIN, Paula. Estalos lítero-policiais. *Revista Piauí*. Junho 2007.

Paulo, “optar por um nome garante a impessoalidade das investigações” (p.27). Ao ser escalado, o agente participa não da operação de um determinado delegado, e sim da “operação tal”, cuja designação personaliza e valoriza o trabalho em equipe. O delegado ainda acrescenta que “os nomes são dados por uma questão de organização”.

Embora não exista um critério definido para as escolhas dessas palavras, pode-se perceber uma recorrência temática, aludindo a filmes, novelas, nomes bíblicos, animais, animais silvestres, relacionados à literatura, mitologia, informática, objetos, jogos, personagens folclóricos, entre tantos outros. É preciso ainda destacar que essas palavras são baseadas em critérios referenciais, motivados por características do crime ou dos infratores, em que a escolha lingüística chama bastante a atenção. Desse modo, os policiais, no ambiente sigiloso de combate ao crime, batizam as suas operações com palavras curiosas e bastante criativas, constituindo-se esse fato em uma das características do seu trabalho – a atividade languageira no trabalho.

Assim, as Operações da Polícia Federal atraem a atenção não só pelos esquemas criminosos que revelam e pelas imagens de prisões que proporcionam à mídia, mas também por suas designações criativas, que operam como verdadeiros códigos para preservar o sigilo, além de posteriormente se transformarem em um poderoso instrumento de marketing para divulgar as operações para a mídia.

De modo a ilustrar as relações estabelecidas nas palavras da atividade dos policiais federais, o quadro 2 traz um resumo de algumas das Operações da Polícia Federal entre os anos de 2003 e 2008, selecionadas com base na criatividade da escolha da designação, na natureza do crime praticado e nas pessoas envolvidas. Além do levantamento dos dados das Operações, também se procurou fazer reflexões acerca da provável analogia estabelecida entre a designação da Operação e a natureza do crime investigado. Essas reflexões partiram de pesquisa bibliográfica e documental em obras variadas (Bíblia, obras literárias, enciclopédias, dicionários e almanaques).



**Quadro 2:** síntese de algumas das operações da Polícia Federal entre 2003 e 2008<sup>27</sup>.

<b>Nome da Operação</b>	<b>Natureza do crime investigado</b>	<b>Provável analogia</b>
Anaconda (2003)	Fraude em licitações para aquisição de ambulâncias	Nome dado a uma cobra sul-americana de grande comprimento. Mais conhecida como sucuri, consegue comer qualquer animal até que tenha o seu próprio peso.
Praga do Egito (2003)	Desvio de dinheiro da folha de pagamento a partir de funcionários fantasmas em Roraima – um dos envolvidos era ex-governador de Roraima. O caso ficou conhecido como “esquema dos gafanhotos”.	Uma das pragas do Egito eram os gafanhotos, que atacavam as plantações.
Pandora (2004)	Extorsão de empresários	Primeira mulher, criada pelos gregos. Conhecida por ter aberto a caixa de pandora e, com isso, ter espalhado o mal pela humanidade.
Matusalém (2004)	Fraude no INSS	Homem mais velho do mundo de acordo com a Bíblia.
Zaqueu (2004)	Fiscais do Trabalho envolvidos em corrupção	Coletor de impostos da Galiléia.
Vampiro (2004)	Fraude em licitação de hemoderivados	De acordo com a lenda, um vampiro seria um homem que se alimenta de sangue.
Narciso (2005)	Crime de sonegação da loja Daslu. Os produtos eram de importadoras que subfaturavam mercadorias estrangeiras para evitar impostos.	Ser mitológico que apreciava a própria imagem.

<sup>27</sup> As informações sobre as Operações foram retiradas do site do Departamento de Comunicação Social da Polícia Federal. <<http://www.dpf.gov.br/DCS>>. Acesso em 21 mar. e 15 de jul. 2008.

Curupira (2005)	Quadrilha que lucrava com a devastação da Floresta Amazônica em Mato Grosso.	Personagem do folclore brasileiro. Protege a floresta espantando caçadores que não respeitam a natureza.
Bye Bye Brasil (2005)	Organização que levava brasileiros de forma ilegal ao exterior.	Filme de Cacá Diegues (comédia de 1979 na qual um grupo de artistas percorre o país fazendo espetáculos) e música de Chico Buarque (criada na mesma época especialmente para o filme)
Macunaíma (2005)	Facilitação de contrabando do Paraguai por policiais rodoviários federais.	Personagem sem nenhum caráter de Mário de Andrade.
Clone (2005)	Prisão de quadrilha que lesava correntistas em fraudes bancárias, obtendo saldos e dados com ajuda de empregados de bancos atuando em cinco estados.	Novela da TV Globo de 2002 na qual um personagem era clonado.
Dominó (2006)	Organização criminosa que envolvia os três poderes.	No jogo de dominó, as peças se encaixam umas nas outras. Há ainda o efeito dominó, pelo qual uma peça derruba a outra.
Control + Alt + Del (2006)	Roubo de senhas bancárias	Comando do teclado do computador que permite encerrar o funcionamento de aplicativos.
Facção Toupeira (2006)	Construção de túnel para assalto a banco	Animal de corpo alongado e coberto de pêlos que vive no subsolo enterrado em tocas e galerias.
Sanguessuga (2006)	Fraude em licitações para aquisição de ambulâncias	Verme que suga o sangue de suas vítimas.

Isaiás (2006)	Extração ilegal de madeira	"Restarão tão poucas árvores em sua floresta, que um menino poderá contá-las" (Isaiás:10:19)
Eros (2006)	A Operação teve por objetivo retirar do mercado farmacêutico e responsabilizar criminalmente os responsáveis pela comercialização de um medicamento proibido para disfunção erétil.	Deus grego do amor
Hurricane (2007)	Venda de sentenças judiciais para donos de bingos e máquinas de caça-níqueis	Hurricane significa furacão em inglês. Um furacão é um fenômeno meteorológico que, ao atingir grandes intensidades, pode provocar grandes devastações.
Oitava Praga (2007)	Quadrilha responsável por fabricação e distribuição de máquinas de caça-níqueis	Na História, a Oitava Praga do Egito diz respeito a uma nuvem de gafanhotos que atacava toda folha verde que via pela frente.
Rodin (2007)	Quadrilha especializada em fraudes em contratos públicos realizados pelo Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul (Detran-RS)	Escultor francês, autor da escultura "O Pensador". Faz analogia à empresa Pensant.
Navalha (2007)	Organização criminoso que desviava recursos públicos federais através de fraudes em licitações de obras do governo.	Lâmina de fio cortante utilizada para cortes rentes a superfícies lisas.
Têmis (2007)	Envolvimento de membros do Judiciário em crimes	Nome da deusa grega da Justiça.
Moeda Verde (2007)	Crimes contra o patrimônio histórico em Santa Catarina, envolvia a preservação de áreas verdes.	Moeda, porque envolve a comercialização de áreas, e Verde porque tem a ver com áreas verdes, além de aludir ao adjetivo pátrio barriga verde, usado para se referir a catarinenses.

Vaga Certa (2007)	Venda de vagas em universidades públicas e particulares	Ter a vaga assegurada, em contraste à dificuldade de se conseguir vaga para ingresso em determinados cursos universitários.
Hipócrates (2007)	Quadrilha que realizava intermediações de benefícios de auxílio doença ou aposentadoria por invalidez indevidos junto ao INSS	Hipócrates é considerado o “Pai da Medicina”. O Juramento de Hipócrates deveria ser seguido até hoje pelos médicos.
Persona (2007)	Esquema fraudulento de comércio exterior, criado por empresários brasileiros para beneficiar empresa multinacional americana, a partir do uso de “laranjas” para reduzir os tributos e burlar os controles da Aduana brasileira.	Máscara que os atores gregos usavam com a função de, além de dar ao ator a aparência que o papel exigia, também amplificar sua voz, permitindo que os espectadores a ouvissem.
Banco Imobiliário (2007)	Quadrilha especializada em praticar crimes de moeda falsa	Jogo de tabuleiro no qual se utiliza uma moeda falsa para simular compras.
Xeque-Mate (2007)	Quadrilha que explorava caça-níqueis em Minas Gerais, Distrito Federal, e mais cinco estados brasileiros. Um dos suspeitos de envolvimento era o irmão do presidente da República.	Jogada que põe fim a uma partida de xadrez na medida em que impede que a peça do Rei saia do lugar.
Farrapos (2007)	Prisão do colombiano Juan Carlos Ramirez Abadia – um dos traficantes mais procurados do mundo, que escolheu o RS para investimentos de lavagem de dinheiro do comércio internacional de drogas.	Os Farrapos, na Revolução Farroupilha, mudavam de lugar quando o local onde estavam passava a representar perigo.
Gabarito (2007)	Realização fraudulenta de concursos públicos – envolvendo prefeitos de cidades do RS	Um gabarito contém as respostas corretas de uma determinada prova.

Fariseu (2008)	Distribuição fraudulenta de títulos filantrópicos em troca de propina.	Fariseus eram indivíduos que aparentavam santidade, mas não a tinham. Passagem bíblica: “Ai de vocês, mestres da Lei e fariseus, hipócritas! Pois vocês são como túmulos pintados de branco, que por fora parecem bonitos, mas por dentro estão cheios de ossos de mortos e de podridão” (Mateus, 23:27).
Satiagraha (2008)	Lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta, evasão de divisas, formação de quadrilha e tráfico de influência para obtenção de informações privilegiadas em operações financeiras. Envolveu banqueiros, um ex-prefeito de São Paulo e grandes investidores.	Mohandas Karanchand Gandhi – conhecido como Mahatma – “grande alma” – liderou, sem violência, um movimento para que os indianos parassem de comprar coisas que vinham dos ingleses. Esse jeito de agir de Ghandi ganhou o nome de “resistência pacífica” – que na língua hindi se diz “Satiagraha” e significa “insistência pela verdade”.

Como se vê, as Operações são designadas com palavras criativas, que mantêm alguma relação com a atividade ilegal que buscam coibir. Essas criações dos policiais federais vão circular como palavra de autoridade – autoridades legítimas no desenvolvimento de suas funções públicas institucionais – e passam para outra esfera, no caso a midiática, para a qual carregam acentos de valor, não deixando de ser (re)significadas.

## 2.2 A esfera midiática

A mídia se apropria das designações criadas pelos policiais federais em suas situações de trabalho e as utiliza para, posteriormente à deflagração das operações, divulgá-las à sociedade. Dessa forma, a palavra enunciada vai ser o resultado de uma co-intencionalidade, que

compreende o conflito de diferentes valorações das esferas envolvidas. Considerando, nessa perspectiva, a importância da divulgação das operações da Polícia Federal pela mídia, é apresentada a seguir uma breve reflexão sobre características dos meios de comunicação de massa e da produção de efeitos de sentido por eles visados. Na seqüência, discute-se a questão do discurso midiático como, em sua essência, um discurso bivocal em que, no caso estudado, permite ver pelo menos duas vozes aparentes: a da mídia e a da Polícia Federal. Por fim, são tratados aspectos da espetacularização midiática.

### **2.2.1 Mídia e produção de efeitos de sentido**

O exercício do poder sempre esteve em todas as épocas presente nas ações humanas ao desempenhar suas atividades em diferentes esferas. O poder aparece em todas as instituições, como na família, na religião, na política e inclusive na mídia. “A diferença dessa atuação ou da manifestação do poder está na importância e na influência maior ou menor que cada uma das instituições tem ao relacionar-se com a sociedade” (Lonardoni, 2006, p.110).

O jornalismo, numa democracia, conforme Traquina (2005), tem como função informar o público sobre os acontecimentos. Dada a busca pela independência entre o poder político e jornalístico, desde o século XIX o jornalismo vem sendo chamado de o “Quarto Poder” (Traquina, 2005). Entretanto, para Charaudeau (2006), é preciso abandonar algumas idéias preconcebidas ao se analisar a mídia. Para o autor, as mídias não seriam propriamente uma instância de poder, embora possam vir a ser tão ou mais eficazes quanto mais aceitas forem pela população.

De acordo com Charaudeau (2006), a mídia se funda em diversas lógicas: “econômica (fazer viver uma empresa), tecnológica (estender a qualidade e a quantidade de sua difusão) e simbólica (servir à democracia cidadã)” (p.15). Essas lógicas relacionam-se com os dois pólos do campo jornalístico apontados por Traquina (2005, p.24): o pólo econômico (as notícias como negócio) e o pólo ideológico (as notícias como serviço).

Apesar de ser condicionado, devido à sua autonomia relativa, o jornalismo tem poder e por conseqüência seus profissionais também. “Os jornalistas são participantes ativos na definição e na construção das notícias e, por conseqüência, na construção da realidade” (p.26).

Traquina (2005) aponta três vertentes fundamentais para o desenvolvimento do jornalismo ao longo da história:

- (1) A expansão do jornalismo, que teria começado no século XIX com a expansão da imprensa, intensificou-se no século XX com os novos meios de comunicação social (rádio, televisão), e mais recentemente têm surgido novos caminhos a partir do *jornalismo on-line*;
- (2) A comercialização da produção, iniciada no século XIX com a emergência de uma nova mercadoria – a informação (a notícia);
- (3) A profissionalização dos seus trabalhadores – o pólo econômico está diante da emergência do pólo intelectual, “com a profissionalização dos jornalistas e uma conseqüente definição das notícias em função de valores e normas que apontam para o papel social da informação numa democracia” (p.33).

Ainda segundo o autor, os jornais teriam como objetivo fornecer informações, e não propaganda. Para isso, eles oferecem como “produto” notícias, baseadas, ao menos teoricamente, apenas em fatos, e não em opiniões. Esse novo paradigma – partilhado entre os membros da sociedade e os jornalistas – leva à profissionalização de seus ocupantes, os jornalistas.

Em uma democracia, os jornalistas desempenham um duplo papel: “como porta-vozes da opinião pública, dando expressão às diferentes vozes no interior da sociedade que deveriam ser tidas em conta pelos governos, e como vigilantes do poder político que protege os cidadãos contra os abusos (históricos) dos governantes” (p.48). Esse duplo papel também se reflete na mídia: de um lado, com a liberdade negativa, o jornalismo cumpre o papel de vigiar o poder público; de outro, com a liberdade positiva, à imprensa cabe fornecer aos cidadãos as informações necessárias para o desempenho de suas atividades cívicas.

Assim, pensando em quem produz e para quem produz, ou seja, no vínculo entre produtor e leitor, a adesão ao veículo de informação vai ocorrer se o mesmo corresponde às suas exigências e “a escolha vai estar atrelada ao cumprimento do mandato do leitor” (Lonardoni, 2006, p.117). A imprensa constrói uma figura de leitor que não é qualquer leitor – o que remete a um contrato. Esse contrato de comunicação vem do lugar prefigurado pela instância de produção (Charaudeau, 2006).

O papel desempenhado pela mídia de manter a sociedade informada depende sobretudo da linguagem (Charaudeau, 2006). O autor vê a informação como uma questão de linguagem, na medida em que esta não é transparente, devido a uma opacidade própria. Assim, como um espelho deformante, as mídias mostram à sua maneira um fragmento amplificado, simplificado e estereotipado do mundo:

Na imprensa escrita, a notícia é apresentada segundo critérios determinados de construção do espaço redacional e icônico, que seria correspondente ao grau de importância que se atribui a ela: a localização (na primeira página ou numa página interna, no alto ou no fim da página, com pré-título ou subtítulo); a tipografia (dimensão e corpo dos caracteres de impressão no conjunto dos títulos); a quantidade de superfície redacional (ou icônica) comparada à de outras notícias em percentagem (p.146-147).

O sentido do ato comunicativo, para Charaudeau (2006), depende da relação de intencionalidade entre três instâncias: a instância da produção (o organismo de informação e seus atores), a instância de recepção (como os diferentes públicos irão consumir essa informação) e o produto (o texto midiático resultante da operação de produção).

A distinção que propomos, entre os três lugares de construção do sentido, permite explicar a informação como algo que não corresponde apenas à intenção do produtor, nem apenas à do receptor, mas como resultado de uma co-intencionalidade que compreende os efeitos visados, os efeitos possíveis, e os efeitos produzidos. Esses três lugares se definem, portanto, cada um em relação aos demais como num jogo de espelhos em que as imagens incidem umas sobre as outras (p. 28).

Os efeitos vindos à tona pela mídia resultam de um conjunto de perspectivas diferentes. Esses efeitos nem sempre coincidem com o efeito produzido na recepção, pois esta reconstrói o sentido a partir de sua própria experiência. Nesse jogo também entra o fato que está sendo noticiado, que já vem carregado de acentos de valor predeterminados. Dessa forma, informar envolve uma escolha. “Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas” (Charaudeau, 2006, p.39). A mídia seleciona os acontecimentos que irá noticiar com base em critérios como “atualidade”, “socialidade” e “imprevisibilidade” (p.102), e, com isso, tenta retratar o que é de interesse de todos.

Um dos recursos utilizados com frequência pela mídia impressa é a imagem. Para Charaudeau (2006), enquanto a palavra usa da evocação, que passa pelo conceitual, a imagem, por sua vez, é mais flexível, na medida em que pode jogar mais com a representação do sensível.



Texto e imagem são relativamente autônomos entre si, embora a associação com a imagem reforce o acento valorativo que as palavras pretendem construir. Ainda segundo o autor, a imagem é capaz de produzir três tipos de efeitos:

um efeito de realidade, quando se presume que ela reporta diretamente o que surge no mundo; um efeito de ficção, quando tende a representar de maneira analógica um acontecimento que já passou (reconstituição); um efeito de verdade, quando torna visível o que não o era a olho nu (mapas, gráficos, macro e micro retomadas de imagem em close-up, que, ao mesmo tempo, desrealizam e fazem penetrar o universo oculto dos seres e dos objetos) (Charaudeau, 2006, p.110-111).

Dentre os efeitos da imagem o autor ainda distingue outros dois: o de “transparência” e o de “evocação”. O primeiro se refere ao fato de a imagem pretender apresentar a realidade tal qual ela é. Quanto ao segundo, “ela desperta, em nossa memória pessoal e coletiva, lembranças de experiências passadas sob a forma de outras imagens” (p.255), o que é possível através de nossa própria história individual ou coletiva.

Seja por representações verbais ou visuais, o olhar que estrutura o acontecimento é duplo: há o olhar do sujeito de produção, que transforma o fato em discurso, e o olhar do sujeito interpretante, que reestrutura esse discurso segundo seus próprios conhecimentos (Charaudeau, 2006). Essa multiplicidade de olhares se reflete no modo como é construído o discurso midiático. Ao apresentar essas outras vozes em seu discurso, a mídia acaba por produzir uma forma de discurso, que pela perspectiva bakhtiniana, pode ser considerado bivocal.

### **2.2.2 O discurso da mídia: um discurso bivocal**

Bakhtin (1997) entende ser o discurso bivocal aquele duplamente orientado que leva em conta os discursos dos outros, as palavras do outro, que, ao entrarem no discurso e fazerem parte de sua compreensão e avaliação, tornam-se palavras bivocais. O discurso bivocal é tido como objeto de estudo da Metalingüística.

A partir desse enfoque, conquanto já tenha sido exposto, é preciso lembrar que a palavra dialógica não só se volta para o objeto, como também leva em conta os discursos do outro. Na palavra, aparecem índices do estilo do locutor e posições resultantes de acentos de valor postos em circulação, o que faz com que as palavras circulem de um grupo social a outro, constituindo-

se em enunciados “plenos de palavras dos outros em um grau vário de alteridade ou assimilabilidade” (Bakhtin, 2003, p.294-295).

Sob esse enfoque, Faraco (2003) lembra que, de certa forma, nossos enunciados são discursos citados, pois neles bivocalizamos palavras de outrem que fazem parte de nossa memória discursiva. Assim, a palavra bivocal serve a dois locutores e exprime ao mesmo tempo duas intenções diferentes: no caso estudado, a intenção da Polícia Federal, que criou a palavra, e a do jornalista, que se apropria dela na divulgação. Nesse discurso, há “duas vozes, dois sentidos, duas expressões” (Bakhtin, 1997, p.27). “Ademais, essas duas vozes estão dialogicamente correlacionadas, como que se conhecessem uma à outra (...) como se conversassem entre si” (p.127). O discurso bivocal sempre é internamente dialogizado. Nele se encontra um diálogo potencial não desenvolvido, um diálogo concentrado de duas vozes, duas visões de mundo, duas linguagens (Bakhtin, 1997).

Nessa perspectiva, o discurso da mídia vai ser um discurso bivocal, porque traz em suas palavras o discurso de outra esfera. Para que esse relato tenha autenticidade ou verossimilhança, a mídia se utiliza de diversas estratégias e recursos. Um desses recursos é a designação identificadora (Charaudeau, 2006), que consiste em exibir as provas de que o fato realmente existiu, ao se mostrar documentos que provem a sua existência, ou se apropriar de marcas discursivas de outras esferas – é o que se percebe com as criações da Polícia Federal que trazem na palavra Operação a marca da esfera de produção, a esfera policial.

Bakhtin/Volochínov (2004) afirma que, para a produção discursiva, deve ser levada em conta a interação dinâmica entre duas dimensões: o discurso a transmitir e aquele que serve para transmiti-lo. O discurso narrativo se forma nessa inter-relação e não de maneira isolada. E acrescenta que a língua pode esforçar-se por delimitar esse discurso citado, de modo a manter suas características lingüísticas. “Quanto mais dogmática for a palavra, menos a apreensão apreciativa admitirá a passagem do verdadeiro ao falso, do bem ao mal, e mais impessoais serão as formas de transmissão do discurso de outrem” (Bakhtin/Volochínov, 2004, p.149). Na observação do discurso do outro, é possível observar os estilos que na teoria bakhtiniana também são dialógicos e marcados por atitudes responsivas e por isso revelam a relação do locutor com o discurso do outro (Di Fanti, 2005).

Com relação à citação do discurso de outrem, Bakhtin/Volochínov (2004) mostra duas tendências de estilo: o estilo linear, “mais regular” (apresenta contornos nítidos à volta do

discurso citado) e o estilo pictórico “mais criativo” (através dele, o autor introduz suas réplicas e comentários por meios mais sutis). Enquanto o primeiro busca uma conservação da autenticidade, o segundo tende a ser mais versátil. Esses dois estilos são percebidos na mídia em maior ou menor grau, embora com o linear se pretenda ser mais fiel e verdadeiro: o uso desse estilo representa uma maneira de se buscar atingir um maior efeito de veracidade. Para transmitir uma informação, a instância da produção midiática utiliza esses recursos como forma de tocar a instância da recepção, o que resulta em verdadeiras estratégias discursivas de “credibilidade” (autenticidade e verdade) e de “captação” (crença), buscando produzir uma informação que possa ser consumida como verdade. Porém é preciso perceber que por trás dessas regras de credibilidade e captação pode existir um processo de manipulação da informação.

Assim, retomando Bakhtin/Volochínov (2004), percebe-se que todo o dizer traz um outro dizer, uma vez que, para o autor, “o discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação” (p.150). Desse modo, “quanto mais forte for o sentimento de eminência hierárquica na enunciação de outrem, mais claramente definidas serão as suas fronteiras, e menos acessível será ela à penetração por tendências exteriores de réplica e comentário” (Bakhtin/Volochínov, 2004, p.150).

A partir da concepção dialógica da linguagem de Bakhtin (2003), alguns autores, entre eles, Authier-Revuz (1998); Sant’Anna (2000, 2004), Maingueneau (2002) e Charaudeau (2006), preocupam-se em identificar essas formas de marcação do discurso, caracterizando-as como um discurso relatado. O discurso relatado vai se manifestar nas (re)tomadas da palavra do outro, quando o enunciador, como mediador, está autorizado a falar ao co-enunciador, sendo que o discurso vai ser regulado pelo lugar de enunciação.

O discurso relatado para Bakhtin constitui uma enunciação sobre outra enunciação. De acordo com Maingueneau (2002), nesse tipo de discurso, “põem-se em relação dois acontecimentos enunciativos, sendo a enunciação citada objeto da enunciação citante” (p.139). O dito relatado pode exercer determinados efeitos sobre os indivíduos (Charaudeau, 2006), como efeito de decisão, efeito de saber, efeito de opinião e efeito de testemunho. Esses efeitos do discurso ajudam a construir o caráter de verdade e autenticidade do que vai ser dito.

Para Charaudeau (2006), existem três desafios presentes na construção de qualquer gênero de informação: o desafio da visibilidade, o desafio da inteligibilidade e o desafio da

espetacularização. O desafio da visibilidade diz respeito a tornar visível as notícias selecionadas pela organização midiática. Já o desafio da inteligibilidade faz com que hierarquizações sejam operadas no tratamento das notícias, e também faz com que se trabalhe com três encenações (verbal, visual e auditiva), de modo a tornar o conteúdo da informação acessível. Os dois primeiros desafios irão influenciar no desafio da espetacularização, que faz com que as encenações operadas suscitem emoções. “Esses três desafios coexistem e se misturam intimamente nos dispositivos, tanto na primeira página dos jornais, dos semanários e das revistas, quanto na composição dos telejornais e de algumas reportagens” (Charaudeau, 2006, p.213).

Entre os elementos que contribuem para a espetacularização está a organização da primeira página. A primeira página é um enunciado complexo, onde se intercalam outros gêneros, levando em conta os leitores que só lêem primeira página. Ela traz imagens, manchetes e olhos, fotos acompanhadas de legenda, que constroem sentidos, enfim, compõem uma leitura verbo-visual (Rojo e Brait, 2001).

As designações utilizadas pelos policiais federais de certa forma contribuem para a espetacularização, uma vez que se tratam de palavras criativas – muitas vezes acompanhados de ilustrações – e, dentre outras características, envolvem agentes públicos que por si só já garantem a visibilidade.

### **2.2.3 A espetacularização midiática**

É uma característica da mídia pós-moderna retratar certos acontecimentos de modo exagerado na forma da propagação, o que caracteriza a espetacularização. Para Debord (1997), o que antes era experimentado de forma direta passou a ser obtido de forma mediada. O espetáculo, por sua vez, é a estrutura dominante da vida moderna, já que “as sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresentam como uma imensa acumulação de espetáculos” (p.13).

De acordo com Chauí (2006), o espetáculo não foi criado pelo advento dos meios de comunicação de massa, mas sim potencializado por eles. Por isso, a questão “não se coloca diretamente sobre os espetáculos, mas com o que sucede ao espetáculo quando capturado, produzido e enviado pelos meios de comunicação de massa” (p.14). Assim como Traquina (2005), Chauí (2006) vê os meios de comunicação como formas de poder, na medida em que, por

intermédio das estratégias de produção, eles teriam a capacidade de criar a realidade, através de espetáculos e simulacros.

No jornalismo, os fatos são apresentados sem referentes espaciais e temporais. Os fatos “existem enquanto são objetos de transmissão e deixam de existir se não são transmitidos. Têm a existência de um espetáculo e só permanecem na consciência dos ouvintes e espectadores enquanto permanece o espetáculo de sua transmissão” (Chauí, 2006, p.46). Isso aconteceria porque a notícia, enquanto espetáculo, esgota-se em si mesma, o que vem ao encontro do que diz Debord (1997, p.17) sobre a sociedade do espetáculo: “o fim não é nada, o desenrolar é tudo. O espetáculo não deseja chegar a nada que não seja ele mesmo”.

O tempo do espetáculo também é peculiar. Não se trata de um tempo cíclico, “da ilusão imóvel, vivido realmente; o tempo espetacular é o tempo da realidade que se transforma, vivido ilusoriamente” (Debord, 1997, p.107).

A espetacularização, segundo o autor, se dá por imagens. Entretanto, o espetáculo seria mais complexo que uma mera sobreposição de imagens, ele vai além: “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (p.14).

Para Piovezani Filho (2003), a volatividade e efemeridade de serviços, idéias e desejos, e a instantaneidade e descartabilidade de mercadorias seriam duas tendências do capitalismo em tempos pós-modernos. Assim como Debord (1997), Piovezani Filho (2003) também afirma estarmos em uma sociedade mediada pela imagem:

Em detrimento da ética, aflora a estética capitalizada, a era é a da imagem, do parecer e do aparecer. Torna-se necessário ater-se à mudança estética estabelecida em relação às forças que emanam da cultura do consumo de massa: a mobilização da moda, da arte pop, da televisão e de outras formas de mídia de imagem; os estilos de vida urbana vertem-se em parte da vida cotidiana do capitalismo (Piovezani Filho, 2003, p.51).

Um dos efeitos discursivos que colaboram com a espetacularização é o uso da derrisão, que consiste em mesclar agressividade com humor. Esse assunto é discutido por Bonnafous (2003), que, ao analisar o discurso de Le Pen<sup>28</sup>, constata a presença e a ênfase dada a esse recurso na veiculação de notícias sobre política na mídia.

Os acontecimentos de caráter público são temática recorrente na mídia. As pessoas nem sempre podem presenciá-los diretamente, e, por isso, se valem da mídia para tomar conhecimento dos fatos. É nesse sentido que Piovezani Filho (2003, p.62) afirma haver “um certo encontro

---

<sup>28</sup> Jean-Marie Le Pen é um político francês, presidente da Frente Nacional, partido ultra-nacionalista e de direita da França.

entre a fome midiática de produzir ‘verdades’ e a vontade espectral de comer ‘verdades’”. Charaudeau (2006, p.253) considera o público como “co-responsável do processo de espetacularização do mundo que as mídias nos propõem”, pois, ao procurarem na mídia a informação sobre grandes acontecimentos, as pessoas contribuem para a espetacularização. Nessa perspectiva, ao divulgar as atividades da Polícia Federal – cujas operações muitas vezes envolvem grandes figuras políticas do país, fora o fato de a própria polícia ser uma instituição pública –, e ao mantê-las durante algum tempo em destaque, a mídia contribui, ratificando o que já foi dito anteriormente, para que o trabalho da Polícia Federal seja espetacularizado.

Tendo em vista o fato de que a designação perpassa mais de uma esfera, e, ao percorrer este caminho, a palavra adquire novos efeitos de sentidos, torna-se importante acompanhar esse diálogo que ocorre entre essas duas instâncias, de modo a recuperar pistas da atividade do trabalho policial e características da sua divulgação na mídia.

### **3 PALAVRAS EM OPERAÇÃO: DA PRODUÇÃO À DIVULGAÇÃO**

Este capítulo está organizado em duas partes, uma referente aos procedimentos metodológicos e outra à análise do material. Para contextualizar a reflexão, são retomados os objetivos da pesquisa.

Como objetivo geral, esta investigação visa analisar discursivamente palavras que os policiais federais (re)criam para designar suas operações de trabalho, verificando relações dialógicas estabelecidas, de modo a recuperar pistas da atividade do trabalho policial e características da sua divulgação na mídia. Como objetivos específicos, visa verificar (a) aspectos relativos à memória discursiva da palavra, observando características da escolha das designações utilizadas pelos policiais federais e da atribuição de novos sentidos às “invenções” lexicais; (b) como as palavras designativas contribuem não apenas para as atividades reais de trabalho, mas também para a divulgação das Operações pela mídia; e (c) aspectos da espetacularização produzidos a partir do uso de designações das Operações da Polícia Federal na divulgação dessas atividades de trabalho pela mídia.

Quanto aos procedimentos metodológicos, é importante considerar que os pressupostos teóricos que embasam este estudo não apresentam metodologias prontas a serem seguidas e, como pressupõe a teoria bakhtiniana, o pesquisador deve dialogar, em atitude ativa, com o material de investigação, atribuindo-lhe contrapalavras, em busca de uma compreensão responsiva, para daí criar um mecanismo próprio de análise. O material tem voz, o que faz com que as relações estabelecidas entre pesquisador, material e teoria possam vir a permitir a criação de uma metodologia particular para a análise.

### 3.1 Procedimentos metodológicos

#### (a) Constituição e seleção do material

A fim de se proceder à seleção do material de análise, foram coletados e organizados dados sobre as designações dos policiais federais a partir de informações obtidas de 2003 a 2008 no site da Polícia Federal (<http://www.dpf.gov.br>), nas Revistas Língua Portuguesa e Piauí, e nos veículos que também servem como material da pesquisa, Revista Veja e Jornal Zero Hora. Nos últimos três anos, foram selecionados, organizados e armazenados materiais para este estudo. Foram coletadas diversas designações materializadas em diferentes gêneros discursivos, muitos dos quais são mencionados neste trabalho.

Tendo em vista a diversidade de palavras designativas e suas diferentes naturezas, decidiu-se organizá-las em grupos, conforme as relações que estabelecem com o termo que designam para assim ter uma maior visibilidade do conjunto das designações. Desse modo, foi possível observar: (a) aquelas que fazem alusão ao objeto do crime, como *Sanguessuga*, *Bola de Fogo* e *Genérico*; (b) as de cunho literário, como *Macunaíma*, *Branca de Neve* e *Feliz Ano Velho*; (c) as relacionadas à mitologia, como *Eros*, *Narciso*, *Midas*, *Ícaro*, *Cavalo de Tróia*, *Medusa*, *Pandora*, *Perseu* e *Fênix*; (d) as bíblicas, como *Dilúvio*, *Terra Prometida* e *Isaiás*; (e) as relacionadas a novelas e programas televisivos, como *Terra Nostra*, *Clone* e *Big Brother*; (f) outras que aludem a crimes virtuais, como *Ponto Com*, *Scan*, *Anjo da Guarda* e *I-Commerce*; (g) a filmes, como *Bye Bye Brasil*; (h) a animais, como *Tubarão*, *Lacraia* e *Camaleão*; (i) a objetos, como *Navalha*, *Carimbo*, *Moeda Verde* e *Pen Drive*; (j) a jogos, como *Banco Imobiliário*, *Truco* e *Xeque-Mate*; (l) a fenômenos da natureza, como *Hurricane* e *Vento Sul*; (m) a lugares, como *Bruxelas*, *Rússia* e *Conexão Criciúma*; (n) a nomes de personalidades, como *Al Capone* e *Rodin*.

Considerando a organização das designações em grupos conforme a natureza (objeto do crime, cunho literário, mitologia etc.), procedeu-se à seleção das designações a serem analisadas, procurando evitar redundâncias e, assim, apresentar a diversidade mínima necessária para a reflexão. Nessa perspectiva, foram selecionadas cinco designações de operações da Polícia Federal, conforme os seguintes critérios: diferentes anos (2006 e 2007) e diferentes naturezas



(tanto na associação do nome quanto na do crime). Além disso, foram considerados: destaque na mídia, repercussão social e reconhecimento dos envolvidos. As operações selecionadas, cujas designações serão analisadas, são apresentadas esquematicamente no quadro a seguir: Operação Sanguessuga, Operação Macunaíma, Operação Hurricane, Operação Navalha e Operação Rodin.

**Quadro 03.** Operações selecionadas

<b>Nome da Operação</b>	<b>Ano</b>	<b>Natureza do nome</b>	<b>Natureza do crime</b>
Sanguessuga	2006	alusão ao objeto do crime	fraude em licitações para aquisição de ambulâncias
Macunaíma	2006	cunho literário	facilitação de contrabando
Hurricane	2007	fenômeno da natureza	venda de sentenças judiciais
Navalha	2007	objeto de corte	fraude em licitações de obras do governo federal
Rodin	2007	personalidade	fraude em contratos públicos do Departamento de Trânsito do Rio Grande do Sul

É importante destacar que, dada a diversidade e quantidade de operações, outras poderiam fazer parte desta seleção. Há de se registrar, no entanto, a subjetividade inerente à prática de pesquisa e as conseqüentes inquietações da pesquisadora, que influenciam no encaminhamento geral da reflexão e na delimitação do material de análise.

Antes de apresentar a metodologia de análise, que contempla o diálogo entre a esfera pocilial e a midiática, como já foi enfatizado, faz-se necessário recuperar, ainda que rapidamente, características dos dois veículos de comunicação – Revista Veja e Jornal Zero Hora, em que serão analisadas na esfera midiática as palavras/operações, o que não só contextualiza a análise como também justifica a opção pela Revista e pelo Jornal. A Revista Veja, criada em 1968, é

uma revista semanal de circulação nacional, que aborda aspectos do cotidiano no Brasil e no Mundo em notícias, reportagens e artigos. A revista considera-se a maior do país e a quarta maior em circulação do mundo<sup>29</sup>. “Veja é a maior e mais influente revista do Brasil. Com cerca de 1 milhão de assinantes e 2.000.000 de exemplares vendidos em bancas todas as semanas, firmou-se como a quarta maior revista de informação do mundo em circulação” (Veja, 16/07/03, p. 9). Conforme dados da Editora Abril, em setembro de 2007, a circulação foi de 1.107.050 exemplares, distribuídos nas bancas e a 919.520 assinantes<sup>30</sup>. A revista tem atuação notória em assuntos ligados à política do país, tendo desempenhado papel fundamental na descoberta do escândalo do mensalão, em reportagem publicada em maio de 2005.

O Jornal Zero Hora, criado em 1964, é o jornal diário do Estado do Rio Grande do Sul com a maior circulação dentro do Estado e ocupa a quinta colocação do país. O veículo pertence ao Grupo RBS (Rede Brasil Sul), que também publica no Rio Grande do Sul o jornal Diário Gaúcho (atualmente, o terceiro veículo de maior circulação no Estado). O Grupo RBS possui atualmente oito jornais: Zero Hora, Diário Gaúcho, Diário de Santa Maria, Pioneiro, Diário Catarinense, Hora de Santa Catarina e A Notícia<sup>31</sup>.

#### (b) Metodologia de análise

Considerando a orientação da “ordem metodológica” proposta por Bakhtin/Volochínov (2004), em que se propõe uma reflexão enunciativo-discursiva interdependente entre esfera de atividade, gênero do discurso e materialidade lingüística, a análise de cada palavra designativa, observando a produção, circulação e recepção do discurso, está organizada em duas etapas, a partir de duas esferas de atividade: esfera policial e esfera midiática.

Na primeira etapa, esfera policial, além do resgate da operação policial, a palavra que designa a operação é analisada a partir da proposta de Bakhtin (2003) como “palavra da língua”, “palavra alheia” e “minha palavra”:

(a) “palavra da língua” – resgate da construção lingüística. A “palavra da língua” é aquela sem acento de valor, ou seja, ainda sem o uso concreto como enunciado de um dado sujeito para um

<sup>29</sup> “Editora /Abril S.A. “Relatório da Administração”. 2006. Disponível em <<http://www.abril.com.br/arquivo/releda2006.pdf>> Acesso em 09 de jan.2008.

<sup>30</sup> Tabela Geral de Circulação. Publ: Abril. Disponível em <<http://publicidade.abril.com.br/geral-circulacao-revista.php>>. Acesso em 09 jan.2008.

<sup>31</sup> <http://www.gruporbs.com.br>

determinado fim. Por isso, o resgate da “significação” pelo dicionário aponta para uma virtualidade (possibilidade) que, ao ganhar apreciação, faz circular sentidos, os quais podem ou não se aproximar do verbete do dicionário (ainda não considerado como enunciado concreto).<sup>32</sup>

(b) “palavra alheia” – análise da memória discursiva da palavra, sua história e “temas” convocados que ressoam no enunciado.

(c) “minha palavra” – análise da incorporação da palavra na instância policial, tendo em vista a relação entre a designação e as características da Operação policial, bem como a renovação de acentos valorativos da palavra. Enquanto que o item (a) é recuperado pela “significação”, o “b” e o “c” são recuperados pelo uso, pelas relações dialógicas estabelecidas entre discursos diversos, interlocutores e “referentes” em casos concretos, o que faz circular diferentes “temas”.

É importante ressaltar nesta análise que a designação pode acontecer de diversos modos, e, reiterando o que afirma Maingueneau (2001), é o “enunciador que, por meio de seu enunciado, deverá passar ao co-enunciador as instruções necessárias para identificar os referentes por ele visados em um determinado contexto” (p.179). Essa observação orienta para o fato de que a designação é uma atividade discursiva que implica uma co-construção entre interlocutores sobre um objeto de discurso.

Na segunda etapa, esfera midiática, é apresentado um breve panorama da repercussão da Operação na mídia. A seguir é efetuada a análise de capa da Revista Veja e/ou do Jornal Zero Hora ou reportagem especial do Jornal Zero Hora que tenha como foco a Operação policial. Para tanto, serão observadas características verbais e não-verbais (visuais) dos enunciados como itens lexicais, ilustrações, cores e disposição dos elementos na página, de modo a verificar a produção de efeitos de sentidos.

Resumidamente, a análise desenvolvida segue as seguintes etapas e procedimentos:

---

<sup>32</sup> É válido ressaltar que hoje se discute a possibilidade de considerar a palavra do dicionário como enunciado. Sem entrar no mérito da discussão, que dependendo da perspectiva do olhar pode ser entendido como tal, o dicionário para esta pesquisa é compreendido como um repositório de possibilidades/virtualidades; portanto, sem acentos valorativos.

**Quadro 04.** Quadro-síntese das etapas de análise

<b>Etapa</b>	<b>Procedimentos</b>
<b>Esfera policial</b>	(a) Resgate da operação policial  (b) Análise da palavra: <i>Língua</i> – Análise da palavra que ainda não recebeu acento de valor. <i>Alheia</i> – Recuperação da memória discursiva da palavra. <i>Minha</i> – Análise da palavra na instância policial e sua renovação de acentos valorativos.
<b>Esfera midiática</b>	(a) Breve panorama da repercussão da operação na mídia  (b) Análise da palavra/operação: aspectos verbais e não-verbais do enunciado

As Operações e suas designações são analisadas na ordem cronológica das deflagrações das Operações e a conseqüente passagem à mídia.

## 3.2 Palavras em Operação: exercício de análise

### 3.2.1 Operação Sanguessuga

#### Esfera policial

Do ponto de vista da atividade policial, a Operação *Sanguessuga* foi deflagrada pela Polícia Federal no dia 4 de maio de 2006 com o objetivo de desarticular uma organização criminosa especializada na prática de crimes contra a ordem tributária e fraudes em licitações na área da saúde – em especial para a compra de ambulâncias. A quadrilha agia desde o ano de 2001. Cerca de 250 policiais federais participaram da Operação, em seis Estados e no Distrito Federal. Foram cumpridos 53 mandados de busca e apreensão e efetuadas 48 prisões. Integravam a quadrilha funcionários públicos que atuavam no Ministério da Saúde e na Câmara dos Deputados<sup>33</sup>.

Do ponto de vista da análise dialógica, com relação à palavra da língua, o verbete “sanguessuga”, no dicionário Aurélio, apresenta duas acepções: a primeira como “verme do filo dos anelídeos, da classe dos hirudíneos, que habita as águas doces e tem ventosas com que se liga aos animais a fim de sugar-lhes o sangue. É de uso medicinal para provocar sangrias desde a época romana”, e a outra como “indivíduo que explora outro pedindo-lhe constantemente dinheiro” (Ferreira, 1999).

No que tange à composição da palavra conforme Moreno (2002), “sanguessuga” (significando verme) é constituída a partir da combinação de dois morfemas lexicais existentes, “sangue” (substantivo) e “suga” (verbo). Essa combinação constitui-se de forma pós-lexical, e, por ser palavra composta, atinge resultado particularizante ao denominar um objeto ou conceito específico.

Analisando possibilidades de relações dialógicas com a palavra *sanguessuga*, sem desconsiderá-la como “palavra da língua”, podemos observá-la como “palavra alheia” no que tange ao fato de haver a circulação de acentos valorativos, mais ou menos expressivos, referentes à exploração monetária do outro. Além de não se dissociar do próprio animal, parasita que é, a

---

<sup>33</sup> Os dados sobre todas as operações foram retirados do site da Polícia Federal, disponível em <http://www.dpf.fov.br>, acesso em 15/02/2007.

“palavra minha”<sup>34</sup>, utilizada pelos policiais federais, materializa-se por efeitos metafóricos para contextualizar a história da palavra. Ao designar a investigação, prática constitutiva dos gêneros da atividade laboral, os policiais federais passam a orientar a circulação de efeitos de sentido, recuperando, de certo modo, a história do dizer e indicando valorativamente aspectos próprios da Operação em pauta.

Na esteira das relações de sentido estabelecidas, observa-se que, enquanto na Idade Média, as sanguessugas eram usadas para fazer sangria, no mundo atual da política, os *sanguessugas* possuem seu habitat junto ao poder, próximo ao dinheiro público, resultando na sangria nos orçamentos da Saúde e da Educação. A designação *sanguessuga* exerceu a função de identificar e isolar os envolvidos, deputados, senadores e demais acusados de comprometimento com a máfia das ambulâncias e veículos escolares.

Analisando-a como “palavra alheia” refere-se à “parasita”, aquele que vive às custas do outro, explorando-o. Já, ao ser tomada como “palavra minha” para batizar a Operação policial, recupera a história do dizer e singulariza particularidades da Operação: investigar sanguessugas, suspeitos de receber propina a partir de um esquema por eles montado. Desse modo, particulariza algo em uma outra enunciação específica, passando a identificar os investigados pela Operação.

(Re)criado o termo, a “palavra minha”, com nova dimensão axiológica, passa a circular uma espécie de “rótulo”, em que os envolvidos, os *sanguessugas*, estão ligados a questões de exploração. Sob esse enfoque, circulam acentos depreciativos em relação aos *sanguessugas* por meio de enunciados carregados de avaliação negativa. Sendo o enunciado um elo na cadeia discursiva (Bakhtin, 2003), os acentos valorativos, ao mesmo tempo em que se voltam para o já-dito, fazem projeções para as respostas possíveis. Desse modo, designar a Operação policial como *sanguessuga* é marcar uma posição crítica, uma apreciação de valor partilhada pelo coletivo de trabalho, que se projeta em “linguagem *como* trabalho”, pois faz parte dos fazeres dos policiais, “linguagem *no* trabalho”, uma vez que envolve uma situação global, bem mais ampla do que a atividade restrita de investigação, e “linguagem *sobre* o trabalho”, já que traz interpretações, via avaliação, do fato investigado.

A partir do processo responsivo ativo do ato de designar cuidadosamente as investigações, os policiais federais mantêm um diálogo com a sociedade, que se projeta na mídia ao divulgar aspectos das Operações empreendidas. A passagem das diferentes esferas de atividade também é

---

<sup>34</sup> No decorrer do trabalho, será usado indiferentemente “minha palavra” ou “palavra minha”.

importante, especialmente da esfera do trabalho policial federal para a esfera midiática. As finalidades dos enunciados são diferentes, os interlocutores, o tempo e o espaço também o são. As palavras chegam à população em geral com acentos de valor que fazem circular avaliações sobre o que está sendo investigado sem deixar de trazer características do trabalho policial.

### **Esfera midiática**

Na mídia, a designação *sanguessuga* auxilia na informação sobre os envolvidos no caso (policiais e investigados). A criação policial, a palavra designativa, é então apropriada pela mídia, que a utiliza nos mais diversos gêneros. Essa palavra, notadamente bivocal, passa a circular carregando uma valoração negativa reforçada em várias manifestações jornalísticas, tais como: *Máfia dos sanguessugas* (capa de Veja, 26/7/2006), *Sanguessugas vetadas nas urnas* (Reportagem Especial, Zero Hora, 2/10/2006), *Pizza de sanguessugas* (charge, Iotti, Zero Hora, 1/12/2006), *O maior dos escândalos* (título do editorial de Zero Hora, 11/08/2006), *Sanguessugas* (artigo de Luiz Carlos Nascimento da Rosa, Zero Hora, 03/08/2006<sup>35</sup>).

A divulgação na mídia das Operações dos policiais federais possui uma abrangência bastante ampla, uma vez que recupera aspectos dos diferentes envolvidos no processo de investigação, os policiais federais e seu trabalho, os investigados e seu comprometimento com a denúncia e a sociedade em geral que vivencia, querendo ou não, atos reprimíveis. O diálogo entre o trabalho policial e a sociedade, mediado pela imprensa, passa a compor novas condições de produção da palavra/do discurso, nova esfera de atividade, novos gêneros (capa, notícia, reportagem, editorial, artigo, crônica, charge, etc.), novos sentidos passam a circular, seja por concordância (assimilação), seja por discordância (refutação), em parte ou total. De qualquer forma, sempre serão (re)elaborados, (re)significados, pois a cada enunciação novas interações se estabelecem, não deixando de ressoar as precedentes e as vindouras.

No caso da Operação em foco, a cobertura alcançou a dimensão de espetáculo na medida em que a quantidade de matérias e especiais realizados atingiu uma grande proporção em relação ao total de assuntos veiculados. Além disso, a Operação Sanguessuga recebeu destaque na mídia por um tempo razoável. A Operação deu origem a uma CPI, iniciada no final de junho de 2006,

---

<sup>35</sup> Vale destacar o modo bastante interessante com que Arnaldo Jabor, jornalista de programa televisivo, reportou a palavra do outro (“sanguessuga”) para o seu discurso: “(...) dar uma *sanguessugadinha* e parabéns, queridos *sanguessugas* pela absolvição!”.

que se utilizou da mesma designação. Com isso, a designação *sanguessuga* permaneceu em destaque na mídia de maio até o final do ano de 2006, e até os dias de hoje ainda aparecem notícias tendo como chamada o nome da Operação.

Esta análise, sem desconsiderar a repercussão como um todo, detém-se em uma capa da Revista Veja:



Figura 1. Capa da Revista Veja de 26 de julho de 2006<sup>36</sup>

A Operação Sanguessuga foi capa da Revista Veja no dia 26 de julho de 2006. Para analisar o gênero capa, reportamo-nos a Charaudeau (2006), para quem é impossível pensar em uma capa de revista sem pensar no sujeito que a produz. Além disso, é preciso pensar no outro lado, no destinatário, uma vez que essa produção vai ser a ponte estabelecida entre os dois. Observando-se capas da Revista Veja, percebem-se características desse gênero<sup>37</sup>: (a) há uma equipe que a produz a cargo da editoria de arte; (b) é escolhido um tema que chama a atenção não só do assinante como também de leitores de banca de jornal; (c) a editoria utiliza o discurso

<sup>36</sup> Todas as figuras serão apresentadas, em anexo, em tamanho maior.

<sup>37</sup> Rojo tem considerado as capas como gênero por apresentarem regularidades e se constituírem como práticas de interação social.



verbal e o não-verbal; (d) a capa funciona como uma das mais importantes propagandas da revista; (e) a capa revela posições ideológicas das redes de comunicação. Entre as características próprias da Revista Veja, destacam-se: (a) nome da revista colocado em destaque; (b) chamada para a reportagem principal e uma delimitação do tema tratado e/ou chamadas para reportagens a serem tratadas no interior da revista; (c) presença de um texto não-verbal relacionado com um texto verbal; (d) predomínio de cor de fundo única; (e) usos de diferentes formas e cores de letras nos textos verbais. Além desses, há outros elementos, quais sejam: (a) selo da Editora Abril; (b) nome da Editora; (c) edição, ano, número da revista; (d) data; (e) endereço eletrônico; (f) selo do assinante.

Assim, a partir dessa capa, figura 1, pode-se perceber pistas discursivas da visão que a Editoria da revista passa e do público que pretende atingir, conforme é visto adiante, tanto no seu discurso verbal, quanto no não-verbal, recursos que ressaltam efeitos de visibilidade, entre os quais o de espetacularização.

A capa traz o nome da revista, título, manchete e chamadas acompanhadas da figura de uma bolsa de sangue, em referência ao próprio nome da Operação e ainda ao fato de que alguns envolvidos também participaram da Operação Vampiro que superfaturava produtos hemoderivados<sup>38</sup>.

Na primeira linha da manchete da capa da revista consta a designação usada para batizar a Operação que vai ser matéria de Veja naquela semana: *Máfia dos sanguessugas*, em letras vermelhas (cor que remete a sangue), sublinhadas, sobre um fundo neutro e claro, contrastando com as letras – o que lhe confere um grande destaque. A seguir, vem a manchete chamativa: *A lista da vergonha*, em letras em caixa alta, as maiores da página, e em negrito. A palavra *vergonha* nesta manchete ocupa sozinha toda a largura da revista. Esta chamada principal aponta para a matéria *exclusivo* anunciada em letras amarelas, em caixa alta, espaçadas, bem em cima da página. Ao destacar a palavra, destaca também o fato de que a matéria é apresentada com exclusividade pela revista. Tal matéria vai ser mostrada na seção da revista destinada a representar o Brasil, nas páginas 56 a 63.

Percebe-se, no conjunto da capa, um apagamento da fonte – a Polícia Federal, como responsável pela investigação – uma vez que não aparece a palavra *polícia* tampouco *operação*,

---

<sup>38</sup> A Operação Vampiro, realizada em maio de 2004, quando o Ministério da Saúde era chefiado por Humberto Costa, teve como alvo principal fiscalizar a compra de hemoderivados.

apesar de aparecer *sanguessugas*. Esse apagamento, ainda que não inviabilize o diálogo com referência ao nome da Operação, já que a mesma era tema na mídia há dois meses, dá ênfase à orientação da projeção da própria revista, reforçando o seu ethos (Maingueneau, 2002), sua imagem discursiva de compromisso com a ética e a verdade. O discurso bivocal remete ao discurso do outro, no caso o da Polícia Federal, e ressoa a perspectiva da mídia de chamar a atenção para a sua posição dada ao tema tratado (até mesmo deixando transparecer que essa operação é exclusividade de Veja, pois fez parte do trabalho investigativo da revista).

A capa ainda apresenta três chamadas que anunciam reportagens referentes à matéria em destaque. A primeira é *Os nomes e fotos dos 112 parlamentares acusados pelo chefe da máfia*. Nela, a escolha da voz passiva, confere destaque tanto ao sujeito da frase (*os nomes e fotos*) quanto ao agente (*pelo chefe da máfia*), que poderia e não foi omitido. No interior da revista, aparecem sob o título: *Os novos acusados e A primeira lista*, com a foto, o nome, o partido e o cargo (da página 58 a 61).

A segunda chamada, *Os 60 prefeitos na lista da propina*, remete à matéria das páginas 62 e 63 intitulada *Os Prefeitos da lista de Vedoin* – em referência a um dos donos da Planam, caracterizado como o chefe da máfia. Nessa lista, aparece o nome do prefeito, a cidade, o valor da propina e a data – os prefeitos da propina estão na lista da vergonha, anunciada na capa.

A última chamada do conjunto é *A história completa de como o ex-ministro da Saúde Humberto Costa ajudou a liberar dinheiro para os mafiosos*, que sintetiza a reportagem apresentada no interior da revista. O verbo é apresentado no pretérito perfeito (*ajudou*), como ação passada e totalmente concluída, o que indica discursivamente que o ex-ministro estava envolvido com a máfia. Reforçando essa idéia de ação concluída, a representação icônica escolhida foi a de uma bolsa de sangue, que pode ser associada à Operação Vampiro (2004), e que está ligada diretamente – em termos visuais – à lista da vergonha (Operação Sanguessuga). Enquanto na capa da Veja aparece a bolsa de sangue, no jornal Zero Hora a figura mais utilizada para representar graficamente essa Operação é a imagem de uma ambulância (anexo B). Essa representação confere efeitos de realidade e de verdade ao discurso (Charaudeau, 2006). A ambulância imprime “realidade” uma vez que representa o objeto da fraude (superfaturamento de ambulâncias), e a “verdade” está expressa na medida em que o objeto da Operação que estava oculto por trás da palavra sanguessuga passa a ser mostrado na representação icônica utilizada.

Quanto à parte verbal da capa da *Veja*, ainda é importante observar que há a presença de itens lexicais, atribuídos aos envolvidos na Operação, carregados de valoração negativa: “máfia”, “vergonha”, “acusados”, “propina”, “mafiosos”. A designação *sanguessuga*, em *A máfia dos sanguessugas*, é impregnada de valoração negativa não só pela palavra *máfia* que a precede, mas ainda pela carga depreciativa da história da palavra dos então reconhecidos como sanguessugas. A mobilidade da palavra, fazendo circular o tema em diferentes esferas, permite que o termo seja usado no masculino (precedido por artigo definido masculino, no caso preposição mais artigo). No enunciado principal *A lista da vergonha* também se observa que a palavra *lista* é impregnada de valoração negativa ao remeter a um conjunto de envolvidos na máfia.

A revista, ao posicionar-se contra o esquema de corrupção, vai ao encontro da posição do leitor, que, de modo geral, se alia a uma postura de busca pela transparência e verdade. Enquanto a designação colabora para a circulação das denúncias, a cobertura midiática projeta-se como espetáculo e fomenta a venda da revista.

### 3.2.2 Operação Macunaíma

#### Esfera policial

No que tange à atividade de trabalho do policial federal, a Operação *Macunaíma* foi responsável pela desarticulação no Rio Grande do Sul, após sete meses de investigação, no dia 17 maio de 2006, de um esquema criminoso de contrabando e descaminho de mercadorias oriundas do Paraguai. O esquema contava com a participação de servidores públicos, como policiais rodoviários. Ao todo, foram presas 20 pessoas<sup>39</sup>.

Procurando resgatar relações dialógicas estabelecidas pela designação *macunaíma*, observa-se com relação à “palavra da língua”, de acordo com pesquisas do autor do livro *Macunaíma*, Mário de Andrade, a definição como deus indígena que reúne em si o bem e o mal. Com relação à “palavra alheia”, há uma referência à personagem-título da obra homônima<sup>40</sup> de Mário de Andrade, escrita em 1928, em que o narrador se refere a Macunaíma como o “herói de nossa gente” e “herói sem nenhum caráter”. Essa obra foi escrita no período Modernista, época em que se intensificaram as críticas ao caráter das personagens. Ao criticar o caráter da

<sup>39</sup> Os dados sobre a Operação foram retirados do site da Polícia Federal, <<http://www.dpf.gov.br>>. Acesso em 15 fev. 2007.

<sup>40</sup> ANDRADE, Mário de. *Macunaíma*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

personagem Macunaíma, Mário de Andrade evidencia uma característica da época que parece ser comum ao brasileiro, que é a de se interessar pelo que é estrangeiro.

Acentos apreciativos são reconhecidos em enunciados que tratam desse herói sem nenhum caráter. É uma personagem tida como oportunista, preguiçosa e volúvel. Ao quebrar o pacto de se casar com uma das filhas de Vei (“a Sol”), troca esta por uma portuguesa. Com isso, a partir da leitura do livro, percebe-se que ele não só perdeu a oportunidade de se tornar imortal, como também mostra a sua falta de caráter.

A analogia com a palavra alheia (“herói sem caráter”) é percebida na medida em que os policiais rodoviários que deveriam coibir o contrabando, configurando-se como heróis da sociedade, estavam, pelo contrário, facilitando o tráfico de produtos de modo ilegal. Essa facilitação ocorria mediante o recebimento de propina. Logo, a analogia à personagem sem caráter. Os policiais rodoviários – que deveriam ser nossos heróis – passam a ser considerados heróis ao contrário, sem caráter como Macunaíma.

Ao tomar o nome próprio e as características da personagem do livro, a “palavra minha” dos policiais projeta efeitos metafóricos, especialmente ao aproximar esferas distintas (da literatura e do trabalho): o caráter do herói da ficção com o caráter dos envolvidos na Operação. A designação *macunaíma* a uma investigação recupera a história da palavra (“palavra alheia”), seus acentos valorativos constitutivos do enunciado. Ao tornar-se “palavra minha”, a materialização da designação, os acentos de valor passam a ser (re)elaborados e (re)significados na linguagem de trabalho dos policiais federais.

A designação da Operação como *Macunaíma* pressupõe um certo conhecimento da literatura brasileira. Não seria estranho se uma pessoa não conhecedora da obra de Mário de Andrade não entendesse o porquê de tal designação. Com isso parece haver um certo saber partilhado entre os policiais federais, em seu coletivo de trabalho, que permite chamar uma investigação pelo mesmo nome de uma personagem literária. Percebe-se, desse modo, a partir da designação atribuída (*Macunaíma*), a posição assumida pelos policiais federais, via “linguagem como trabalho”, já que é inerente à atividade dos policiais, “linguagem no trabalho”, pois abrange uma situação ampla e “linguagem sobre o trabalho”, uma vez que interpreta a investigação efetuada.

### **Esfera midiática**

Ao ser divulgada na mídia a Operação, acentos avaliativos incorporados à designação criada procuram orientar a recepção de certos sentidos. A população pode ou não entender tal orientação. O conhecimento da personagem Macunaíma da ficção, sem dúvida, facilitará a compreensão da Operação policial, já que se pode associar ficção e realidade na compreensão de sentidos, potencializando o valor da designação. O não conhecimento da personagem literária, no entanto, não impede a produção de sentidos (compreensão) por parte do interlocutor e o provável entendimento do que seja a investigação.

Na esfera midiática, a Operação apareceu em reportagem da revista *Veja*, *O levante dos laranjas. A polícia fecha o cerco ao contrabando e à pirataria na fronteira com o Paraguai e os muambeiros reagem com violência* (17/05/2006)<sup>41</sup>. O jornal Zero Hora, em 19 de novembro de 2006, fez uma matéria sobre a impunidade dos fraudadores, relacionando, dentre outras operações, a Operação Macunaíma, ressaltando que, das 20 pessoas presas em maio com a deflagração da Operação, em novembro, nenhuma permanecia presa.

Esta Operação, sem desconsiderar outras coberturas da mídia, é observada na reportagem especial do jornal Zero Hora do dia 18 de maio de 2006:



Figura 2. Reportagem Especial do Jornal Zero Hora de 18 de maio de 2006

41 A Revista Língua Portuguesa (2006) também publicou uma reportagem fazendo referência à Operação: “Há um ano, o herói sem nenhum caráter nomeou as ações de fiscalização da PF que reprimem crimes contra o patrimônio histórico”.

O espaço de destaque para a Operação Macunaíma foi o reservado para a Reportagem Especial – colocada nas primeiras páginas do jornal, o que já representa, conforme Charaudeau (2006), uma maneira de dar destaque à matéria. A partir da observação de Reportagens Especiais, pode-se considerar como características desse gênero: (a) apresentar informações (e interpretações) sobre o fato considerado mais relevante pelo jornal; (b) trazer opiniões com diferentes pontos de vista sobre o assunto; (c) apresentar conexão entre fato principal e fatos paralelos, por meio de citações, trechos de entrevista, boxes informativos, fotografias, mapas, etc. (d) a reportagem especial, às vezes, ocupa várias páginas.

A reportagem em foco, assinada por José Luís Costa com a colaboração de Adriana Iríon, é a que deflagra no Rio Grande do Sul o caso de corrupção à sociedade, acontecida no próprio Estado. A reportagem ocupa toda a página e é composta por texto, fotografia e mapa (intitulado *O esquema*) e quadro (intitulado *O aparato*) explicativos. Tais recursos infográficos facilitam o entendimento da Operação e do esquema então desvelado. Nesta análise, são observados a manchete, a foto e o resumo da reportagem.

A manchete traz o nome da Operação – *Operação Macunaíma* – escrita em letras azuis, em negrito. O destaque para a Operação assinala a valoração do jornal despendida à investigação. O título que segue a manchete – *Prisão para os heróis sem caráter* – direciona a reflexão para a punição legal de infratores. No enunciado “heróis sem caráter” pode-se perceber um embate de vozes em oposição (pois se “são heróis” espera-se que “tenham caráter”) criando um efeito de ironia, que é ratificado pelo nome histórico da Operação, Macunaíma, que traz ressonâncias do herói de Mário de Andrade.

No alto, à direita, a matéria traz uma foto do momento da prisão dos envolvidos. O destaque da foto fica por conta de um agente que veste uniforme da Polícia Rodoviária Federal, identificada por *PRF, Núcleo de Operações Especiais*, que (de costas) aparece em primeiro plano se comparado aos outros indivíduos. Após este agente, aparece um suspeito com as mãos algemadas (também de costas) e outro agente (de lado). Ao fundo da imagem, estão de frente dois cinegrafistas que filmam o evento. A foto traz a seguinte legenda: *Agentes da PF e da PRF prenderam ontem pela manhã em 11 municípios gaúchos colegas suspeitos de facilitar o contrabando e receber mercadorias como propina*. Os índices avaliativos na parte final do enunciado não só põem em jogo perspectivas que entram em conflito: colegas / suspeitos,

facilitar / contrabando e receber / propina, como também evidenciam uma atitude ativa do jornal em fazer a cobertura e dos policiais em agir frente ao crime.

O resumo da reportagem, que é a parte por onde se inicia a leitura, está localizado na parte superior esquerda da página, ao lado da foto. Seu teor é o seguinte: *Uma ofensiva da Polícia Federal com apoio da Polícia Rodoviária Federal capturou ontem 20 suspeitos de envolvimento com contrabando de mercadorias do Paraguai para o Estado – 10 deles policiais rodoviários que seriam delatores da fiscalização.* Neste trecho, o *lead* do texto introduz o tema da reportagem ao responder claramente às perguntas: “quem?” A Polícia Federal (com apoio da Polícia Rodoviária Federal), “o quê?”: capturou 20 suspeitos, “quando?” ontem (17/05/2006), “por quê?”: suspeitos de envolvimento com contrabando de mercadorias do Paraguai para o Estado. No resumo da reportagem, aparecem itens lexicais acentuados valorativamente, como “ofensiva” e “delatores”, que dão o tom do jornal Zero Hora em relação à Operação e aos suspeitos do crime.

Pela análise efetuada, é possível observar que a orientação veiculada pela mídia faz ressoar características do trabalho policial de investigação (quando, onde, como) e a própria avaliação em relação aos investigados (sem caráter e ligação com o contrabando/o estrangeiro). Novamente se materializam diferentes dizeres, com diferentes finalidades, em diferentes esferas de atividade: trabalho investigativo e mídia. Tais instâncias de circulação do dizer vão ao encontro da afirmação segundo a qual um novo sentido se descobre a partir de um antigo, mostrando possibilidades de ressignificações e reconstruções (Bakhtin/Volochínov, 2004). É possível observar que as designações das Operações de trabalho constituem-se, concordando com Boutet (2001), como práticas de transformação de dizeres convencionais. Novas relações dialógicas, relações de sentido, se estabelecem. São novos interlocutores, novos investigados, novo fato, outro objetivo, outro tempo e outro espaço. O dizer é singularizado no debate entre muitas vozes, o que faz emergir novas formas de dizer e de interagir.

### **3.2.3 Operação Hurricane**

#### **Esfera policial**

Enquanto constitutiva da atividade do policial federal, a Operação Hurricane (Furacão, em inglês) objetivava coibir a exploração ilegal de jogos no país e crimes contra a administração

pública, tendo envolvido empresários, advogados, policiais, juízes e um membro do Ministério Público Federal. Ao todo foram efetuadas 25 prisões. As investigações tiveram início no ano de 2006, e a Operação foi deflagrada em abril de 2007. A Operação investigava a existência de um esquema clandestino de venda de sentenças e liminares destinadas a beneficiar empresários que exploravam o jogo ilegal, sobretudo em casas de bingo que operam com máquinas de caça-níqueis (proibidas no Brasil por lei desde o ano 2000). Essa Operação teve continuidade na Operação Têmis<sup>42</sup>.

Quanto à análise da palavra da língua, alheia e minha, seguindo a proposta de Bakhtin (2003), a palavra da língua pode ser observada a partir do dicionário. Aurélio (Ferreira, 1999) atribui três significados à palavra furacão, sendo o primeiro relacionado a um fenômeno da natureza, e os outros dois, sentidos relacionados a esse fenômeno:

1. Ciclone que se forma nas regiões do Atlântico Norte, do mar do Caribe, do golfo do México e na costa nordeste da Austrália, e no qual a velocidade dos ventos pode atingir até 300 km/h.
2. Tudo que destrói com violência e rapidez; turbilhão, vórtice.
3. Ímpeto muito veemente.

Como fenômeno da natureza, um furacão é um sistema de baixa pressão, que se forma em regiões tropicais, e promove a circulação atmosférica ao mover o calor da região equatorial para as latitudes mais altas. Os furacões são medidos a partir da escala Saffir-Simpson, que vai do nível 1 ao nível 5, conforme a velocidade que os ventos podem atingir e o grau de destruição decorrente<sup>43</sup>. A área central de calma relativa cercada pelos ventos mais fortes da tempestade de um furacão de grande intensidade é chamada de “olho do furacão”.

Com relação à palavra alheia, “furacão” traz ressonância de devastação, varredura, podendo ser observado em diferentes enunciados que circulam em esferas de atividade diversas, não se restringindo a um fenômeno da natureza<sup>44</sup>.

Como palavra minha, novos acentos de valor se materializaram, especialmente por se concretizar uma situação de enunciação singular, uma Operação policial. No começo das investigações, a designação utilizada pela Polícia Federal era “Furacão” e, posteriormente, por

<sup>42</sup> Informações sobre a Operação Têmis podem ser encontradas na Tabela 2.

<sup>43</sup> “The Saffir-Simpson Hurricane Scale”. National Hurricane Center/USA. Disponível em <<http://www.nhc.noaa.gov/aboutsshs.shtml>> Acesso em 3 jan. 2008.

<sup>44</sup> É o caso de Hilda Furacão – minissérie brasileira exibida pela Globo de 24/05 a 23/07 de 1998 em 32 capítulos. Escrita por Glória Perez e dirigida por Wolf Maya, baseada no romance de Roberto Drummond, conta a história de Hilda Furacão que desiste de casar e se transforma em prostituta. Frei Malthus sente que poderia exorcizar o demônio de Hilda e nessa tentativa se apaixona por ela: uma forte atração entre a virtude e o ócio. Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Hilda\\_Furacão](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hilda_Furacão)>. Acesso em 14 jul. 2008.



questões de sigilo, a Operação foi rebatizada para Hurricane, que significa furacão em inglês. Ainda que mantenha a relação metafórica de Operação que varreria e devastaria o Poder Judiciário, colocando-o no olho do furacão, percebe-se que, com a passagem do termo para o inglês, operou-se uma forma de renormalização da atividade de trabalho (Schwartz, 2003) na medida em que isso representou uma organização viva do trabalho, a necessidade de manter o sigilo de forma mais eficaz. Se a própria norma criada pelos policiais leva-os a designarem as Operações, o que é próprio do gênero da atividade, o que os leva a re-designarem? Pode-se depreender um debate de normas, próprio da atividade industriosa de trabalho, a necessidade de suprir as lacunas, de conseguir gerir as variabilidades do meio, o que faz com que o trabalho nunca seja igual ao planejado.

### **Esfera midiática**

No deslocamento para a esfera midiática, novas relações de sentido se projetam tendo em vista a finalidade, os interlocutores, o tempo, o espaço, o gênero discursivo, o suporte. É preciso ressaltar, no entanto, que a analogia previamente estabelecida pela Polícia Federal entre o objeto de investigação e a designação atribuída à Operação colabora para a sua divulgação. No caso da Operação Hurricane, que foi de grande repercussão, bastava apenas a chamada da mídia trazer a figura de um furacão para que, como ocorreu em grande parte das matérias de Zero Hora, o interlocutor pudesse estabelecer a relação de sentido e participar efetivamente do diálogo<sup>45</sup>.

Uma prova do interesse em estabelecer o diálogo com a população se evidenciou nas chamadas televisivas que usavam a designação em português – inclusive nos programas televisivos da própria RBS, empresa jornalística que controla o jornal Zero Hora. Entre os dias 15 e 25 de abril de 2007, o assunto foi destaque no jornal Zero Hora, com títulos como *Furacão de suspeitas – Dimensões de esquema surpreende a própria Justiça* (Reportagem Especial, acompanhada de um comentário opinativo do jornalista Klécio Santos, intitulado *Tormenta institucional*, no dia 19 de abril de 2007), *Operação Hurricane – Bens e contas bloqueados* (Reportagem Especial, no dia 20 de abril de 2007), *Furacão devastador* (Página 10, Rosane de Oliveira, no dia 15 de abril de 2007), *Furacão no país* (Editorial, no dia 17 de abril de 2007, anexo D) e *O furacão que abala a Justiça* (Artigo de Leonardo José Andriolo, de 23 de abril de

---

<sup>45</sup> O jornalista Lasier Martins, em seu comentário diário no Jornal do Almoço, da RBS TV, assim se manifestou: “A Operação Furacão diz tudo no próprio nome”.

2007). O assunto voltou a ser destaque no jornal Zero Hora no dia 4 de maio, por ocasião das denúncias do Ministério Público.

Levando em conta a grande repercussão da Operação na mídia, é analisada a capa da Revista Veja do dia 25 de abril de 2007:



Figura 3. Capa da Revista Veja de 25 de abril de 2007

Embora a Operação não tenha sido designada verbalmente, a capa traz em destaque, no centro, a imagem de uma máquina de caça-níqueis, em que as figuras representadas relacionam-se com o objeto da investigação policial: armas, algemas, saco de dinheiro e martelo do juiz. As algemas formam uma linha horizontal, representando a vitória das prisões sobre a impunidade. A cor da máquina é o roxo que remete à cor símbolo da Justiça.

Em letras maiúsculas, na cor amarela, ocupando quase toda a largura da revista, aparece a palavra *Bingo!*, pontuada com exclamação. No jogo de azar homônimo, a palavra “bingo” indica que o jogador venceu a partida. Nessa capa, a palavra “bingo” carrega acentos valorativos que revelam a vitória, no caso a da Justiça: a Justiça que pune a própria Justiça.

Na parte inferior da capa, abaixo de *Bingo!*, aparece o seguinte enunciado: *Por que o estouro da máfia dos juízes do jogo pode significar a sorte grande para milhões de brasileiros que dependem da Justiça*. Vários acentos valorativos circulam no enunciado em destaque,

merecendo atenção alguns itens lexicais que trazem índices discursivos de aspectos jurídico-sociais, como: “estouro” que remete à devastação, punição; “máfia”, que remete a conchavo, “sorte grande”, que remete à “ganhar na loteria” e/ou solução para problemas. Ainda com relação aos itens lexicais, o verbo aparece modalizado com a forma “pode” – forma substitutiva do futuro do pretérito, tempo verbal que transmite incerteza. Essa substituição é um recurso recomendado pelos manuais de redação e serve para marcar o distanciamento do jornal/da revista. A seguir, a relativa em “que dependem da Justiça” restringe, particulariza o termo amplo “brasileiros”, construindo o efeito de sentido de “somente os brasileiros que dependem da Justiça”. Os acentos de valor conferidos pela revista orientam para a esperança: a Justiça que pune a própria Justiça, para o bem dos brasileiros, que precisam acreditar na Justiça, cuja imagem não pode continuar ameaçada.

A reportagem da chamada da capa, no interior da revista, contém sete páginas, identificadas pela imagem das três algemas alinhadas. A escolha do assunto para a capa, conforme já apresentado anteriormente, é uma escolha editorial, com base no assunto que a editoria considera o mais importante para um determinado período de tempo. No caso da revista *Veja*, de circulação nacional e semanal, a Operação da Polícia Federal foi considerada o acontecimento mais importante daquela semana, tendo recebido destaque de ordem verbal (manchete principal), apesar de não ter aparecido a designação Hurricane, e visual (montagem da capa, e figura de identificação utilizada ao longo da reportagem). Desse modo, a capa promove o diálogo entre a esfera policial e a esfera midiática, fazendo circular vozes de autoridade e com que estas cheguem, a partir de acentos valorativos, às pessoas em geral, suscitando uma atitude responsiva-ativa por parte de todos os envolvidos.

O fato de que a Operação aparece na capa da publicação tem relevância na medida em que chama a atenção para o que está dentro, destaca o fato, e ainda leva em conta leitores que só lêem a capa (ao passar por uma banca de revistas, por exemplo), conforme destacam Rojo (2005) e Brait (2006), autoras que apresentam trabalhos destacando esse gênero. As figuras constantes na capa da revista também contribuem para a construção de sentido. No interior da Revista, a reportagem com o título *Furacão da limpeza* e a manchete *Na maior devassa da história do Judiciário, a polícia prende juízes sob suspeita de vender decisões – e dá início a uma faxina que tem tudo para fazer bem ao país*, vai da página 72 a 78. Em cada página aparece a figura das algemas – a corrupção chegou ao Judiciário e a Operação varre como um furacão.

A capa da Revista Veja traz a figura de uma máquina de caça-níqueis, idealizada e montada pela revista, pois em vez da figura de um furacão, esta traz figuras alusivas à Operação. O editorial da mesma Revista traz como título *O Brasil tem jeito*, referindo-se a essa Operação da Polícia Federal e mostrando a sua posição não só na escolha do tema, mas também nos acentos apreciativos que confere ao tema: “Por isso, pode-se analisar a Operação da Polícia Federal ora em curso como uma contribuição ao aprimoramento da Justiça, cuja distribuição igualitária e eficiente é um dos pilares das sociedades abertas e modernas. A continuar por esse caminho, o Brasil tem jeito, sim” (Revista Veja, 25/04/07, Carta ao Leitor, p.9), confirmando, assim, a vitória no jogo e criando efeitos de sentido como: Bingo para a Polícia Federal, Bingo para a revista, Bingo para o povo brasileiro.

Dada a repercussão da Operação na mídia em geral, aspectos de espetacularização passaram a ser aparentes. É o caso da quantidade de espaço na mídia, o que demonstra o caráter do espetáculo de ser parte da sociedade ao concentrar a atenção do público para o fato (Debord, 1997).

### **3.2.4 Operação Navalha**

#### **Esfera policial**

Fazendo parte da atividade de trabalho dos policiais federais, a Operação Navalha procurou desarticular uma organização criminosa que desviava recursos públicos federais, a partir de fraudes em licitações de obras do governo. Entre os envolvidos, estavam grandes nomes da política do país, entre os quais o senador Renan Calheiros, então presidente do Senado, e o ministro Silas Rondeau. A Operação foi deflagrada no dia 17 de maio de 2007, a partir da atuação de cerca de 400 policiais federais nos Estados de Alagoas, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Sergipe, Pernambuco, Piauí, Maranhão, São Paulo e no Distrito Federal.

No que se refere à análise da palavra, nas três dimensões propostas por Bakhtin (2003), palavra da língua, alheia e minha, a palavra da língua, aquela que não tem acento de valor, pois não está em uso, pode ser entendida a partir do dicionário Aurélio (Ferreira, 1999), que atribui sete significações ao verbete *navalha*:

1. Instrumento cortante, que consta de uma lâmina e de um cabo com dispositivo para resguardar o fio da mesma lâmina, quando se fecha.
  2. Capim da família das ciperáceas (*Hypolytrum pungens*), semelhante à navalha-de-macaco; navalheira, navalheira-dura.
  3. Frio intenso.
  4. Língua maldizente.
  5. Faca.
  6. Cada uma das três lâminas que aparam a linha-bloco do linotipo, após a fundição, acertando-lhe o corpo e a altura; faca.
  7. Motorista imperito; barbeiro.
- Navalha de Ockhman** (sic) Princípio fundamental do ockhamismo, segundo o qual, para explicar os fatos, não devemos multiplicar desnecessariamente as entidades.

No dicionário, há virtualidades, potencialidades que, em uso, são dialogizadas e ideologizadas. Assim, como palavra alheia, signo em circulação, percebe-se que navalha ressoa comumente em outros enunciados como instrumento cortante, bastante afiado. No que tange à palavra minha, estabelece-se uma relação metafórica a partir da associação com um instrumento cortante, mobilizando formas de já-dito e saberes resgatados pela memória, uma vez que navalha é um instrumento que faz parte do imaginário das pessoas. De forma análoga, na atividade de trabalho policial, a Operação Navalha tentava cortar, como o fio de uma navalha, a corrupção ligada à Administração Pública. Nessa perspectiva, a palavra aglutina o verbal e o não-verbal e constitui-se como enunciado perpassado por acentos de valor.

Batizada a Operação, circulam acentos axiológicos da perspectiva dos policiais em relação ao objeto de investigação e ao outro (outros sujeitos e outros discursos), investigados, colegas de trabalho etc. Designações como a palavra navalha evocam a *linguagem como trabalho*, aquela que faz, *no trabalho*, que circunda, e *sobre o trabalho*, que interpreta. Enfatiza-se, principalmente, a importância das palavras oriundas de contextos diferentes, como observa Boutet (2001, p.91) ao considerar uma “atividade linguageira de renominação”, uma transformação de designações convencionais como uma “estética do trabalho”. Ressalta-se assim o efeito metafórico como uma prática de categorização das operações, em que se cumpre não só uma função estética, mas também uma função persuasiva (Charaudeau e Maingueneau, 2004), uma vez que carregam de maneira não explícita opiniões que mobilizam formas de já-dito e fazem circular novos efeitos de sentido. Essas palavras vão ser ressignificadas no deslocamento de um contexto a outro, ainda que a matriz se repita. A palavra está sempre se renovando, pois está em jogo o enunciado, a construção do sentido, e não o sistema da língua (Bakhtin, 2003).

Na esfera do trabalho policial, as designações/enunciados ganham expressividade como uma forma de significar os suspeitos como pessoas atingidas pela Operação cujos cargos estariam no fio cortante da navalha. Essas palavras designativas funcionam como signos ideológicos, uma vez que possuem índices de valor, posições ideológicas, atribuídas por sujeitos socialmente organizados. Ao passarem à mídia, estabelece-se uma nova arena, novos sujeitos envolvidos e conseqüentemente nova expressividade.

### **Esfera midiática**

A Operação com sua forma particular de ser designada torna-se tema na mídia e recebe acentos valorativos a partir das condições de produção, circulação e recepção dos gêneros do discurso na esfera midiática. Assim, vários elementos são considerados no dizer, como os interlocutores, o espaço, o tempo, o suporte, enfim, o contexto específico de produção do enunciado, o que acaba gerando diferentes efeitos de sentido.

No jornal Zero Hora, a Operação foi objeto de inúmeras matérias. Como exemplo, apenas no dia 22 de maio de 2007, a referência à Operação aparecia em chamada de capa, dois espaços de charge, quatro matérias com o título de Reportagem Especial, e no Editorial de Zero Hora (que comparava a Operação Navalha com a Operação Mãos Limpas, realizada na Itália, conferindo à Operação a dimensão de espetáculo brasileiro). A visibilidade da operação foi tanta que uma matéria do dia 25 de maio de 2007, no mesmo jornal, trazia o seguinte título: *Lula tenta conter “excessos” da PF* (anexo F). A divulgação da Operação também coincidiu com a Operação Xeque-Mate<sup>46</sup>, na qual entre os envolvidos estavam o irmão e um compadre do presidente Lula.

Assim como na revista Veja, cuja capa será analisada na seqüência, no jornal Zero Hora as matérias aparecem acompanhadas da figura de uma navalha, sendo que nas cartolas das matérias aparecem diferentes formulações verbais, como: *Navalha na carne* (Reportagem Especial e Página 10 de Rosane de Oliveira, dia 18 de maio de 2007), *No fio da Navalha* (Reportagem Especial, no dia 22 de maio de 2007), *Operação Navalha* (em matérias da seção de Política dos dias 19, 24, 25 e 30 de maio, e 3 e 14 de junho de 2007), *Navalha no Dnit* (Reportagem Especial, no dia 29 de maio de 2007) e *Navalha no Congresso* (Reportagem Especial, no dia 22 de maio de 2007). O assunto também foi destaque nos espaços de opinião do

---

<sup>46</sup> Desencadeada no dia 4 de junho de 2007, a Operação Xeque-Mate investigava uma quadrilha envolvida em contrabando de componentes de caça-níqueis que pagava propina a policiais devido a crimes como contrabando, corrupção e tráfico de drogas.

jornal, como em editoriais, colunas e comentários. Como exemplo, no dia 28 de maio de 2007, o comentarista Klécio Santos referia-se ao caso em comentário intitulado *Esplanada infestada*, cujo adjetivo dá índices da apreciação repulsiva conferida aos suspeitos investigados pela Operação. Em outra dimensão, observando atitudes responsivas ativas do enunciado *navalha*, em um comentário político publicado na Página 10 de Zero Hora do dia 23/12/2007 por Rosane Oliveira, chama atenção a expressão *Navalha nos gastos*, a qual se refere à necessidade de redução de gastos no Estado do Rio Grande do Sul. Essa compreensão ativa resgata sentidos possíveis da Operação designada como *navalha*.

A seguir, é analisada a capa da revista Veja do dia 30 de maio de 2007 em que a Operação Navalha é o centro da atenção:



**Figura 4.** Capa da Revista Veja de 30 de maio de 2007

A capa da revista apresenta, sob a manchete *Navalha na Carne* seguida de *O fio das operações anticorrupção já cortou Zuleido e Rondeau e agora chega perto do pescoço de Renan Calheiros, presidente do Senado*, a figura de uma navalha cortando a fotografia da cabeça dos investigados, o que remete ao efeito derrisório de mesclar humor e agressividade (Bonnafous, 2003). Sendo a capa de revista um gênero em que recursos verbais e visuais constroem um

conjunto de estratégias para fazer o leitor participar do discurso, chama atenção na capa em foco o destaque conferido ao nome da Operação, a partir tanto de recursos visuais (a imagem de uma navalha e fotos dos investigados) quanto de verbais associados a visuais, como é o caso do tamanho (grande) e da cor (branca sobre um fundo vermelho) da letra de *Navalha na Carne*.

A capa traz, na primeira linha do alto da página, duas chamadas, uma intitulada *Novas imagens* - trata de espécies desconhecidas, seres abissais que habitam os mares e são um espanto, pois adquiriram formas surpreendentes na evolução - e outra *Milagre no deserto* - apresenta a prosperidade de Dubai, um pequeno emirado do Golfo Pérsico, menor do que o Distrito Federal, onde estão sendo construídos o maior aeroporto, as maiores ilhas artificiais e o maior edifício do mundo. O restante da página é todo dedicado à Operação Navalha. O nome da revista Veja desenhado e estilizado em letras azuis aparece sobre um fundo vermelho, cor que pode ser associada a sangue ou à carne. No centro, podem ser vistas fotos coloridas (que criam efeito de verdade) do empresário Zuleido Veras, do ex-ministro Silas Rondeau – apresentados com as cabeças cortadas por uma navalha – e, ao lado, do então senador Renan Calheiros, colocado próximo ao fio de uma navalha, sendo que esta já está iniciando o corte da foto de Renan. Essa movimentação da navalha cria um efeito de sentido, chamando a atenção para o perigo a que o senador está exposto. Embora a Operação aponte mais envolvidos, essa capa apresenta os três, considerados grandes nomes devido aos cargos que ocupavam. Abaixo, as legendas explicam de quem é a foto, criando uma personalidade à figura dos envolvidos, ligando-os a seus cargos, estabelecendo uma relação a que Bakhtin se refere como o ambiente de fora do ser humano, no caso o seu ambiente de trabalho: a Construtora, o Planalto, o Senado. Chama atenção, na legenda da foto de Zuleido Veras, a designação *cleptobudista*, que está associada ao fato de o envolvido ser adepto do budismo e ter escolhido o nome para a sua construtora, a Gautama, a partir do nome de Sidarta Gautama, o deus Buda. Na reportagem, a revista ironiza que Buda, símbolo da pureza e desprendimento, acaba como sinônimo da roubalheira no Brasil.

A montagem da capa cria efeitos de realidade interpelando o leitor a ler a revista. Os elementos que a compõem, como títulos resumitivos de acontecimentos importantes, as fotografias de homens públicos, do instrumento navalha (em ação) e a própria designação *navalha* podem ser considerados como produtores de efeitos “de informação ampla sobre um conjunto de fatos relevantes” (Brait e Rojo, 2001, p.18) e ao mesmo tempo responsáveis por atrair a atenção do leitor para o conteúdo da revista, para o aprofundamento do que aí se anuncia.



A imagem de navalha cortante é utilizada também no interior da revista, na matéria correspondente à chamada de capa, na construção de um efeito de realidade. Ao todo, a reportagem possui 10 páginas, desenvolvendo-se entre as páginas 50 e 59 da revista, e iniciando com o título *1 giga de corrupção*. O texto é topicalizado com o nome da operação: *Operação Navalha*.

Com relação à parte verbal da capa, é importante observar também as escolhas lexicais “fio”, “anticorrupção”, “cortou”, “chega perto do pescoço” que trazem valorações apreciativas, especialmente a posição da editoria da revista, com a qual a maioria dos leitores vai se identificar. Quanto ao uso dos tempos verbais, “cortou” (no pretérito perfeito) aponta para um fato de realização certa, ocorrido e concluído no passado, pois os envolvidos já perderam os cargos, enquanto que “chega” (no presente) chama a atenção para o fato de o presidente do Senado estar exposto ao mesmo destino dos demais: o corte da Operação Navalha. Assim, esse enunciado se utiliza tanto do pretérito quanto do presente, criando um efeito de real por meio da atualidade do presente e da historicidade do pretérito. Observa-se ainda o uso da conjunção “e” que possui uma função primordialmente aditiva, mas que no enunciado pode desempenhar outros papéis como é o caso do segundo “e”, em “e agora chega perto do pescoço de Renan Calheiros”, apresentando, nesse caso, uma idéia de consequência.

A manchete *Navalha na carne* em letras brancas contrasta com o vermelho do fundo e pode ser posta em diálogo com o filme brasileiro “Navalha na Carne”. Baseado em uma peça homônima de Plínio Marcos, cuja primeira adaptação para o cinema ocorreu em 1969, com direção de Braz Chediak e a segunda adaptação em 1997, com direção de Neville D’Almeida, o filme traz no elenco Vera Fischer. Para o crítico literário Anatol Rosenfeld<sup>47</sup>, a obra de Plínio Marcos ecoa como se fosse uma navalha na carne das pessoas que a lêem, “navalha na nossa carne”, mostrando toda a pobreza e podridão que existem no submundo da sociedade. No enredo do filme, a todo momento existe uma personagem que se vende para comprar outra; em outras palavras, comprar a atenção das pessoas, atenção e carinho de que todo ser humano precisa. Mostra uma realidade social brasileira em que existe a idéia de dominador e dominado. O mais forte arma as artimanhas para conseguir persuadir os mais fracos. Como no filme, a leitura de *navalha na carne*, na capa da revista, remete ao lado obscuro do poder, um efeito de verdade e

---

<sup>47</sup> *Apud* Apostila 43 de Literatura brasileira contemporânea – Plínio Marcos. Disponível em <[http://www.jayrus.art.br/Apostilas/LiteraturaBrasileira/Contemporânea/Plínio Marcos - Navalha-na-Carne.htm](http://www.jayrus.art.br/Apostilas/LiteraturaBrasileira/Contemporânea/Plínio%20Marcos%20-%20Navalha-na-Carne.htm)>. Acesso em 12 abr. 2008.

revelação de corrupção de desvios de recursos públicos envolvendo reconhecidos nomes da política do país.

Embora não apareça explícita na capa a expressão polícia federal, o título *Navalha na carne* aponta para o gênero da atividade da Polícia Federal, que batizou a Operação com a designação *navalha*. Há, desse modo, um resgate parcial da história da Operação. Também a analogia é lembrada pela figura da navalha, uma relação metafórica que não apenas dá índices discursivos do que se está falando, mas também funciona como uma imagem viva já que se apresenta visualmente concreta estampada na capa da revista, como objeto de corte para a função de “degolar” cargos de comprovados envolvidos em fraudes.

Deve-se destacar, neste conjunto de observações, a importância de a *Veja* ocupar a capa da revista para a divulgação da Operação. Ainda que se volte para a projeção própria, comprometimento com “a verdade e transparência”, presta o serviço de mostrar a relevância dos acontecimentos. A alternância dos sujeitos no discurso (policiais e jornalistas) pode ser observada na capa, ou ainda a atitude ativa dos jornalistas frente à Operação, uma vez que traz a palavra bivocal que na mídia incorpora a expressão dos policiais, evidenciando a compreensão responsiva do enunciado.

A cobertura da Operação, observada em diferentes veículos de comunicação, em especial no jornal *Zero Hora* e na revista *Veja*, atingiu proporção de espetáculo na medida em que, além de a quantidade de matérias ter sido expressiva e a escolha dos gêneros considerados de destaque para publicação, o assunto permaneceu em evidência por vários dias, renovando-se a cada enunciação, como se estivesse em um tempo espetacular. Para tanto, como ensina Debord (1997), a espetacularização se dá por imagens, mas é mais complexa que uma mera sobreposição de imagens, já que sobretudo é “uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (p.14).

### **3.2.5 Operação Rodin**

## **Esfera policial**

Fazendo parte da atividade dos policiais federais, a *Operação Rodin* foi desencadeada no dia 6 de novembro de 2007 com o objetivo de desarticular uma quadrilha especializada em fraudes em contratos públicos realizados pelo Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul (Detran-RS). A Operação recebeu o nome de Rodin, porque a investigação da Polícia Federal constatou que o núcleo do esquema de fraudes estaria em um das empresas subcontratadas, a Pensant, além de envolver a Fatec, fundação ligada à Universidade Federal de Santa Maria. Já a Pensant era suspeita de ser a mentora da fraude.

No que se refere à análise dialógica da palavra a partir da proposta de Bakhtin, a palavra da língua remete ao escultor francês Auguste Rodin que, pertencente ao movimento impressionista, expressava o corpo humano pelas poses dramáticas que revelam o sentimento interior e pela arte mais próxima do real (Strickland, 1999). Um dos diferenciais de sua arte era o incompleto – ou o poder de sugestão – como princípio estético (Janson, 2001).

Enquanto palavra alheia, a designação Rodin traz a memória discursiva do artista francês, autor da escultura em bronze “O Pensador” (1880), a sua mais famosa escultura, a qual está no Pátio do Museu Rodin, em Paris. Embora o escultor tenha feito numerosos bustos de personalidades, não se sabe ao certo se em “O Pensador” o autor pretendia retratar alguém em específico. A obra de Rodin mostra um homem debruçado meditando.

A compreensão da palavra alheia – processo de confronto e interpretação – proporciona uma reavaliação, uma modificação e o surgimento de um novo signo. Do mesmo modo, a designação Rodin, usada para nomear esse escândalo, a partir da compreensão da palavra alheia também proporciona uma reavaliação, uma modificação e o surgimento de um novo signo.

Como palavra minha, o nome conferido à Operação faz um recorte memorável a Rodin, autor de O Pensador, e, por enunciados cifrados, ela, numa referência diferente das demais, significa, fazendo apreciações valorativas ligadas à corrupção. Assim, subverte-se o sentido: a obra O Pensador é associada ao mal – à empresa Pensant. Com essa referência, a mídia e a Polícia Federal destacam a empresa como grandiosa, como O Pensador de Rodin, porém ligada ao mau uso da verba pública. Provavelmente, por questões de sigilo<sup>48</sup>, optou-se por utilizar o

---

<sup>48</sup> Inicialmente, a Operação recebeu da Polícia Federal o nome de “Operação Campus”, porém como a palavra “Campus” estava muito ligada ao foco da investigação, a Universidade Federal de Santa Maria, a designação foi

nome do escultor (Rodin) para identificar a Operação e não o nome da obra. No entanto, nas chamadas, aparece a figura da escultura, e sobre essa escolha, assim se manifesta a editoria de Zero Hora: “Esse verdadeiro monumento à reflexão, portanto, é sugestivo da reação que no mínimo o episódio vergonhoso deve merecer de todos os gaúchos comprometidos com a ética e com a moralidade na área governamental” (Editorial, 6 de junho de 2008).

Ainda como palavra minha, essa palavra passa a circular no trabalho dos policiais, percorrendo gêneros da atividade policial, grupos sociais e profissionais. Quando o leitor identifica o caso ou um envolvido como integrante do esquema, assimila e (re)cria sentidos da palavra. Fazendo parte do território comum do locutor e do interlocutor, como uma ponte ligando os dois, a palavra designativa da Operação traz ecos da esfera/gênero em que surgiu e facilita o desenvolvimento do trabalho dos policiais e a sua divulgação na mídia.

### **Esfera midiática**

No que tange à esfera midiática, por se tratar de uma Operação circunscrita ao Estado do Rio Grande do Sul, a Operação não recebeu destaque na revista Veja. No entanto, esse silenciamento chama a atenção, pois se trata de uma operação de grande repercussão. Entretanto, o jornal Zero Hora, jornal de maior circulação no Estado, destacou a Operação Rodin em uma série de primeiras páginas, matérias, manchetes, reportagens especiais, editoriais, charges e artigos. O assunto foi pauta constante no veículo entre os dias 7 e 11 de novembro, sendo que a Operação continua sendo objeto de matérias, até os dias atuais, como os destaques na primeira página de 23/01/2008 e 15/03/2008. Na edição dos dias 31/12/07 e 01/01/08, a Operação Rodin foi incluída na Retrospectiva 2007 do jornal.

Em primeira página de Zero Hora, a Operação Rodin apareceu no dia 07/11/07 sob a manchete *PF faz devassa no Detran*, acompanhada de uma foto da prisão temporária do presidente do Detran (Figura 5). No dia seguinte, 08/11/07, a manchete de primeira página era *PF indicará os 13 suspeitos de megafraude no Detran*. No dia 09/11/07, a Operação aparecia em um lugar de menos destaque, mas ainda na primeira página, sob a manchete *Escândalo no Detran – PF usa delação premiada para apurar fraude*. Nos dias 10/11/07 e 23/01/08, a Operação voltou a ocupar a posição de manchete principal na primeira página do jornal, com a chamada *PF diz*

---

trocada para Rodin, por uma questão de sigilo (Zero Hora, 4 de junho de 2008, em “As escutas da Rodin: Operação da PF mudou de nome”, p. 8).

*que propina era de até R\$ 500 mil por mês e Escândalo do Detran já tem 17 indiciados, respectivamente.*

Mais recentemente, no dia 15/03/2008, a Operação voltou a ser publicada em primeira página com o título *Receita apura sonegação de R\$ 50 milhões no rastro do caso Detran*, trazendo no texto complementar o nome da Operação e, no interior do jornal, a Operação ocupava espaços como a charge (na figura do Pensador com um microfone), o espaço de Reportagem Especial (da página 4 à página 6), sob os títulos *Inquérito desvenda megafraude* e *Receita busca até R\$50 milhões sonegados*, além de aparecer nos comentários políticos da Página 10 (*Fraude documentada*), no espaço destinado à Política (página 14) e no editorial (*Articulação desfeita*).

A fim de analisar a Operação e sua designação na mídia, é observada a primeira página do jornal Zero Hora do dia 11/11/07. A Operação aparece com destaque nesse gênero, remetendo a uma reportagem especial que ocupa 10 páginas do jornal. A primeira página representa a entrada do leitor na matéria, uma vez que faz menção direta à reportagem, através de trechos que chamam a atenção para trazê-lo ao sentimento de adesão e solidariedade.



Figuras 5. Primeira página do Jornal Zero Hora de 11 de novembro de 2007

A partir de trabalhos de Rojo (2005; 2007<sup>49</sup>), pode-se dizer que o gênero primeira página de jornal apresenta características próprias, quais sejam: (a) editoria própria; (b) enunciado completo onde se intercalam outros gêneros; (c) leva em conta os leitores que só lêem primeira página; (d) faz destaques (o que publicar, pensando na apreciação do leitor); (e) apresenta imagens visando a efeitos de sentido; (f) contém manchetes e olhos; (g) aponta “links” – semelhante às notícias da Internet; (h) traz fotolegendas que constroem sentidos; (i) o conjunto desses elementos compõe uma leitura verbo-visual.

Na composição da página, aparece, no alto e em destaque, o nome do jornal seguido de data e endereço eletrônico. Acima, à direita, informações sobre ano, número e preço em diferentes regiões do Brasil e no Uruguai. A seguir, em destaque, o dia da semana, no caso *Domingo* seguido das chamadas de matérias: *Moda de praia com a marca do glamour*; *2008 deve ser um ano de concursos*; *TV+Show – Uma moça do interior - Grazi Massafera*. Após, *ZH Classificados > 14,1 mil ofertas*.

<sup>49</sup> Minicurso: “Gêneros do discurso/texto como objetos de ensino de línguas” – V SENALE, realizado nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2007, ministrado pela professora Roxane Rojo.

A chamada para a matéria sobre a Operação é destacada na parte central da primeira página com a escultura de *O Pensador*, seguida de *Operação Rodin*, em letras cursivas. O título – *Operação Rodin: as 24 horas em que a fraude do Detran implodiu* – é seguido do texto: *Entre as 4h de terça-feira e as 4h de quarta, quando se encerrou o mais longo dos depoimentos dos suspeitos de participar de esquema de corrupção no Detran, uma movimentação inédita de policiais, procuradores, empresários e políticos sacudiu o Estado*. Mais abaixo, com letras destacadas, há uma chamada para 10 páginas da cobertura do jornal (p.4 a 14): *Como nasceu a maior devassa em contratos públicos no RS*.

É preciso observar que, à esquerda, também em destaque, aparece outra chamada, também com tons negativos cuja manchete é: *A Estética da Violência*. A composição da página está ligada à palavra “estética”, em destaque através da cor branca sobre o fundo colorido escuro. A foto aparece em tamanho grande e, na chamada, está a palavra “estética”, que estabelece uma coesão explícita com o restante da página. Essa coesão se dá tanto por meio de elementos verbais (moda praia, glamour, show, moça do interior, Rodin) quanto visuais (escultura, fotos), percebendo-se um encaminhamento argumentativo no sentido de construir a figura (relacionada à Estética da Violência) e de relacioná-la com outras chamadas dessa primeira página. Essa composição ainda se relaciona com o nome da operação em destaque: a Rodin, que traz na chamada a figura da escultura – a qual também remete à estética, tanto na escolha do nome para a Operação quanto na imagem da escultura – uma criação estética. É preciso ressaltar que a obra *O Pensador*, de Rodin, está entre as obras de escultura mais famosas do mundo, além de a arte em esculturas ser considerada a terceira das artes clássicas. O uso da imagem joga com a representação do sensível, sobretudo nesse caso analisado em que a imagem é arte. A associação com a imagem reforça o acento valorativo que as palavras pretendem construir, auxiliando na construção de efeitos como os de realidade e verdade. A manchete vem seguida do texto: *Táticas típicas de guerra estão ajudando a moldar a paisagem da Capital Gaúcha, assombrada com a criminalidade*, evidenciando mais uma preocupação do povo gaúcho, além da corrupção.

Os itens lexicais “fraude”, “implodiu”, e os elementos do texto complementar: “suspeitos”, “esquema de corrupção”, “movimentação inédita” e “devassa”, fazem circular acentos valorativos de repulsa em relação aos investigados. Somando-se a isso, a partir do emprego de “implodiu” é possível construir o efeito de sentido de “estourar para dentro” – remetendo ao fato de que a crise é interna (*As vinte e quatro horas em que o Detran implodiu*).

Esse verbo empregado no pretérito perfeito reforça o fato de os depoimentos serem decisivos – as demissões passadas, concluídas e sem volta.

Somente para fins ilustrativos, é colocado a seguir o anúncio da primeira página em destaque, que foi divulgada no dia anterior. Aparece a imagem da escultura de O Pensador segurando um volante, porém associada à ruína, em uma clara alusão ao tema investigado na Operação:

## COMO É A EMPRESA-MÃE DA FRAUDE DO DETRAN

- O estilo Sarkozy de governar.
- A vida sob o domínio do tráfego.
- No Empregos: as profissões em alta no vestibular.
- Câncer de mama: o dia-a-dia de quem luta contra a doença.



Donna **ZH**

**Fim de ano:  
dicas para  
evitar os  
gastos de  
última hora.**

**ZERO HORA**  
Dominical

**Figura 6.** Divulgação de matéria sobre a Operação Rodin no Jornal Zero Hora em 10/11/2007 (anexo I)

A escultura de O Pensador estabelece uma relação metafórica com algo concreto e até mesmo montado (o acréscimo da direção) – recurso que não apenas transmite a idéia com a qual se pretende a analogia, como também estabelece a sua relação com uma palavra concreta, a figura da escultura, uma obra de arte, associada ao título da chamada *Como é a empresa-mãe da fraude do Detran*. No diálogo entre a chamada e o visual, é possível fazer a relação da “empresa-mãe”, a Pensant, com O Pensador, e o Detran com a direção (o volante).

Ao abordar a Operação em matérias ou reportagens especiais – e às vezes na própria primeira página – o jornal Zero Hora utilizava a figura da escultura “O Pensador”, de Auguste Rodin, como uma forma de identificar visualmente a Operação e recuperar o já-dito em outra situação enunciativa. A própria Polícia Federal em seu release sobre a Operação incluía a imagem da escultura, conforme título de matéria comentando a nota à imprensa: *A Polícia Federal se*



*sofística*, Zero Hora, 29/01/2008. Mais recentemente, notícias e reportagens sobre a CPI do Detran<sup>50</sup> também trazem a figura da escultura em suas chamadas e atualmente as matérias sobre a crise política que se instaurou no governo em decorrência das irregularidades no Detran mantêm a mesma escultura de Rodin que serviu de chamada para a Operação Rodin com a chamada: *Além da Operação Rodin*. A imagem da escultura acompanha a palavra como um layout de página.

A palavra designativa Rodin faz referência aos suspeitos – os atingidos pela Operação. Estabelecida a analogia, essa palavra se torna tema do discurso caracterizado pelo seu aspecto concreto, singular, sócio-historicamente determinado pela situação da Operação, vindo a incorporar efeitos de sentido de compreensão de um enunciado, ou seja, o processo interpretativo do co-enunciador, que vai se dar no diálogo com o enunciado. Fazendo parte do território comum do locutor e do interlocutor, a mídia gaúcha, quando se dirige ao leitor com essa palavra, sabe que pode contar com a memória discursiva que ela suscita, um assunto amplamente divulgado.

A Operação Rodin apareceu novamente em página do jornal Zero no dia 28 de maio de 2008, em Reportagem Especial, com a chamada: *Além da Operação Rodin*, acompanhada da figura de *O Pensador*. Matérias sobre o assunto continuam sendo publicadas, ocupando várias páginas do Jornal, afinal, como já foi mencionado, esta operação foi a responsável pela crise atual em que se encontra o governo do estado do Rio Grande do Sul.

Ressalta-se, ainda, que nem sempre as ações da Polícia Federal resultam em prisões, uma vez que visam obter provas que possam cooperar com as investigações. Isso impede, por exemplo, que os envolvidos se adiantem aos longos inquéritos e destruam provas. Tanto as prisões quanto a apreensão de provas dependem da autorização da Justiça. A Polícia investiga, indicia e, após, envia o inquérito à Justiça Federal. No caso da Operação Rodin, dos 44 denunciados, 40 se tornaram réus no processo judicial sobre o caso<sup>51</sup>. Esses serão julgados por participar da fraude, uma vez que tiveram denúncia aceita pela juíza da 3ª Vara Federal. O julgamento poderá, segundo a juíza, ser concluído em um ano.

---

<sup>50</sup> A CPI do Detran na Assembléia Legislativa é instalada no dia 7 de fevereiro para apurar a fraude no Detran. A CPI deu visibilidade ao escândalo.

<sup>51</sup> Informações até 15 de junho, cf. Reportagem Especial, Jornal Zero Hora, 15 jun. 2008, p. 4-5.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de analisar discursivamente palavras que os policiais federais (re)criam para designar suas operações de trabalho, verificando relações dialógicas estabelecidas, de modo a recuperar pistas da atividade do trabalho policial e características da sua divulgação na mídia. Para tanto, embasado na teoria dialógica e nos estudos do trabalho e estabelecendo diálogo com abordagens necessárias ao cotejo do objeto, como é o caso das reflexões sobre espetacularização, foram analisadas cinco operações com suas designações: Sanguessuga, Macunaíma, Hurricane, Navalha e Rodin.

Devido ao fato de as teorias de base incentivarem a criação de metodologias considerando a particularidade do material, foram criados procedimentos próprios de seleção e análise do material. Após fazer um levantamento de operações, foram selecionadas aquelas que atenderam aos seguintes critérios: diferentes anos (2006 e 2007), diferentes naturezas (tanto na associação do nome quanto na do crime), destaque na mídia, repercussão social e reconhecimento dos envolvidos.

A análise do material, além de considerar a articulação enunciativo-discursiva entre esfera de atividade, gênero do discurso e materialidade lingüística, seguiu duas etapas interdependentes: esfera policial e esfera midiática. Na policial, procedeu-se à recuperação da Operação policial e à análise da palavra, seguindo a proposta bakhtiniana: palavra da língua (sem acento de valor), palavra alheia (memória da palavra) e minha palavra (acentos de valor na instância policial). Na esfera midiática, desenvolveu-se um breve panorama da repercussão da operação na mídia e efetuou-se a análise da palavra/operação em capa da Veja ou primeira página do jornal Zero Hora ou reportagem especial do jornal Zero Hora, observando aspectos verbais e não-verbais do enunciado, como palavras, itens lexicais, ilustrações, cores e disposição dos elementos na página, de modo a verificar a produção de efeitos de sentido. Nas duas etapas, teve-se a preocupação com as condições de produção, circulação e recepção dos enunciados.

Com isso percebeu-se que faz parte do gênero de atividade dos policiais federais designar suas operações de trabalho. Também se observou o amplo conhecimento geral dos profissionais ao escolherem a designação e o trabalho criativo e cuidadoso ao elegerem um ou outro nome. Diferentes naturezas da analogia das palavras podem ser resgatadas, como bíblicas, literárias,

mitológicas, culturais, tecnológicas etc. Como foi visto, as criações designativas das Operações pelos policiais federais chamam a atenção na medida em que constroem novos sentidos a partir de palavras já postas em circulação. Essas palavras, além de auxiliarem na situação de trabalho, carregam acentos de valor, que, na mídia, passam a ressoar com certa força. Dessas criações, surgem expressões languageiras, bastante criativas, decorrentes da necessidade de ganhar tempo e sigilo para as operações de trabalho coletivo.

Este estudo apresenta contribuições para a compreensão dos estudos da linguagem e sua relação com o trabalho na tentativa de elucidar os fenômenos sociais contemporâneos no que tange à organização do trabalho. Podemos compreender que os policiais como sujeitos ideológicos lançam enunciados significativos e valorativos cuidadosamente escolhidos que vão ser interpretados, num primeiro momento, na situação de trabalho pelos colegas de equipe e também, em um segundo momento, pela população em geral, a partir da veiculação com crescente destaque na mídia. Essas designações podem ser enunciadas a partir dos mais variados gêneros discursivos – capas, reportagens, primeira página, notícias, editoriais, charges, artigos, entre outros –, nomeando escândalos que se sucedem e/ou práticas irregulares diversas.

Essas palavras constituem-se em um estoque de enunciados esperados em um espaço temporal, social, histórico-discursivo, característico do gênero da atividade (Clot & Faïta, 2000). Ao ser usada “como trabalho”, “no trabalho” e “sobre o trabalho” (Nouroudine, 2002), a linguagem apresenta a principal vantagem de ser econômica, uma vez que, com esses enunciados, os policiais dialogam não só com pares na atividade de trabalho, mas também com o público em geral, através dos meios de comunicação, sem ser necessário recuperar detalhes da investigação toda vez que se faz referência a ela. Tais palavras carregam determinados índices de avaliação, que acabam servindo como “rótulos” para se referir aos envolvidos em cada Operação realizada pela Polícia Federal.

A interlocução entre a teoria bakhtiniana e os estudos sobre o trabalho fundamenta a análise em desenvolvimento, proporcionando a compreensão da relação entre atividade de linguagem e atividade de trabalho. A análise da “palavra da língua” (o “estável” do enunciado), da “palavra alheia” (expressividade do outro que ressoa no enunciado) e da “minha palavra” (minha valoração) possibilita resgatar a memória discursiva do dizer e as relações dialógicas estabelecidas pelas designações em foco. Desse modo, é possível não só verificar aspectos da produção, circulação e recepção do enunciado (Bakhtin, 2003), mas também resgatar índices das

características da atividade do policial federal, como é o caso da importância da escolha da palavra designativa e a sua reescolha, se necessário para manter o sigilo da investigação, o que aponta para a renormalização do trabalho.

A partir do encaminhamento da reflexão, é possível apresentar duas considerações referentes à inventividade lexical, especialmente as designações do trabalho, antes sigiloso (somente do domínio do coletivo do trabalho), depois tornado público: (a) contribuição para o desenvolvimento das operações de trabalho dos policiais federais e (b) contribuição para a mídia no que tange à divulgação das operações efetuadas. Nessa perspectiva, tem-se observado que a (re)criação de palavras para designar diferentes operações policiais tem colaborado com os interlocutores, seja o próprio coletivo de trabalho, seja a população (por intermédio da mídia), pois as predicções apresentam pistas discursivas que orientam um caminho a ser seguido para a compreensão de parte das investigações referidas. Além disso, esta análise possibilitou resgatar índices das características do trabalho do policial federal, especialmente considerando a articulação entre a linguagem “como trabalho”, “no trabalho” e “sobre o trabalho”.

A equipe da Polícia Federal, ao batizar as suas operações, convoca a produção de novos efeitos de sentido, a partir de palavras já postas em circulação em esferas de atividade bastante diferentes. Dessa forma, a Polícia Federal, ao criar essas palavras, serve à nação, na medida em que expõe à opinião pública, através da mídia, o constrangimento dos envolvidos ao serem apontados em operações como Sanguessuga, Macunaíma, Furacão, Navalha e Rodin.

Pelo trabalho de pesquisa desenvolvido, pode-se dizer que a quantidade de operações deflagradas pela Polícia Federal é bastante expressiva e tem o acolhimento da mídia e da população em geral. Cada vez mais efeitos de espetacularização são expostos à população seja pelos diferentes meios de interpelação, como a primeira página de jornais e revistas, seja por gêneros reacentuados valorativamente ao delimitar as Operações da polícia. Nessa perspectiva, vale ressaltar o gênero “Placar dos escândalos” (Anexo J), lançado por Zero Hora a partir da edição de 26 de agosto de 2007<sup>52</sup>, em que situa o leitor “em meio a tantas denúncias despejadas pela imprensa diariamente”<sup>53</sup> sobre características de investigações especialmente explicando “o que é”, “últimos desdobramentos” e “próximos passos”. Ao lado da designação da investigação,

<sup>52</sup> Esse gênero apareceu no jornal Zero Hora nos dias 26/08/07, 18/08/07, 07/11/07, 12/12/07 (anexo J), 20/12/07, 30/12/07 e 21/06/08.

<sup>53</sup> KUHN, Dione. “Roteiro da Corrupção”. *Página 10*. Zero Hora. 27 ago. 2007, p. 10.

aparece a figura de um termômetro com as indicações “frio”, “morno”, “quente” e “fervendo”, conforme se encontra o caso, o que auxilia na criação de valorações às operações divulgadas.

O placar dos escândalos pode ser associado ao placar dos jogos de futebol, no qual são apresentados os resultados de um jogo enquanto este está em andamento e uma certa semelhança com a espetacularização que ocorre na divulgação. Como forma de divulgar a situação das operações, esse gênero representa uma reacentuação, uma criação que atesta a dinamicidade do gênero em cada situação de produção. A sua relativa estabilidade fica por conta da publicação nos jornais, e, por apresentar especificidades e finalidades próprias de sua esfera.

Ampliando a dimensão de espetáculo da cobertura das operações pela mídia, o jornal Zero Hora, na matéria intitulada *R\$ 1,7 bi no ralo da corrupção*, do dia 30/12/07, apresenta um ranking com o valor do prejuízo ocasionado pelos casos de corrupção investigados pelas Operações da Polícia Federal. Dentre os casos citados, incluíam-se as Operações Rodin (prejuízo de R\$40 milhões), Navalha (prejuízo de R\$100 milhões em um ano) e Hurricane (cujo valor contabilizado não foi informado). O que se percebe na cobertura das Operações analisadas é que a mídia se preocupou em manter as investigações em destaque por vários dias. A partir dessa intensidade na cobertura, percebe-se que a própria mídia reconhece o caráter de espetáculo conferido às operações, como ao afirmar que “de maneira geral, o desfecho das investigações vem sendo marcado por ações espetaculosas e com amplo acompanhamento da mídia. Os excessos ficam por conta da divulgação de cenas nas quais autoridades suspeitas aparecem detidas, algemadas e de vazamentos como o de escutas telefônicas, por exemplo” no editorial de Zero Hora, no dia 05/05/07 (intitulado *O poder da polícia federal*, conforme anexo L).

Desse modo, percebe-se que a interação estabelecida entre a Polícia Federal, a mídia e a população constitui-se em um processo imprescindível na dinâmica que envolve a criação, a circulação e a recepção dos enunciados. O dialogismo, apresentado pelo círculo bakhtiniano, possibilita a reflexão de como as palavras, criadas pela Polícia Federal e utilizadas no discurso midiático, se relacionam com os já-ditos e os novos dizeres dos sujeitos envolvidos. A utilização recorrente dessas designações pela mídia faz com que a população até já espere que novas Operações sejam objeto de matérias e reportagens pela mídia, o que permite que o espetáculo e seus efeitos se renovem a cada enunciação.

As criações usadas na divulgação das operações se relacionam à vida, à realidade, fazendo parte de um processo de interação entre locutores e interlocutores no qual as entoações

valorativas são compartilhadas. Essas palavras como signos ideológicos se renovam a cada enunciação concreta. Assim, o uso desses enunciados estabelece diálogos com a sociedade, através dos quais são pensados valores que são entendidos, apreendidos e confirmados ou não pelos interlocutores.

Os sujeitos interlocutores, através da mídia formam imagens dos envolvidos, baseando-se nessas designações. Mesmo que elas não tenham forte relação com sentidos negativos, elas são nomes que reportam valorações ligadas à corrupção, ao trabalho de investigação da Polícia Federal. Essas palavras carregam valorações da esfera e do gênero do discurso em que se materializam sem deixar de imprimir posições dos locutores, ou dos suportes que o veiculam, revista *Veja* e/ou jornal *Zero Hora*, em projeção ao outro (leitor, policial, infrator etc.). Os enunciados são elaborados em função de uma resposta, fazendo ressoar posições ideológicas diversas.

Na era da informação em que as matérias jornalísticas chegam rapidamente às pessoas, a própria designação e as estratégias de sua divulgação podem ser percebidas como efeito de espetáculo. Nesse sentido, a mídia, em especial o jornal *Zero Hora* e a revista *Veja*, analisados neste trabalho, tem cumprido o seu papel de, em uma democracia, procurar manter a população informada, mas não sem cometer os exageros habituais inerentes à sociedade do espetáculo como a superexposição do fato e a manutenção do assunto como pauta na mídia por muito tempo, chegando até mesmo a provocar o apagamento de outros acontecimentos.

Também, pela análise, percebe-se que a maioria das operações possuem formas visuais de representação, as quais não só auxiliam na divulgação, como ainda conferem visibilidade à divulgação. Assim, sanguessuga é representada por ambulâncias, por verme ou por bolsa de sangue; Furacão por figura de furacão e por algemas; navalha, por uma ilustração de navalha, Rodin, pela escultura (*O Pensador*).

A corrupção ficou mais exposta nas denúncias de operações divulgadas com ampla cobertura midiática que a todo momento são anunciadas e se referem a escândalos que se sucedem e sobre os quais a população quer estar informada. O Brasil vive um momento em que a qualquer hora um novo escândalo pode ser espetacularizado. Houve uma verdadeira midiatização da corrupção no país, constituindo-se esse tema em verdadeiro espetáculo. As pessoas podem ver nessa exposição uma forma de punição dos envolvidos. Com isso, torna-se possível que essas palavras não se tornem inoperantes.

A Polícia Federal, nas cenas de espetáculos criadas, muitas vezes fica em segundo plano, dando espaço para a criação dos efeitos de “verdade” e a “transparência” dos órgãos de imprensa. Assim se pode dizer que, na bivocalidade do discurso midiático, o estilo pictórico aglutina diferentes vozes não delimitando com fronteiras definidas o que é da mídia e o que é da polícia, o que auxilia para os efeitos de espetacularização.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. *Macunaíma*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.
- AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*, 4. ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, M. *Discurso no romance (1934/1935)*. In: *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. 4. ed. São Paulo, 1998.
- BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski (1929)*. 2. ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1997.
- BAKHTIN, M./VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 11. ed. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BONNAFOUS, S. Sobre o bom uso da derrisão em J.M. Le Pen. In: GREGOLIN, M. R. (org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.
- BOUTET, J. Les mots du travail. In: BORZEIX, A. & FRAENKEL, B. (org.). *Langage et travail: communication, cognition, action*. Paris: CNRS Editions, 2001.
- BOUTET, J. Quand le travail rationalize le langage. In: BOUTET, J.; KERGOAT, J.; JACOT, D. (Org.). *Le monde du travail*. Paris: Éditions La Découverte, 1998.
- BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, B. (Org.) *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006, p.9-31.
- BRAIT, B. Perspectiva dialógica, atividades discursivas, atividades humanas. In: SOUZA-E-SILVA, M. C.; FAÏTA, D. (Orgs.). *Liguagem e Trabalho: Construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 31-44.
- BRAIT, B.; ROJO, R. *Gêneros: Artimanhas do texto e do discurso*. São Paulo: Pueri Domus, 2001.
- BRAIT, B. Curso livre “Análise dialógica do discurso: teoria e prática”, UniRitter (Porto Alegre, RS), 25 e 26 jun. 2007.
- BRASIL. *Constituição*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação de tradução de Fabiana Komesu, São Paulo: Contexto, 2004.



- CHAUÍ, M. *Simulacro e Poder*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CLARK, K.; HOLQUIST, M. *Mikhail Bakhtin*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- CLOT, Y.; FAÏTA, D. Genres et styles en analyse du travail: concepts et méthodes. *Travailler*, nº 4, Revigny-sur-Ornair, Martin Media, 2000.
- DEBORD, G. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DI FANTI, M. G. C. A tessitura plurivocal do trabalho: efeitos monológicos e dialógicos em tensão. *Alfa*, São Paulo, n. 49, v. 2, p. 19-40, 2005.
- DI FANTI, M. G. C. *Discurso, trabalho & dialogismo: a atividade jurídica e o conflito trabalhador/patrão*. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.
- FAÏTA, D. Análise das Práticas Linguageiras e Situações de Trabalho: uma renovação metodológica imposta pelo objeto. In: SOUZA-E-SILVA, M. C.; FAÏTA, D. *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002.
- FAÏTA, D. Análise do diálogo e demanda social como a intervenção sobre um domínio da atividade mobiliza hipóteses lingüísticas. In: FAÏTA, Daniel. *Análise dialógica da atividade profissional*. Rio de Janeiro: Imprinta Express Editora, 2005.
- FAÏTA, D. *Genres du discours et genres de l'activité*. Ciclo de palestras ministradas na PUCSP, 2000.
- FAÏTA, D. Gêneros de discurso, gêneros de atividade, análise da atividade do professor. In: MACHADO, A. R. (Org.). *O ensino como trabalho*. Londrina: Eduel, 2004.
- FAÏTA, D. A linguagem como atividade. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Orgs.). *Trabalho & Ergologia: Conversas sobre a atividade humana*. Trad. Jussara Brito e Milton Athayde ... [et al]. Niterói: EdUFF, 2007.
- FARACO, C. A. *Linguagem e Diálogo*. Curitiba: Criar Edições, 2003.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo Aurélio XXI* – 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FIORIN, J. L. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 161-193.
- FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. *Introdução à lingüística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.
- FRANÇA, M. No princípio dialógico da linguagem, o reencontro do *Homo loquens* com o ser humano industrial. In: FIGUEIREDO, M.; ATHAYDE, M.; BRITO, J.; ALVAREZ, D. (Org.).

*Labirintos do Trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. 1 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, v. , p. 115-131

GRILLO, S. V. C. Esfera e campo. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 133-160.

GRILLO, S. V. C. *A produção do real em gêneros do jornal impresso*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2002.

JANSON, H. W. *História Geral da Arte: o mundo moderno*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LONARDONI, M. O discurso da ascensão, auge e queda de Antonio Palocci, na ótica das capas de Veja. In: NAVARRO, P. (Org.). *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 109-128.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília Souza-e-Silva e Décio Rocha. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de Língua Portuguesa*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.

MORENO, C. A formação dos compostos no português. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, Edipurs, 2002.

NOUROUDINE, A. A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, M.C.P.; FAÏTA, D. (org.). *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002.

PIOVEZANI FILHO, C. F. *Política Midiatizada e Mídia Politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade*. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

RODRIGUES, R. H. Os Gêneros do Discurso na Perspectiva Dialógica da Linguagem: A abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

RAJAGOPALAN, K. *Designação: a arma secreta, porém incrivelmente poderosa, da mídia em conflitos internacionais*. In: RAJAGOPALAN, K. *Por uma lingüística crítica: Linguagem, identidade e a questão ética*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 81-87.

ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 184-207.

- ROJO R. *Gêneros do discurso/texto como objetos de ensino de línguas*. Curso ministrado “Gêneros do discurso/texto como objetos de ensino de línguas” – V SENALE, realizado nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2007.
- SANT’ANNA, V. L. A. *O trabalho em notícias sobre o Mercosul: heterogeneidade enunciativa e noção de objetividade*. São Paulo: EDUC, 2004.
- SANT’ANNA, V.; ROCHA D.; DAHER M. Produtividade das investigações dos discursos sobre o trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, M. C e FAÏTA, D.(orgs.) *Linguagem e Trabalho*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SCHWARTZ, Y. A linguagem em trabalho. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Orgs.). *Trabalho & Ergologia: Conversas sobre a atividade humana*. Trad. Jussara Brito e Milton Athayde ... [et al]. Niterói: EdUFF, 2007.
- SCHWARTZ, Y. Travail et ergologie. In: *Reconnaissances du travail*. Paris: PUF, 1997.
- SOUZA-E-SILVA, M. C. P. A dimensão languageira em situações de trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, M. C. P.; FAÏTA, D. (Orgs.). *Linguagem e Trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SOUZA-E-SILVA, M. C. P. Atividades languageiras e atividades de trabalho. *Alfa*, São Paulo, n.49, v.2, p.7-18, 2005.
- SOUZA-E-SILVA, M. C. P. O ensino como trabalho – o professor como trabalhador. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 44, Campinas: Unicamp/IEL, 2003, p. 339-351.
- STRICKLAND, C. *Arte comentada: da pré-história ao pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- TRAQUINA, N. *Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são*. v.1. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005.
- ZAGO, A.; DI FANTI, M. G. Palavras em Operação: um dizer como trabalho, no trabalho e sobre o trabalho. *Revista da ABRALIN*, v.7, n.1, p. 167-190, jan./jun.2008 (no prelo).
- Revistas e jornais pesquisados:**
- ALCÂNTARA, A. S. Batismo do crime. *Revista Língua Portuguesa*. Ano 1, n.12, 2006, p.26-32
- SCARPIN, P. Estalos lítero-policiais. *Revista Piauí*, jun. 2007.
- KUHN, D. “Roteiro da Corrupção”. Página 10. *Zero Hora*, 27 ago. 2007, p.10.

**Documentos eletrônicos:**

AMORIM, Paulo Henrique. PF de Lula dá de 10 a 0 em PF de FHC. *Conversa Afiada*, 29 maio 2007. Disponível em <<http://conversa-afiada.ig.com.br/materiais/43450/-435000/4346881.html>>. Acesso em 5 dez. 2007.

POLÍCIA FEDERAL. Disponível em <<http://www.dpf.gov.br>>. Acesso em 15 mar. E 15 de jul.2008.

RELATÓRIO da Administração. Editora Abril S.A, 2006. Disponível em <<http://www.abril.com.br/arquivo/releda2006.pdf>> Acesso em 09 de jan. 2008.

SANTOS, T. R. L. “*Navalha na Carne*” de Plínio Marcos. s/d. Disponível em <<http://www.jayrus.art.art.br/Apostilas/LiterauraBrasileira/Contemporânea – Plínio Marcos>>. Acesso em 12 abr. 2008.

## ANEXO A

Capa da Revista Veja de 26 de julho de 2006

**EXCLUSIVO**

 **veja** www.veja.com.br

Editora ABRIL  
edição 1966 - ano 39 - nº 29  
26 de julho de 2006

**MÁFIA DOS SANGUESSUGAS**

**A LISTA DA VERGONHA**

- Os nomes e fotos dos 112 parlamentares acusados pelo chefe da máfia
- Os 60 prefeitos na lista da propina
- A história completa de como o ex-ministro da Saúde Humberto Costa ajudou a liberar dinheiro para os mafiosos





## ANEXO B – Reportagem do Jornal Zero Hora de 06 de maio de 2006

| 8 |

ZERO HORA &gt; SÁBADO | 6 | MAIO | 2006

## Política &gt;

politica@zerohora.com.br

## Garotinho diz que só um milagre salva candidatura

Página 16

Editora executiva: Rosanne de Oliveira &gt; 5218-4587. Editor: Luiz Antônio Araujo &gt; 5218-4589. Coordenadora de produção: Fabiela Bach &gt; 5218-4592

**Corrupção** Delegado que comanda operação da PF acredita que número de congressistas citados no esquema de fraude em licitações para aquisição de ambulâncias deverá crescer nos próximos dias

# Sanguessuga ameaça Congresso

Brasília

Mais de 60 parlamentares podem estar envolvidos no esquema de compra fraudulenta de ambulâncias por prefeituras com verbas do Ministério da Saúde. Ontem, 64 nomes de congressistas já teriam sido identificados pela Polícia Federal (PF).



De acordo com o delegado da Polícia Federal (PF) Tardelli Boaventura, responsável pela Operação Sanguessuga, que revelou o escândalo na quinta-feira, a lista deverá crescer nos próximos dias. Até ontem, o número de parlamentares envolvidos já era mais de três vezes superior ao da relação de 19 deputados apontados no escândalo do mensalão.

Boaventura disse ainda que deverá solicitar prisões preventivas (por tempo indeterminado) de algumas das 47 pessoas que já se encontram detidas por prisão temporária (válida por cinco dias). Ainda falta cumprir sete dos 54 mandados de prisão temporária. A PF deu prazo para que as pessoas se apresentem até hoje, caso contrário serão consideradas foragidas.

— Já estamos monitorando aeroportos — disse Boaventura.

Ontem, Suelene Almeida Bezerra, assessora do deputado Reginaldo Germano (PP-BA), foi a 47ª pessoa a ser presa.

Boaventura explicou que a lista de 64 parlamentares citados em conversas telefônicas gravadas com autori-

zação judicial foi produzida a pedido da Justiça Federal, que a encaminhou ao Supremo Tribunal Federal, Senado, à Câmara e à Procuradoria-Geral da República.

— Fizemos um levantamento (nas transcrições das conversas) para identificar onde a palavra-chave “deputado” era mencionada — disse Boaventura.

É por causa dessa metodologia que o delegado considera a hipótese de mais parlamentares surgirem nas investigações, já que os nomes deles podem ter sido mencionados sem o uso da palavra “deputado”.

## PF e Ministério Público oferecem delação premiada

Além de fraude na compra de ambulâncias envolvendo o Ministério da Saúde, há indícios de irregularidades na aquisição de equipamentos em outras áreas do governo, em especial no programa de inclusão digital, do Ministério da Ciência e Tecnologia. Também há suspeita de desvio de dinheiro público na compra de automóveis e de medicamentos.

A PF e o Ministério Público vão oferecer o benefício da delação premiada aos assessores dos parlamentares presos durante a Operação Sanguessuga.

— Há condição de a Polícia Federal oferecer, junto com o Ministério Público, um acordo para reduzir penas de suspeitos — afirmou Boaventura.

A Sanguessuga descobriu que um esquema comandado pelo empresário Darci José Vedoin foi responsável pela venda de mil ambulâncias a prefeituras municipais, por meio de licitações fraudadas.

## COMO FUNCIONAVA O ESQUEMA

Como operava a quadrilha supostamente comandada por integrantes da família Trevisan Vedoin, segundo a Polícia Federal:

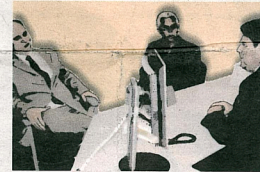


A família é proprietária das empresas Santa Maria e Planam, com sede em Cuiabá. A quadrilha usaria empresas de fachada para fraudar licitações em prefeituras de vários Estados.

Representantes de municípios eram convencidos a adquirir equipamentos na área de saúde, principalmente ambulâncias. A Planam organizava a licitação para a prefeitura e se encarregava de apresentar empresas de fachada para disputar as concorrências fraudadas desde a origem.



O esquema envolvia ainda assessores de deputados federais. Eram apresentadas emendas ao Orçamento da União direcionadas aos municípios que a quadrilha havia procurado. Com a ajuda



de servidores do Ministério da Saúde, era garantida a liberação do dinheiro.

Com o dinheiro liberado, eram pagas propinas a servidores públicos federais e municipais e assessores de parlamentares. Os equipamentos e produtos fornecidos às prefeituras eram superfaturados, e a diferença, distribuída entre os integrantes do esquema. O superfaturamento chegava a 120%

Entre 2000 e 2006, o esquema provocou um rombo de pelo menos **R\$ 110 milhões** no Fundo Nacional de Saúde. **Mil** ambulâncias foram vendidas

Darci Vedoin, apontado como líder da quadrilha, foi preso na quinta-feira

LEONARDO COELHO/ABR/65006



Editoria de Arte

## Deputados da Universal são citados

Pelo menos quatro deputados da bancada da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso estão citados nas investigações da Operação Sanguessuga, da Polícia Federal (PF).



Edna

— Ao longo da apuração, iniciada em 2004, a PF deparou com os nomes da deputada federal Edna Macedo (PTB-SP), irmão do bispo Edir Macedo, chefe da Universal, e dos deputados Reginaldo Germano (PP-BA), José Divino (PMDB-RJ) e João Mendes (PSB-RJ), todos da bancada evangélica.

O caso mais complicado é o de Edna. Entre os 46 presos na quinta-feira, primeiro dia da operação, está Octávio José Bezerra Sampaio, o Tavinho, filho da deputada. Segundo relatório da PF, no dia 15 de dezembro do ano passado, o empresário Luiz Antonio Trevisan Vedoin, um dos chefes da quadrilha, telefonou para o gabinete da deputada e pediu o número da conta bancária de Tavinho. No dia seguinte, R\$ 10 mil foram depositados na conta de Tavinho, de acordo com o relatório.

## Lobista é apontada como peça-chave do esquema

Também a situação do deputado José Divino não é nada confortável. Segundo a PF, Divino foi um dos responsáveis pela indicação da lobista Maria da Pena Linho, ex-funcionária da empresa Planam — de propriedade da família Trevisan Vedoin —, para a assessoria do ex-ministro da Saúde Saraiva Felipe, em agosto do ano passado. Maria da Pena é apontada pela PF como uma das peças-chaves do esquema de corrupção na compra de ambulâncias e equipamentos hospitalares. A polícia flagrou integrantes da organização acertando pagamentos com Maria da Pena. Segundo a PF, a lobista tinha como função apresentar a tramitação e aprovação de convênios de interesse do grupo dos Trevisan Vedoin.

## Outro ministério era alvo

Brasília

Desmantelada pela Operação Sanguessuga, a quadrilha que fraudou licitações para aquisição de ambulâncias com verbas do Ministério da Saúde também tentou uma aproximação com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Em dezembro, os representantes da Planam Comércio e Representações, empresa que comandava o esquema de corrupção, segundo a Polícia Federal, chegaram a atrair o ministro Sérgio Rezende para uma cerimônia de apresentação do ônibus de inclusão digital que várias

prefeituras do país estavam adquirindo com dinheiro do Orçamento da União.

O site da Planam apresenta com destaque uma série de fotos em que Rezende posa ao lado dos técnicos da empresa e vistoriando o ônibus modelo, estacionado na Esplanada. Sob responsabilidade do Ministério da Ciência e Tecnologia, o projeto de Inclusão Digital recebeu R\$ 72 milhões em 2005, dos quais cerca de R\$ 15 milhões serviram para financiar a aquisição de unidades móveis como as fabricadas pela Planam. Rezende nega qualquer irregularidade nas ações do governo.

## ANEXO C – Reportagem Especial de Zero Hora de 18 de maio de 2006

| 4 | Reportagem Especial &gt;

ZERO HORA &gt; QUINTA | 18 | MAIO | 2006

*Uma ofensiva da Polícia Federal com apoio da Polícia Rodoviária Federal capturou ontem 20 suspeitos de envolvimento com contrabando de mercadorias do Paraguai para o Estado – 10 deles policiais rodoviários que seriam delatores da fiscalização*



Agentes da PF e da PRF prenderam ontem pela manhã em 11 municípios gaúchos colegas suspeitos de facilitar o contrabando e receber mercadorias como propina

JOSÉ LUIS COSTA\*

A fuga de um preso com algemas frouxas e o sumiço de mercadorias apreendidas do posto da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em Tabai, há oito meses, deflagraram uma investigação que levou à captura de 20 pessoas.

Entre os supostos envolvidos com contrabando, estão 10 policiais rodoviários – nove federais e um estadual.

O fugitivo de Tabai era um dos contrabandistas suspeitos de pagar propina aos agentes da lei para escapar de barreiras ao cruzar o Estado com produtos eletrônicos trazidos do Paraguai. Estimativas apontam que os policiais faturavam entre R\$ 5 mil e R\$ 70 mil para cada informação repassada aos criminosos.

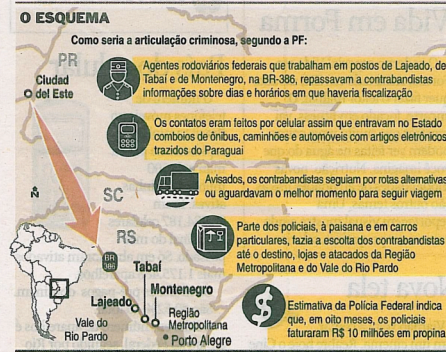
O episódio de Tabai deu origem à Operação Macunaíma da Polícia Federal (PF), que mobilizou ontem 250 agentes federais e policiais rodoviários federais. O nome da ofensiva é referência ao personagem-título do livro *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*, de Mário de Andrade.

– Gravações mostram policiais, que deveriam coibir o contrabando, fazendo exatamente o contrário, agindo de forma sem qualquer escrúpulo. Contrabandistas também confessaram em depoimento que pagavam propina – disse em entrevista o superintendente regional da PF, José Francisco Malmann.

De posse de 29 mandados de busca e apreensão e 20 de prisão temporária, os policiais prenderam colegas e distribuidores de contrabando em residências de 11 cidades da Região Metropolitana e dos vales do Sinos, do Taquari e do Rio Pardo. Apenas um foi detido em serviço.

Foram capturados dois donos de lojas na Capital e outro em Venâncio

# Operação Macunaíma Prisão para os heróis sem caráter



Aires, resultando na apreensão de produtos de informática, som e vídeo. Três dos contrabandistas também foram autuados em flagrante por porte ilegal de arma. Por ordem da 2ª Vara Federal, os nomes dos envolvidos não foram divulgados.

Por meio de escutas telefônicas e filmagens, agentes da PF, com apoio da PRF, obtiveram provas de que

parte dos comboios de contrabandistas se livrava da fiscalização, após serem avisados por policiais de três postos da PRF na BR-386.

**Agentes recebiam artigos como DVDs e TVs de plasma**

Quatro dos policiais trabalhavam no posto de Lajeado, outros dois em

Montenegro, e três em Tabai, incluindo um chefe adjunto de equipe. Os criminosos teriam conexão com um PM, também preso, lotado no posto do Comando Rodoviário na Brigada Militar na RS-240, em Portão.

Segundo Malmann, os policiais passavam aos contrabandistas informações sigilosas sobre barreiras, tanto da PRF quanto da PF, da Receita Federal e da Brigada Militar. Em contrapartida, recebiam dinheiro e artigos como DVDs para automóveis, computadores e TVs de plasma.

– Uma das provas contra os policiais é a apreensão dos carros deles com os DVDs instalados – acrescentou o superintendente da PF.

A investigação revelou que os policiais tentavam influenciar colegas a participar do esquema. Ocorreram situações em que, ao abordar um veículo que não figurava em sua lista de contatos, em vez de apreender mercadorias, os policiais pegavam parte delas e liberavam o contrabandista.

Os nomes dos presos não foram divulgados pela polícia.

✉ jose.luis.costa@zerohora.com.br

\*Colaborou Adriana Inion

## O aparato

> A Macunaíma envolveu 144 policiais federais, cem rodoviários e seis auditores fiscais da Receita de Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. Foram usados cerca de 60 viaturas e um helicóptero

> Eles cumpriram 29 mandados de busca e apreensão e 20 ordens de prisão temporária em Porto Alegre, Canoas, Cachoeirinha, Gravataí, São Leopoldo, Portão, Campo Bom, Teutônia, Lajeado, Estrela e Venâncio Aires

> Só os coordenadores dos grupos sabiam o objetivo da operação. Ao chegar ao Estado, na terça-feira, os agentes foram levados para um quartel onde receberam instruções e partiram para efetuar as prisões ontem

> Os nove policiais rodoviários federais presos trabalham, em média, há mais de 10 anos na PRF. Eles poderão ser expulsos da corporação. Respondem a inquérito por contrabando e descaminho, corrupção ativa e passiva, facilitação do contrabando e descaminho, peculato e formação de quadrilha ou bando

ANEXO D – Capa da Revista Veja de 27 de abril de 2007





# Furacão no país

**O**s fatos em torno do megaescândalo levantado na Operação Furacão, que envolvem conexões do crime organizado com autoridades da área judiciária, representam um escândalo que não pode deixar de ser minuciosamente investigado. A apuração das denúncias não interessa apenas à sociedade e não implica só a repressão de atos intoleráveis produzidos criminosamente a partir de posições privilegiadas no contexto da organização do Estado. Interessa especialmente às corporações de que os membros incriminados fazem parte, em especial ao Judiciário. O alegado envolvimento de desembargadores federais, de autoridades do Ministério Público, de advogados e delegados da própria Polícia Federal, se confirmado pelas investigações em andamento, revelará que algumas das mais respeitáveis organizações da estrutura do poder, entre elas o bastião criado para distribuir justiça, estão corroidas pela corrupção.

O número de pessoas envolvidas – de líderes de projeção da comunidade a agentes da sociedade investidos de poderes na Polícia, no Ministério Público e no Judiciário –, a área geográfica abrangida pela chamada máfia dos caça-níqueis e as imagens de valores e de dinheiro vivo apreendidos dão uma idéia do grau de ramificação e do poder de fogo do crime organizado. A constatação é corroborada pela apreensão de duas toneladas de documentos. Há suspeitas de crimes como contrabando, tráfico de influência, adulteração de combustíveis e exploração de jogos.

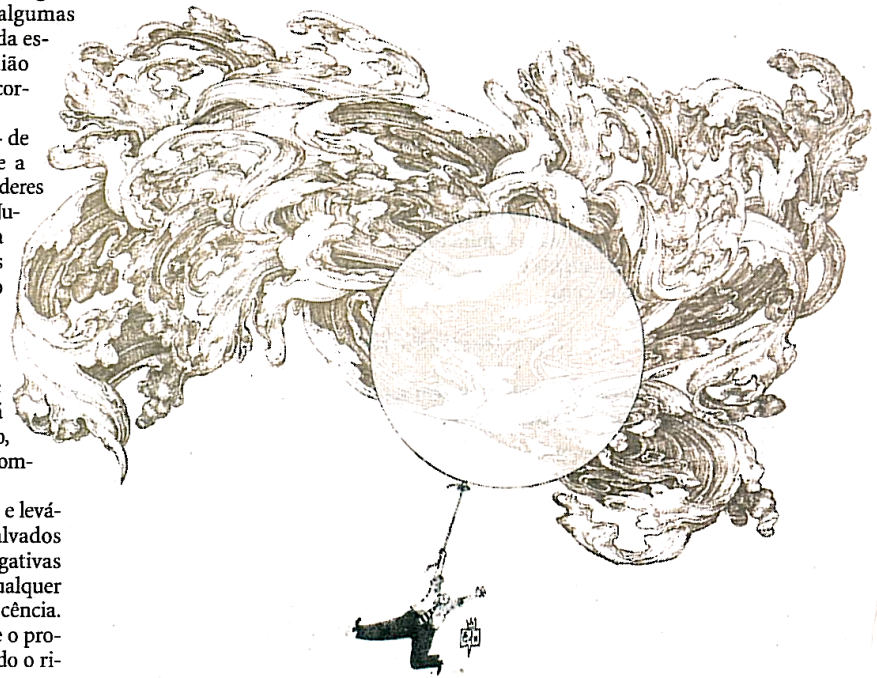
O país precisa esclarecer esses fatos e levá-los às últimas conseqüências, ressaltados aos acusados os direitos e as prerrogativas que a lei brasileira estabelece para qualquer cidadão, inclusive a presunção de inocência. Se os fatos não forem esclarecidos, se o processo legal não se estabelecer com todo o ri-

gor e se as conexões não forem transparentemente identificadas, esse escândalo terá um efeito ainda mais perverso: o de lançar sombras de dúvida sobre a própria capacidade do país de estruturar-se civilizadamente. Por isso, mais uma vez é preciso destacar o trabalho da Polícia Federal, que inclusive está cortando em sua própria carne. Por isso também é fundamental que os poderes disponham de mecanismos de controle interno eficientes – como as cor-

regedorias – para evitar que a ação de alguns contamine a imagem das instituições, patrimônio cuja preservação interessa à democracia. Como em qualquer profissão ou atividade, os maus agentes ou maus profissionais, que sempre são minoria, devem ser denunciados e expurgados, até mesmo para preservar a credibilidade das instituições de que fazem parte e que criminosamente põem a perder.

## REDE

*A Operação Furacão, que investiga suspeitas de corrupção de políticos, policiais, empresários, juízes, procuradores e advogados, levou 25 pessoas à prisão e mantém sob inquérito outras 40, em todo o país.*



# ANEXO F – reportagem da seção Política: Lula tenta conter “excessos” da PF – Zero Hora de 25 de maio de 2007

| 12 |

ZERO HORA &gt; SEXTA | 25 | MAIO | 2007

## Política >

politica@zerohora.com.br

PMDB assedia segundo  
escalão de Minas e Energia

Página 14

Reforma política  
é discutida na Capital

Página 16

Editora executiva: Rosane de Oliveira > 3218-4587. Editor: Luiz Antônio Araujo > 3218-4589. Coordenador de produção: Marcelo Fleury > 3218-4592

**Operação Navalha** Métodos utilizados nas operações da Polícia Federal foram discutidos na reunião do conselho político do governo, ontem, e são motivos de queixas de representantes do STF e da OAB

# Lula tenta conter “excessos” da PF

Brasília

## ENTENDA A AÇÃO DA PF

Dos 48 presos na Operação Navalha, 32 já haviam sido soltos até o fim da tarde de ontem. Os demais também devem ser liberados após prestarem depoimento. A tendência da ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Eliana Calmon, relatora do processo, é revogar a prisão dos suspeitos logo após ouvi-los. Com isso, eles aguardarão em liberdade o julgamento.

A reunião era para discutir a reforma política, mas quase só se falou na Operação Navalha, da Polícia Federal (PF), que desbaratou um esquema de corrupção e culminou na queda do ministro de Minas e Energia, Silas Rondau.

Os líderes dos partidos da base aproveitaram o encontro do conselho político do governo para reclamar do que chamam de “excessos” da PF durante suas ações.

De acordo com o ministro das Relações Institucionais, Walfrido Mares Guia, os políticos queixaram-se especialmente do vazamento de informações sob sigilo de Justiça e de prisões supostamente sem justificativa. Atento às reclamações, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reforçou o apoio à operação, mas disse ao ministro da Justiça, Tarso Genro, que eventuais excessos devem ser apurados e coibidos. Para o líder do PMDB no Senado, Valdir Raupp (RO), os vazamentos dão a impressão de que a investigação é “dirigida”, além de provocarem apreensão na base governista.

— Existem comentários de lista daqui e dali, que podem surgir a qualquer momento. Isso deixa a base nervosa. Por que não joga tudo de uma vez? Se tem alguma suspeita no ar, tem de jogar tudo na rua. Se é uma investigação para correr sob sigilo de Justiça, por que ficar vazando a todo momento? — questionou.

## Ministro do STF disse que PF usa métodos “fascistas”

Em evento no Rio, mais tarde, Tarso respondeu:

— Se houve algum equívoco, algum vazamento, e é possível que tenha havido, se houve alguma lesão ao direito individual de alguém, isso deve ser corrigido.

O incômodo com as operações policiais não ocorre apenas no Executivo e no Legislativo. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes já disse que as ações da PF estão transformando o país em um Estado policial. Ontem, ele recebeu a solidariedade do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Brito.

— Um país não pode estar bem quando policiais federais são transformados em mocinhos, e o combate ao crime, razão primeira da atividade policial, é peça coadjuvante diante da desmedida busca pelo sucesso promocional — disse.

Na quarta-feira, Mendes acusou a PF de utilizar métodos “fascistas” na Operação Navalha e chamou de “canalhice” o vazamento de informações sobre o inquérito. Também disse que a PF vem fazendo “terrorismo com a democracia” ao divulgar informações sigilosas em conta-gotas. Uma das informações vazadas cita uma pessoa com o mesmo so-

## A operação

Ao longo de seis meses de investigação, a Polícia Federal (PF) desvendou um esquema de corrupção comandado pelo paraibano Zuleido Veras, dono da construtora Gautama. Para que sua empresa fosse favorecida com verbas públicas, ele forneceu dinheiro, presentes e vantagens para funcionários de alto escalão no Planalto e em governos estaduais e municipais.

## Navalha, parte 2

As mais de mil páginas que compõem o inquérito sigiloso da Operação Navalha revelam que a Polícia Federal investiga outra organização criminosa além da que seria comandada pelo empreiteiro Zuleido Veras. Essa nova operação ainda está na fase de inteligência, mas também envolveria fraudes a licitações públicas e contaria com a participação de outra empreiteira e de mais políticos.

## Como funcionam as operações da PF

A primeira fase é a de inteligência, quando agentes disfarçados monitoram os suspeitos, às vezes por meio de grampo telefônico e câmeras escondidas. Há casos em que é necessário infiltrar policiais em grupos criminosos para obter provas que possam auxiliar no inquérito.

A segunda fase é a ostensiva, quando os policiais julgam ter reunido provas suficientes para iniciar inquéritos e ações na Justiça. É nessa fase que a operação se torna pública. Com mandados expedidos pela Justiça, os policiais efetuam prisões preventivas e diligências para buscas e apreensões nas casas e escritórios dos suspeitos.

## Os nomes

A escolha do nome de uma operação cabe a delegados da PF. Ao mesmo tempo em que faz alguma referência ao caso, o nome deve preservar o objetivo da ação. Veja os nomes de outras operações recentes e o que elas investigaram:

**Hurricane** — venda de sentenças judiciais para donos de bingo e máquinas caça-níqueis  
**Sanguessuga** — favorecimento, por meio de propina, de empresa que vendia para o governo ambulâncias superluminadas  
**Hidra** — contrabando  
**Anaconda** — venda de sentenças judiciais  
**Farol da Colina** — remessa ilegal de dinheiro para o Exterior



Preso deixa  
carceragem da PF para  
depor no STJ, ontem  
em Brasília

Editoria de Arte



## NOTAS

### Executivo é a fonte

Nos últimos nove anos, cerca de dois terços das obras federais destinadas à construtora Gautama tiveram origem no Executivo. Dos R\$ 510 milhões lançados nos orçamentos para obras que tinham a empresa como uma das construtoras, apenas R\$ 169 milhões dizem respeito a emendas feitas no Congresso. O levantamento foi feito pela ONG Contas Abertas.

### Bate-boca na Câmara

Um ato em defesa da instalação da CPI da Navalha acabou em tumulto ontem na Câmara. Ao chamar colegas de “mentirosos” e “paladinos da ética”, o deputado Sílvio Costa (PMN-PE), que havia assinado o requerimento pela CPI e ameaçou retirar seu nome, quase foi agredido. Uma das mais indignadas era Luciana Genro (P-Sol), que teve de ser contida pelos seguranças.

ANEXO G – Capa da revista Veja de 30 de maio de 2007



ANEXO H - Primeira Página do Jornal Zero Hora de 11 de novembro de 2007



# ZERO HORA

ANO 44  
Nº 15.415  
SC/PR - R\$ 4,00  
DEMAIS REGIÕES  
- R\$ 6,50  
URUGUAI - \$ 60

PORTO ALEGRE, DOMINGO, 11 DE NOVEMBRO DE 2007

www.zerohora.com

R\$ 3,50

**DOMINGO >**

**Donna ZH** Empregos & Oportunidades **TV+SHOW**

Moda de praia com a marca do glamour

2008 deve ser um ano de concursos

TV+Show Uma moça do Interior

Grazi Massafera

Confira os áudios, os vídeos e as fotos de Inter x Cruzeiro

ZERO HORA.COM

**ZHClassificados > 14,1 mil ofertas**

**A estética da violência**

Táticas típicas de guerra estão ajudando a moldar a paisagem da capital gaúcha, assombrada com a criminalidade. Páginas 50 e 51

**Operação Rodin**

## As 24 horas em que a fraude no Detran implodiu

Entre as 4h de terça-feira e as 4h de quarta, quando se encerrou o mais longo dos depoimentos dos suspeitos de participar de esquema de corrupção no Detran, uma movimentação inédita de policiais, procuradores, empresários e políticos sacudiu o Estado.

> Como nasceu a maior devassa em contratos públicos no RS

Páginas 4 a 14

O ESTADO NO VERMELHO

Os caminhos do RS com e sem o pacote de Yeda

Página 16

ZH + R\$ 8,90 =

**Minha Primeira Biblioteca Larousse**

Assinante ZH ligue 0800 051 3323

Confira nossas ofertas neste jornal.

**CASAS BAHIA**

www.casasbahia.com.br

**ÚLTIMO DIA**

**Casa & Cia**

INSPIRAÇÃO: MODA

De todas a domingos, das 10h às 21h. Bairro Jardim Europa, ao lado do Shopping Iguatemi.

CONHEÇA O HOUSING CLUB E VIVA ACIMA DAS EXPECTATIVAS

CONFIRA NOS CLASSIFICADOS DE IMÓVEIS.

**ANEXO I** – Divulgação de matéria sobre a Operação Rodin no Jornal Zero Hora em 10 de novembro de 2007



**COMO É  
A EMPRESA-MÃE  
DA FRAUDE  
DO DETRAN**

- O estilo Sarkozy de governar.
- A vida sob o domínio do tráfico.
- No Empregos: as profissões em alta no vestibular.
- Câncer de mama: o dia-a-dia de quem luta contra a doença.

Donna **ZH**

**Fim de ano:  
dicas para  
evitar os  
gastos de  
última hora.**

**ZERO HORA**  
Dominical

ANEXO J – Placar de Escândalos – Jornal Zero Hora de 12 de dezembro de 2007

18 | Política > ZERO HORA > QUARTA | 12 | DEZEMBRO | 2007

## Operação Rodin

### Advogado suspeito depõe à PF

O advogado Carlos Dahlem da Rosa, um dos investigados no caso da fraude milionária do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), prestou depoimento ontem à Polícia Federal.

A PF já ouviu 50 pessoas na investigação do esquema que teria desviado cerca de R\$ 40 milhões.

Rosa chegou à Superintendência da PF, em Porto Alegre, pouco antes das 14h, acompanhado de seu advogado, Andrei Schmidt. Ele não quis falar sobre o caso, alegando estar abalado. O escritório de Rosa teria recebido R\$ 4 milhões desde 2003 da Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (Fatec).

A Fatec tinha contrato com o Detran para elaborar exames de direção e terceirizou o serviço para empresas. O escritório de Rosa é, segundo a PF, uma dessas empresas terceirizadas. O Ministério Público também abriu investigação para verificar a situação de Rosa junto à Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). O advogado recebeu salário da estatal por oito meses sem comparecer ao trabalho.

## PLACAR DOS ESCÂNDALOS

	O que é	Últimos desdobramentos	Próximos passos
<b>Dossiê CGTEE</b>  Quente	A estatal federal CGTEE, com sede na Capital, consta como fiadora de 12 contratos de empréstimo em benefício de empresas privadas, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A estatal pode ter de usar dinheiro público para honrar dívida privada.	Ontem, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região concedeu habeas corpus a Carlos Marcelo Cecin, Iorque Barbosa e Celso Antônio Barreto Nascimento, que estavam presos. A PF trabalha para concluir o primeiro inquérito até terça-feira.	Quando a Polícia Federal finalizar o inquérito, o Ministério Público Federal terá cinco dias para decidir se oferece denúncia à Justiça Federal. A PF deve ainda abrir outro inquérito sobre o caso para investigar se houve lavagem de dinheiro.
<b>Operação Rodin</b>  Quente	Investigações da PF detectaram desvios de cerca de R\$ 40 milhões do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) nos últimos quatro anos. O Detran contratou, sem licitação, fundações ligadas à Universidade Federal de Santa Maria, que se beneficiariam do esquema.	A procuradoria da Assembleia analisa o pedido de abertura da CPI do Detran, protocolado com 45 assinaturas. O Ministério Público Federal bloqueou 30% dos pagamentos a empresas envolvidas no escândalo.	O autor da proposta de abertura de CPI, deputado Fabiano Pereira (PT), estima que os trabalhos de investigação devam ser abertos entre os dias 17 e 20 de dezembro. O inquérito sobre o caso segue na Polícia Federal.
<b>Fraude dos selos</b>  Morno	Esquema por meio do qual foram comprados irregularmente selos com R\$ 3,3 milhões desviados da Assembleia Legislativa nos últimos sete anos. Ubirajara Amaral Macalão, diretor administrativo da Casa até ser afastado, confessou operar a fraude.	A Assembleia retomou o processo sobre a demissão de Macalão, que havia sido suspenso na Justiça a pedido da defesa do funcionário. O Ministério Público pediu a prisão preventiva de Macalão na última sexta-feira, mas a solicitação foi negada.	A Assembleia pretende concluir ainda nesta semana o processo sobre Macalão. Se o relatório indicar a demissão, o presidente da Casa, Frederico Antunes (PP), deve assinar o ato, desligando o funcionário. Há dois inquéritos sobre o caso: na Polícia Civil e na PF.
<b>Operação Navalha</b>  Morno	Uma quadrilha é suspeita de fraudar licitações públicas para a realização de obras do governo federal, como as previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e no Luz Para Todos, no Distrito Federal e em nove Estados.	A Polícia Federal indiciou os 48 envolvidos. A Advocacia-Geral da União pediu a venda antecipada dos bens de Zuleido Veras, dono da empreiteira Gautama e apontado como operador do esquema.	O Ministério Público Federal trabalha no inquérito que deve denunciar os envolvidos no esquema de corrupção. Além do ex-ministro de Minas e Energia Silas Rondeau, o governador do Maranhão, Jackson Lago (PDT), também pode estar entre os denunciados.

ANEXO L – Editorial de Zero Hora de 05 de maio de 2007

## O poder da Polícia Federal

A Polícia Federal firma-se no país como instituição moralizadora em decorrência de ações recentes no combate à corrupção. Nestas operações, porém, percebe-se uma mistura entre a inegável eficiência profissional dos agentes e alguns componentes de pirotecnia desnecessários. Ao prender e algarimar representantes do poder político e econômico, a instituição conquista apoio da opinião pública, mas opera no limite do descaso com a privacidade, pois expõe à execração pública cidadãos que a própria Justiça classifica como simples suspeitos. Uma prisão temporária, por exemplo, tem razões bem específicas, e não pode passar a idéia de condenação prévia.

Assim como a Polícia Federal procura se cercar do máximo de cuidados nos longos

períodos destinados à fase de investigação para evitar vazamentos, as operações de nomes criativos que vêm se integrando à rotina dos cidadãos poderiam ocorrer, na maioria das vezes, de forma mais discreta. De maneira geral, porém, o desfecho das investigações vem sendo marcado por ações espetaculosas e com amplo acompanhamento da mídia. Os excessos, normalmente, ficam por conta da divulgação de cenas nas quais autoridades suspeitas de envolvimento com corrupção aparecem sendo detidas, muitas vezes algemadas, e de vazamentos como o de escutas telefônicas, por exemplo.

É saudável que a Polícia Federal demonstre independência nas suas ações. A população percebe – e aplaude – quando os agentes cumprem suas atribuições sem se preocupar em discernir previamente se entre envolvi-

dos estarão ou não figuras importantes da República, não importa de qual poder. Com essa coragem e ousadia, que a tem levado muitas vezes a cortar na própria carne, a instituição consolidou a admiração por parte dos brasileiros de maneira geral. Até por isso, e pela repercussão que suas ações costumam gerar normalmente, parece desnecessário acrescentar um componente de espetáculo às operações.

O país tem que persistir no combate a deformações às quais a Polícia Federal vem destinando particular atenção, principalmente as que exibem sem retoques o quanto a corrupção está enraizada até mesmo nas instituições. Normalmente, porém, não há qualquer razão para espalhafato, que na maioria das vezes acaba passando a idéia indesejável de que a ação tem algum componente político.